

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ELITES POLÍTICAS EM CARAGUATATUBA
(1970 - 2000)**

SAMUEL CANDIDO DE SOUZA

**SÃO CARLOS
NOVEMBRO DE 2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ELITES POLÍTICAS EM CARAGUATATUBA (1970-2000)

SAMUEL CANDIDO DE SOUZA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Miceli Kerbauy

**SÃO CARLOS
NOVEMBRO DE 2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S729ep

Souza, Samuel Candido de.

Elites políticas em Caraguatatuba (1970-2000) / Samuel
Candido de Souza. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
101 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

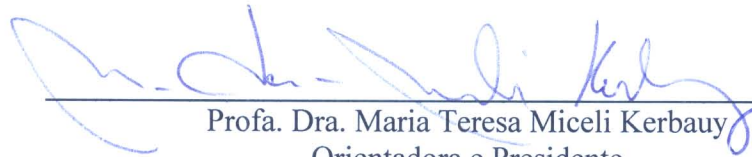
1. Elites políticas. 2. Poder local. 3. Capital social. 4.
Mudanças sócio-econômicas. I. Título.

CDD: 305.524 (20ª)

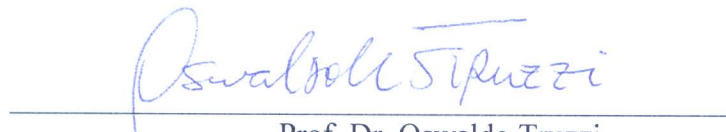


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Samuel Cândido de Souza

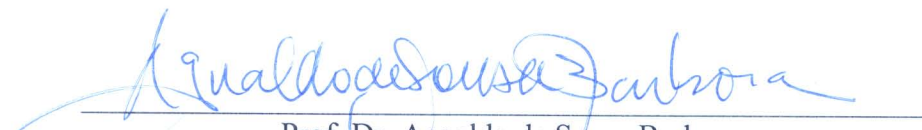
16/08/2010



Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Oswaldo Truzzi
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar



Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 10:00h no dia 16/08/2010.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Dr. Oswaldo Truzzi
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

Homologado na CPG-PPGPOL na
15^a. Reunião no dia 31/08/2010

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Agradecimentos

Aos meus familiares, em especial aos meus pais, José e Izilda, pelo carinho e paciência em todos esses anos, que mesmo nos momentos mais difíceis nunca deixaram de me apoiar. Aos amigos que fiz na graduação e na pós, pessoas de valor que sempre me incentivaram ir mais longe possível. Ao programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, pela oportunidade que me foi dada para a realização deste trabalho. Aos professores Thales Haddad Novaes de Andrade e Fabiano Engelman, pelas sugestões que muito me ajudaram. À minha orientadora, professora Maria Teresa Miceli Kerbauy, pela atenção e pelos ensinamentos que me são dados desde a graduação. À Denise Silva, do Arquivo Público Municipal, e ao Pedro Monte-mór, assessor de imprensa da Câmara Municipal de Caragatatuba, pela atenção e ajuda com a pesquisa dos dados utilizados neste trabalho. À Fapesp pelo suporte financeiro dado para a realização desta pesquisa.

Resumo

Considerando o processo de descentralização administrativa promovida pelo governo federal, sobretudo após a Constituição de 1988, o nível local passa a ser fundamental quanto à implementação de políticas públicas e à promoção do desenvolvimento econômico. Com isso aumenta a importância das elites políticas locais, que serão as responsáveis pelas decisões políticas mais significativas e de impacto imediato na vida dos cidadãos. Esta pesquisa tem como objetivo a análise do processo de recrutamento das elites políticas no município de Caraguatatuba, no período correspondente aos anos de 1970 à 2000. Procura-se relacionar as mudanças ocorridas na composição social da elite com as transformações sociais e econômicas ocorridas no município no período enfocado, além das transformações institucionais ocorridas no país. Atentamos para os processos de inserção política de agentes sociais no que se refere aos mecanismos de reconversão de recursos sociais em capital político, para a constituição de elites em âmbito local.

Palavras-chave: elites políticas, poder local, recursos políticos, mudanças socioeconômicas

Abstract

In view of the process of administrative decentralization promoted by the federal government, especially after the 1988 Constitution, the local level becomes crucial regarding the implementation of public policies and the promotion of economic development. This increases the importance of local political elites who will be responsible for more significant policy decisions with immediate impact on the citizen's lives. This research analyzes the process of recruitment of political elites in Caraguatatuba County during the period corresponding to the years 1970 to 2000. We attempt to correlate changes in the social composition of the elite to the social and economic transformations occurring in the city during this period as well as the institutional transformations occurred in the country. We emphasize the processes of political integration of social agents concerning to the mechanisms leading to conversion of social resources into political capital for the establishment of elites at the local level.

Keywords: political elites, local government, political resources, socioeconomic changes

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
1 – ELITES POLÍTICAS.....	6
A teoria clássica: Pareto, Mosca e Michels.....	7
Pluralismo e elitismo.....	10
Teoria pluralista.....	11
Elitismo e a pesquisa em estrutura de poder.....	13
Teoria das classes dominantes.....	14
Elites estratégicas.....	15
2 - PODER LOCAL, ELITES E RECURSOS SOCIAIS.....	17
O coronelismo.....	18
Pierre Bourdieu e o conceito de campo político.....	21
Recursos sociais e recrutamento de elites.....	30
3 – CARAGUATATUBA: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA...37	
Breve histórico da formação e desenvolvimento econômico de Caraguatatuba.....	38
Desenvolvimento urbano e econômico: turismo.....	40
Fatos políticos.....	46
4 – POLÍTICA EM CARAGUATATUBA.....	58
Município sem coronel.....	58
Composição social da elite política.....	63
Funcionários públicos.....	71
Comerciantes e empresários.....	73
Outras atividades profissionais.....	75
Boneca e o populismo.....	78
Conclusões.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
APÊNDICE I.....	92
APÊNDICE II	94
BIBLIOGRAFIA.....	98

Índice de tabelas

Tabela 1.....	42
Tabela 2.....	43
Tabela 3.....	43
Tabela 4.....	44
Tabela 5.....	64
Tabela 6.....	66
Tabela 7.....	67
Tabela 8.....	69
Tabela 9.....	69
Tabela 10.....	70

Índice de ilustrações

Figura 1.....	41
Figura 2.....	45
Figura 3.....	45
Figura 4.....	46
Figura 5.....	51
Figura 6.....	51
Figura 7.....	55
Figura 8.....	57
Figura 9.....	57

Índice de gráficos

Gráfico 1.....	44
Gráfico 2.....	68

Lista de abreviaturas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S/A.

COTESP – Companhia Telefônica do Estado de São Paulo

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PESM – Parque Estadual da Serra do Mar

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SABESP – Empresa de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SUDELPA – Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista

TEBAR – Terminal Petrolífero Almirante Barroso

TELESP – Telecomunicações do Estado de São Paulo S/A.

INTRODUÇÃO

Uma questão sempre recorrente nos estudos sobre o poder político é a maneira como ele se encontra distribuído pela sociedade, especialmente nos regimes democráticos. Embora o ideal democrático presente na *polis* grega seja um paradigma que, mesmo sendo impossível de ser objetivamente alcançado, confere aos regimes democráticos um valor último que deve ser buscado por qualquer comunidade. Um regime onde todos os membros da comunidade têm iguais condições de decidir sobre o seu futuro, porém, é algo muito mais complicado de ser realizado, tanto pelas condições objetivas de se reunir todos os membros da comunidade para deliberação, quanto pelas desigualdades naturais existentes entre os membros, tais como conhecimentos específicos acerca dos assuntos a serem deliberados, condições cognitivas de compreensão desses mesmos assuntos, condições objetivas e subjetivas para expor suas opiniões, etc. Por isso, desde o século XVIII os pensadores vêm discutindo sobre qual seria a melhor maneira de se construir um regime que mais se aproxime do ideal democrático da *polis* grega.

A despeito de todos os debates ocorridos desde então, a conclusão que muitos desses pensadores chegaram é que não existe um regime que promova uma distribuição do poder no grau que se aproxime daquele ideal grego. Muito pelo contrário, analisando friamente, todos os regimes possuem um alto grau de concentração do poder político, geralmente nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos, que se tornam responsáveis pelo destino da comunidade como um todo. Nesse sentido, o problema não é identificar a quantidade de indivíduos que detém o poder em algum grau, haja visto que são poucos, e sim quem são esses indivíduos. Em outras palavras, a questão é saber *quem governa*, não apenas isso mas também *governa sob quais condições*. Esta é a questão com que deparamos quando estudamos determinada comunidade política.

O tema desta pesquisa é, portanto, o estudo daqueles que, em uma determinada comunidade, detém o poder político ou, em outros termos, daqueles que formam a *elite política* desta comunidade.

Junto ao tema elites políticas, esta pesquisa também aborda o tema do *poder local* ou, mais especificamente, o tema das *elites políticas em âmbito local*. Muito embora se procure pesquisar as elites políticas em âmbito nacional ou mesmo regional, são nas relações de poder que ocorrem em âmbito local – ou municipal, considerando este o limite territorial

usual para a definição da localidade – que são produzidas as decisões que causam impacto imediato na vida das pessoas. Esta característica do poder local ganha ainda mais importância quando há uma política, no caso do Estado brasileiro, de promover uma descentralização político-administrativa associado ao aumento de recursos fiscais destinados aos municípios com o objetivo de transferir para as esferas municipais a responsabilidade de implementação das políticas públicas e promoção do desenvolvimento. Dessa forma, é fundamental analisarmos quem são os integrantes da elite política local e quais os fatores que lhes permitiram ocupar as posições de elite.

O objeto de análise desta pesquisa são as elites políticas do município de Caraguatatuba, com enfoque no período correspondente aos de 1970 até 2000. Procurou-se verificar os processos que levaram à ascensão e ao declínio de certos agentes políticos no decorrer deste período, e suas relações com as transformações de ordem social e econômica ocorridas no município e de ordem institucional ocorrida no país.

Caraguatatuba é um município localizado no Litoral Norte do estado de São Paulo, distante 186 Km da Capital, com uma população de aproximadamente 95.000 habitantes segundo estimativa do IBGE para o ano de 2005. Sua localização privilegiada faz dela a principal porta de entrada para o Litoral Norte paulista, através da Rodovia dos Tamoios (SP-99), ligando-a à região do Vale do Paraíba. Caraguatatuba ganha importância econômica após a descoberta de petróleo e gás natural no Campo de Mexilhão, na bacia de Santos, pois a produção e distribuição do gás às indústrias do Vale do Paraíba e região de Campinas se dará através de terminais de produção, oleodutos e gasodutos instalados em determinados municípios do litoral paulista, dentre eles Caraguatatuba.

As condicionantes do desenvolvimento social e econômico de Caraguatatuba são distintos daqueles apresentados pelos municípios do interior paulista, que acaba por refletir em padrões distintos de recrutamento político como também na própria configuração do campo político local. Nos estudos sobre o poder político local no estado de São Paulo são enfocados os municípios do interior, intimamente ligados à expansão da economia cafeeira que, por sua vez, conformou um padrão de desenvolvimento econômico e social com base na monocultura e na grande propriedade. O poder político, nesses municípios, encontrava-se concentrado nas mãos dos grandes proprietários rurais. Entretanto, o município de Caraguatatuba apresentou, durante o século XX, um padrão de desenvolvimento econômico e social diferente daquele registrado em municípios do interior. Na primeira metade do século a economia local tinha como centro dinâmico a produção de bananas e citros destinadas ao

mercado europeu realizada em uma grande fazenda, porém esta fazenda pertencia a um grupo empresarial inglês e seus administradores não exerciam qualquer interferência política no município. Na segunda metade do século o centro dinâmico se deslocou para atividades urbanas relacionadas ao setor terciário, fruto do aumento da atividade portuária no município vizinho (São Sebastião) e da melhoria das vias de acesso terrestre ao próprio município, proporcionando a ascensão do turismo como principal atividade econômica. Sem a presença de grandes fazendeiros, o padrão de recrutamento político era outro, com agentes oriundos do funcionalismo público e das profissões liberais, com um aumento da presença de comerciantes e empresários a partir da década de 1980.

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa procura abordar um período caracterizado por grandes transformações econômicas e sociais em Caraguatatuba, sobretudo a ascensão do turismo como principal atividade econômica e o grande crescimento populacional ocasionado por um forte fluxo migratório para a região. Apesar das dificuldades de se trabalhar com um período extenso, o recorte escolhido se justifica por permitir-nos verificar em que medida as transformações ocorridas no município influenciaram no processo de recrutamento político, principalmente aqueles relacionados à ascensão de novos agentes políticos.

Um fator peculiar na história política de Caraguatatuba é a ausência do coronel, ou seja, de uma figura detentora do monopólio da mediação política do município com outros níveis do Poder Executivo e do Poder Legislativo, conforme descrito por Leal (1975). Como dito anteriormente, os estudos sobre poder local e elites políticas no estado de São Paulo enfocam, predominantemente, municípios do interior, cuja história de origem e do desenvolvimento desses municípios estão intimamente ligados à expansão da economia cafeeira pelo interior paulista. Caraguatatuba, ao contrário, situa-se em uma região periférica, com relativa participação na economia cafeeira em seu início no Vale do Paraíba, ainda em meados do século XIX. Durante os primeiros cinquenta anos do século XX, a região esteve quase que isolada de outras regiões, o que explica sua pequena população e sua estagnação econômica. A partir de meados da década de 1950, com o crescimento da atividade portuária em São Sebastião, os contatos entre a região do Litoral Norte e as demais regiões do estado de São Paulo crescem, porém apenas a partir da década de 1970 provoca transformações significativas em Caraguatatuba, tanto no plano econômico, com a ascensão do turismo como principal atividade, quanto no plano social, com o grande fluxo de migrantes que a cidade recebe, registrando um aumento populacional de 52% ao final dessa década, segundo o

IBGE. Esse quadro nos forneceu um interessante campo para o estudo dos processos que envolvem o recrutamento de agentes políticos, a permanência de um determinado perfil de elite política e como as transformações ocorridas no município interferiram, direta ou indiretamente, na ascensão de novos agentes políticos e no declínio de outros, o que provocou, segundo nossa interpretação, uma mudança no perfil das elites políticas locais.

Para a análise dos dados foi utilizado o método prosopográfico ou das biografias coletivas. A prosopografia se originou nos estudos históricos sobre a Antiguidade e a Idade Média, sendo posteriormente adotado em estudos sobre as elites a partir das questões levantadas pelos teóricos clássicos do elitismo, como Pareto e Mosca¹. Segundo Stone (1971, p. 46), a prosopografia é utilizada enquanto ferramenta metodológica para trabalhar dois dos mais básicos problemas nos estudos históricos. O primeiro diz respeito às raízes da ação política, ou seja, sobre quais são os interesses profundos escondidos atrás da retórica política, a análise das afiliações sociais e econômicas de determinados grupos políticos, a exposição dos trabalhos de uma máquina política, e a identificação daqueles que “puxam as alavancas”. O segundo problema diz respeito à estrutura e à mobilidade social: os problemas que envolvem a análise de um determinado papel na sociedade e as mudanças dele através do tempo, as questões relativas a grupos com *status* específicos (notadamente as elites), membros de associações profissionais e grupos ocupacionais, classes sociais, etc. Também diz respeito à determinação do grau de mobilidade social pelo estudo das origens familiar, social e geográfica, do recrutamento para uma certa posição política ou ocupacional, os significados desta posição na carreira e sobre a fortuna da família. Este método consiste em definir uma população a partir de um ou vários critérios, e então estabelecer um questionário biográfico onde diferentes critérios e variáveis nos servirá para identificar sua dinâmica social, de ordem pública ou privada, ou mesmo cultural e ideológica. A análise dos dados pode ser efetuado por métodos qualitativos ou quantitativos, manuais ou informatizados, de acordo com a riqueza do questionário ou das fontes.

O critério utilizado para a definição da população estudada nesta pesquisa foi a ocupação do cargo de vereador na Câmara Municipal e de chefe do Poder Executivo no período focado pela pesquisa, num total de 71 pessoas. Os dados analisados foram os seguintes: data de nascimento, grau de escolaridade, filiação, local de nascimento, ano de estabelecimento em Caraguatatuba (para os nascidos em outra localidade), atividade profissional anterior à atividade política, carreira política, participação em associações, clubes, laços de parentesco, negócios ou casamento, etc.

1 Ver Charle (2006)

A partir da definição do perfil social dos vereadores definimos o perfil de cada legislatura para, através da comparação entre elas, verificar as mudanças ocorridas nas elites a fim de identificá-las com os processos de mudança econômica e social ocorridas no município. Procurou-se, para uma maior compreensão do funcionamento do campo político local, analisar a trajetória política dos prefeitos para verificar as relações estabelecidas com os vereadores e órgãos do governo estadual que tiveram atuação significativa no município neste período.

Esta pesquisa será apresentada da seguinte maneira: no primeiro capítulo será abordada a questão da teoria das elites e suas principais vertentes (a teoria clássica, o pluralismo e o elitismo na Ciência Política norte-americana, a teoria das classes dominantes e das elites estratégicas); no segundo capítulo será realizada uma revisão bibliográfica acerca dos principais elementos teóricos que orientaram a pesquisa e a análise dos dados, a saber: o poder local no Brasil e o fenômeno do *coronelismo*, os conceitos de campo político, campo social e *habitus* presentes na sociologia relacional de Bourdieu, e a questão dos recursos sociais e os mecanismos de reconversão delas em recursos políticos; o terceiro capítulo será dedicado à descrição do município de Caraguatatuba em suas características sociais, econômicas, históricas e políticas; o quarto capítulo será destinado à análise dos dados e aos resultados da pesquisa. Por fim, serão feitos alguns comentários sobre as questões envolvendo o estudo de elites e os resultados obtidos por esta pesquisa.

Este estudo foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

1 – ELITES POLÍTICAS

O termo *elite*, que significa *a nata* ou *a flor*, era utilizado na Idade Média para designar um conjunto de produtos comerciais considerados os melhores em sua categoria. Em meados do século XVIII, elite passou a significar também um conjunto distinto de indivíduos ou grupos sociais. Em outras palavras, elite refere-se antes de tudo a uma minoria de indivíduos designados para servir a uma coletividade de um modo socialmente valorizado (KELLER, 1991, p.4).

O termo elite entra no vocabulário das Ciências Sociais no século XIX, quando alguns pensadores, ao constatarem que a maioria da população é governada por um pequeno grupo de pessoas, buscaram um novo caminho para analisar a distribuição do poder nas sociedades, procurando fugir do esquema clássico aristotélico que definia o tipo de governo pelo número de governantes. Essa nova abordagem pretendia fazer uma análise científica da democracia, através da observação cuidadosa dos fatos a fim de desvendar as “constâncias” e “tendências” presentes nas organizações sociais em toda a história. Os pensadores que trilham esse caminho, chamados *elitistas*, pretendiam estabelecer uma Ciência Política neutra, objetiva, livre de qualquer contaminação ética (PARRY, 2005, p. 20).²

Os elitistas procuraram analisar o poder sob uma nova perspectiva. A questão não era se o poder era exercido por uma pessoa, algumas pessoas ou muitas pessoas, conforme Aristóteles, ou se os governantes estão ou não submetidos às leis, como em Montesquieu. Sendo que em todas as sociedades o poder é sempre exercido por um pequeno grupo de pessoas, não importando o tipo de governo (que seria mera “aparência”), o que deveria ser feito em qualquer análise sobre o poder é identificar quais são os indivíduos que fazem parte deste grupo governante, como ele se forma, como ele se reproduz e como ele se organiza para exercer o poder. Nesse sentido, o termo elite está fortemente associado ao conceito de *classe dominante*, como sinônimo de *aqueles que detém o poder político*. No decorrer do século XX o termo elite passou a ser empregado não apenas no âmbito do poder político, mas também para designar indivíduos cujas competências, performances e prestígio, são de certa forma excepcionais, destacando-os dos demais indivíduos em suas áreas. Essa diluição do

2 A ênfase dada pelos elitistas ao caráter objetivo de suas análises constituía também em uma crítica às teorias liberal e socialista, cujas formulações eram orientadas por pressupostos ideológicos. Não havia, por parte dos elitistas, intenção alguma de tecer qualquer comentário ético a respeito do fenômeno que eles descreveram. (cf. BOBBIO, s/d)

termo elite nos permite falar em uma elite de empresários, em uma elite de músicos, em uma elite de cientistas, etc. E é com esse sentido que se emprega hoje o termo *elite política*, ou seja, aqueles indivíduos que possuem determinadas competências (individuais e sociais) que lhes permitem ocupar posições dominantes tanto em instituições importantes como nas várias agências do Estado.

A teoria clássica: Pareto, Mosca e Michels

A teoria clássica das elites foi desenvolvida por Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936). Por terem vivido na mesma época e no mesmo país, a Itália, e por suas teorias possuírem muitas similaridades, muitos se referem a eles como a *escola italiana*, embora eles não formassem uma escola no sentido exato do termo³. A principal crítica destes autores às teorias difundidas em seu tempo se dá em relação ao conceito de soberania popular, porque enquanto um ideal ela não existe de fato, não importa qual tipo de regime adotado (república ou monarquia), pois é sempre uma minoria que detém o poder efetivo, mesmo nos regimes socialistas. Para esses pensadores, o estudo dos regimes políticos não deve começar por critérios tais como de onde o poder emana (de Deus, do povo) ou do número de governantes, mas sim da forma como se organiza para o exercício do poder o grupo dominante – a elite. Eles reclamam para suas teorias o caráter “científico” por elas buscarem, a partir de uma análise minuciosa dos fatos históricos, encontrar características constantes presentes em todas as sociedades, que poderiam ser escritas sob forma de *leis*, tais como as leis da física, cuja operação é independente de qualquer esforço humano que viesse a ser feito para contrariá-la.

Para Keller (1991, p. 5), são duas as perspectivas que caracterizam os estudos das elites: a moral e a funcional. A primeira está centrada na excelência dos indivíduos que compõem a elite, ou seja, tais indivíduos possuem qualidades superiores aos demais membros da comunidade, o que lhes permitem ocupar posições de elite. A segunda, preocupa-se mais com o papel que um estrato desempenha dentro de uma organização política. Mas ambos, no entanto, partem da premissa da existência de um grupo distinto de pessoas, separadas dos demais membros da comunidade por um conjunto distinto de deveres e recompensas. Pareto é representante da perspectiva moral, Mosca e Michels da perspectiva

3 Foi o cientista político italiano Ettore Albertoni que cunhou o termo “escola italiana das elites” ao qualificar a Itália como o *locus* gerador desta teoria. Em relação a este assunto, ver Grynspan (1999, p.54)

funcional.

Para Pareto, existem indivíduos que se destacam dos demais por suas qualidades superiores, por seus dons, sua astúcia e sua capacidade de organização. São esses indivíduos quem compõem um grupo minoritário distinto do restante da população: uma elite. O autor afirma não ser eterna a elite, havendo um processo de renovação de seus membros que ele denominou “circulação das elites”. Quando esse processo se torna lento ou mesmo cessa, a elite começa a degenerar-se, devido ao acúmulo de elementos de qualidade inferior entre seus membros, ao mesmo tempo em que nos extratos inferiores da sociedade começam a aparecer elementos com qualidades superiores. Esse quadro gera uma situação de crise que logo se transforma em uma revolução, com a derrubada da elite governante e sua substituição por uma outra, mais robusta. As elites, na visão de Pareto, são inevitáveis, pois mesmo em sociedades onde fossem abolidas todas as distinções de classe, ainda assim haveria formação de elites que controlariam os demais membros da sociedade. Nesse mesmo sentido Pareto critica a ideia de governo democrático, pois todo o governo é formado por uma minoria, e a teoria democrática funciona apenas como forma de grupos que buscam o poder mobilizar as massas e obter seu apoio, ou para legitimar os grupos que já estão no poder sem que isso signifique necessariamente maior distribuição do poder.

Mosca, por sua vez, observava nos organismos políticos a existência de dois grupos de pessoas, uma mais numerosa que a outra. O grupo menor é a classe dirigente, cuja capacidade de organização possibilitou-lhe se impor sobre uma classe desarticulada e atomizada, embora numericamente maior. Além da organização, a classe dirigente também deveria possuir algum atributo muito valorizado socialmente, como força física, saber, riqueza ou contato com os deuses, para legitimar sua posição. Diferentemente de Pareto, Mosca dava importância aos regimes democráticos, porém era cético quanto à possibilidade de efetiva realização da soberania popular. Isto porque as eleições não significavam livre escolha dos governantes e sim uma escolha entre um conjunto dado de candidatos, promovidos por grupos ou comitês, ou seja, por minorias organizadas. A importância da democracia, para Mosca, diz respeito às possibilidades de renovação da classe dirigente, impedindo que ela se esgote ao permitir o acesso de novos membros. A tendência aristocrática, ou de estabilidade da classe política, e as possibilidades de renovação da mesma dependem de mudanças nas qualidades necessárias para o exercício do poder de liderança em um determinado momento.

A democracia era a principal preocupação para Michels em seus estudos. Ao analisar

os sindicatos de operários e o partido socialista alemão, o autor esperava encontrar nessas organizações maiores possibilidades de exercício democrático do poder, através de assembleias por exemplo. Porém, ele encontrou uma situação totalmente diversa, onde as decisões são tomadas por um pequeno grupo de pessoas, os quais denominou oligarquia. A existência dessas oligarquias Michels denominou como a “Lei de ferro das oligarquias”, sua principal contribuição para a teoria das elites.

O autor apontou os seguintes fatores como responsáveis pelo surgimento das oligarquias: o fator técnico, o fator intelectual, o fator tático e o fator psicológico. O fator técnico diz respeito à impossibilidade de organizar um sistema de autogoverno em organizações com muitos membros, pela dificuldade de reuni-los em um determinado local, pela dificuldade de resolver controvérsias e pela necessidade de fazer a divisão do trabalho, de constituir uma burocracia, a fim de poder operacionalizar as atividades da organização. A designação de delegados abre espaço para políticos ou técnicos especializados em política, já que nem todos são aptos ao exercício das funções de administração das organizações, e a especialização das atividades de administração das organizações acaba por retirar da massa o poder de decisão e entregá-lo aos delegados que, como chefes, deixam de serem controlados pela massa, passando a controlá-la. O fator intelectual diz respeito à superioridade intelectual dos chefes, tanto devido a uma maior escolaridade quanto capacidade oratória ou conhecimento técnico, para garantir sua supremacia frente à massa. O fator tático está relacionado à necessidade de decisões rápidas num contexto de conflito entre as organizações de massa. Sem tempo para organizar assembleias, debater e definir linhas de ação, cabe aos chefes tomarem as decisões mesmo sem o conhecimento prévio das massas. O fator psicológico trata da falta de vontade dos membros das organizações em participar das decisões de maneira direta e ativa, necessitando, ao contrário, de serem guiados pelos seus chefes. E os chefes possuem os atributos pessoais necessários para realizar tal papel, submetendo a massa ao seu poder.

Além desses fatores, a necessidade de conquistar novos adeptos faz as organizações de massa adotarem posturas mais moderadas. E o fato de muitos dos dirigentes dependerem financeiramente das organizações faz com que se evite adotar medidas revolucionárias que poriam em risco seus empregos e salários. Por fim, os objetivos das organizações de massa acabam mudando com o passar do tempo, de acordo com seu crescimento. Se essas organizações surgiram com o objetivo de destruir o Estado burguês, agora querem penetrar nesse mesmo estado, disputando o poder com os demais partidos e organizações burguesas.

Michels conclui que “os revolucionários de ontem serão os reacionários de amanhã”.

Se entre os autores há similaridades quanto à existência de uma elite que submete e controla os demais membros da comunidade, há também diferenças, exatamente na questão de quais qualidades e oportunidades sociais um grupo necessita para alcançar uma posição de elite. Para Pareto, as posições de elite são uma característica psicológica tanto das elites quanto das não-elites, ou seja, são certas constâncias na natureza humana que definem se um grupo se torna ou não uma elite. Já para Mosca e Michels, o que define a predominância de um grupo sobre os demais são suas habilidades organizacionais, ou seja, da capacidade de uma minoria em constituir-se como uma força coesa, apresentado uma frente comum às outras forças na comunidade (PARRY, 2005, p. 33).

Em resumo, os três autores consideram a existência de elites como algo inevitável, próprio da organização das sociedades humanas. Nesse sentido, as sociedades estão sempre divididas em duas classes, a classe governante (a elite) e a classe governada (as massas). Enquanto eles concordam nesses dois pontos, eles discordam quanto às características que levam um grupo se constituir como elite: para Pareto são as qualidades psicológicas superiores dos membros da elite, enquanto que para Mosca e Michels é a capacidade de organização da minoria.

Pluralismo e elitismo

No século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, houve, no âmbito das Ciências Sociais e em especial na Ciência Política, um intenso debate acerca dos fundamentos da democracia. O fim do conflito bélico e o processo de reconstrução política e econômica dos países destruídos pela guerra, aliadas às lembranças do que foram os regimes totalitários, fez com que a democracia, principalmente a democracia representativa, se tornasse mais que uma forma de organização do governo, um valor em si que deve ser alcançado por todos os povos. Para a Ciência Política, discussão da democracia passava pelas formas de implementá-la e aperfeiçoá-la, debatendo quais os arranjos institucionais mais adequados para a promoção da participação popular nos rumos da nação⁴.

Porém, surgem também críticas quanto ao alcance efetivo da democracia, em especial as formuladas pelo economista alemão Joseph Schumpeter. Para este autor, democracia não

4 Participação muitas vezes tida como sinônimo de *participação eleitoral* apenas, embora sejam levantadas também questões sobre a participação dos diversos grupos sociais na definição da agenda política.

passa de um *método* para a formação de governos ou, em suas palavras, “certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas” (1984, p. 304). Schumpeter fundamenta esta visão na crítica que faz ao conceito de “bem comum”, porque este não pode ser definido com precisão já que para alguns grupos ele seria uma coisa e para outros grupos seria outra coisa. E mesmo se o “bem comum” pudesse ser precisamente definido não significaria que as decisões políticas o contemplariam, isto porque sempre que as vontades individuais estão muito divididas, é pouco provável das decisões políticas irem ao encontro daquilo que o povo realmente deseja (1984, p. 314-319). Portanto, a democracia não passaria de um método que consiste em um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas onde os indivíduos adquirem poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelos votos da população (1984, p. 336).

Pesquisas empíricas realizadas nos anos 1950 e 1960 ajudaram a alimentar este debate. Partindo de pressupostos metodológicos distintos, duas correntes teóricas polemizaram as questões referentes ao alcance e limitações da democracia. O ponto central desta polêmica está na possibilidade de amplos setores da sociedade compartilhar o poder político e influir na tomada de decisões: de um lado estão os *pluralistas*, cujo argumento reside na existência de um grande número de grupos sociais que competem entre si, sendo que mecanismos de equilíbrio e controle existentes nos regimes democráticos impedem que um grupo domine os demais; de outro lado estão os *elitistas*, que contestam a existência dessa pluralidade argumentando que, de fato, existem apenas poucos grupos poderosos capazes de imporem sua vontade ao resto da sociedade.

Teoria pluralista

A *teoria pluralista* parte do princípio que a sociedade é composta por uma infinidade de grupos e de interesses, onde nenhuma delas possui condições para sozinhas se imporem sobre os demais. A essência da democracia, portanto, é a organização de grupos políticos para disputar o controle da máquina do Estado.

Autores como Dahl (1961) e Lukes (1980) consideram que o poder está dividido entre os diversos grupos existentes na sociedade, alguns mais poderosos que outros, que competem entre si. Nenhum desses grupos consegue dominar os outros devido aos mecanismos de equilíbrio e controle existentes nas sociedades democráticas, tais como as eleições regulares,

judiciário autônomo, liberdade de imprensa, etc. O poder é teorizado em termos de soma-zero, ou seja, a sociedade possui um nível constante de poder, e um grupo só poderá acumular poder na medida em que o retira de outros grupos. A inexistência de consenso é um fator importante apontado pelos autores, pois na medida em que as sociedades se tornam maiores, elas também se tornam mais diferenciadas, e essas diferenças são expressas em termos de interesses setoriais, isto é, de grupos de pessoas organizadas em torno de interesses comuns, os quais procuram alcançar às custas dos interesses setoriais de outros grupos. Nesse sentido, o Estado é visto como um “mediador” entre os diversos interesses setoriais existentes na sociedade, promovendo a cooperação entre grupos quando possível e tendo sempre uma visão de longo prazo do desenvolvimento social. A essência da democracia é, portanto, a organização dos diversos grupos para disputar o controle da máquina do Estado.

Dahl define o poder em termos de “capacidade para decidir”. O autor argumenta que o processo decisório envolve uma variedade de grupos de interesse, todos tentando influenciar a tomada de decisões. Em determinadas questões um grupo se mostra mais forte que outros, mas em outras ele não tem tanta força, fazendo com que o processo decisório não seja caracterizado pelo controle absoluto de um grupo ou classe sobre a tomada de decisões.

Há, porém, uma crítica a essa visão no sentido de que nem todos os grupos sociais têm níveis iguais de poder assim como possibilidades iguais de acesso ao poder. Seriam elites, tais como as organizações empresariais, os partidos políticos, a administração governamental, os sindicatos, etc., as principais participantes do processo decisório. O poder é entendido como situacional (algumas elites possuem poder apenas em algumas situações) e não-cumulativo (o poder obtido em uma área da sociedade não é necessariamente transportada para outra área). Assim, a democracia passa a ser caracterizada como um sistema onde elites competitivas se sobrepõe umas as outras em termos de influência e controle da máquina estatal.

Lukes fala em três dimensões de poder, onde o primeiro é o processo decisório. Enquanto há muita ênfase sobre a tomada de decisão, pouca ênfase se dá à segunda dimensão, que é a tomada de *não-decisão*, ou seja, quando os grupos se mobilizam para evitar que certas questões cheguem ao nível decisório ou que as decisões sejam tomadas de modo a não afetar seus interesses. A terceira dimensão é a capacidade para moldar a opinião pública, para que esta reflita os interesses dos grupos poderosos.

Elitismo e a pesquisa em estrutura de poder

Em contraste com a linha de pensamento pluralista temos a *pesquisa em estrutura de poder*, cujos principais nomes são Hunter (1963) e Wright Mills (1981). Para estes autores, uma pequena elite (grandes empresários para Hunter, uma combinação de elites corporativas, governamentais e militares para Wright Mills) domina tanto os governos locais quanto o nacional nos Estados Unidos, sendo a política e os políticos secundários devido ao grau de dependência deles em relação às elites poderosas.

Hunter e Wright Mills consideravam o poder enraizado primeiro e principalmente nas organizações e não em indivíduos, associações ou grupos de interesse, como argumentavam os pluralistas, ou mesmo na posse da propriedade privada, conforme argumentam os marxistas. Para quem está no topo da estrutura social, as organizações se tornam a base do poder pelo fato deles controlarem recursos materiais, informação, além da possibilidade de admitir e demitir subalternos, formar alianças com outros líderes, etc. Entretanto, não se pode pensar a estrutura social como simplesmente uma elite organizada no topo e uma massa de trabalhadores em baixo. Como argumentam os autores, há muitos nichos de poder de baixo para cima, como, por exemplo, trabalhadores de nível médio procurando manter vantagens sobre os de nível baixo, ou mesmo grupos étnicos ou religiosos tentando manter vantagens sobre os demais grupos subjugados.

A pesquisa em estrutura de poder baseia-se em uma combinação de análise de rede ou, mais especificamente, na análise do conjunto de membros da rede, e de análise de conteúdo, utilizando-se dos seguintes indicadores de poder:

1. que organização, grupo ou classe na estrutura social recebe a maior parte daquilo que as pessoas mais procuram e valorizam (quem se beneficia?);
2. que organização, grupo ou classe está sobre-representado nas posições-chave para a tomada de decisões (quem ocupa os postos de decisão?);
3. que organização, grupo ou classe vence na arena decisória (quem vence?);
4. quem está pensando ser poderoso pelo reconhecimento de observadores e dos seus pares (quem tem a reputação de poder?)

A estrutura de poder é, então, definida como a rede de pessoas e instituições que se destacam no topo de dada cidade ou nação pela combinação dos indicadores de poder. Pode-se dizer que o poder está mais concentrado ou disperso pelo nível de diferença nos indicadores de poder entre as organizações rivais, grupos ou classes. Também pode-se dizer

que certos grupos, organizações ou classes possuem poder em uma arena e não em outra. As mudanças nos indicadores de poder podem revelar alterações na estrutura de poder através do tempo⁵.

Wright Mills salienta ainda que o grau de cooperação entre as elites é fortalecida devido a centralização nas mãos de alguns grupos ou indivíduos tanto o poder econômico quanto o poder político, além de que os membros dessas elites possuem origens e formações comuns, não raro um indivíduo ser membro de duas elites ao mesmo tempo. Isso significa que o poder político se torna extremamente concentrado e que uma vasta gama de decisões políticas são tomadas por um pequeno grupo de pessoas. Parry (2005, p. 106), por outro lado, critica esta noção de “elite do poder” que, pelo modo generalista que é construído, dá a impressão de ser um grupo monolítico exercendo o poder de todas as maneiras. Para este autor, mesmo que a decisão formal seja tomada por uma minoria, o elitismo não pode ser assim provado. O processo decisório é composto por diversos estágios de deliberação e mobilização por apoio, e são nesses estágios que se deve procurar os processos políticos que levam a uma decisão. Neles encontramos a necessidade de modificar as características da política em questão, a busca por apoio que aos poucos agregam pessoas ou grupos até um ponto onde a aceitação de todos que importam é ganha, chegando ao estágio onde o resultado da decisão já está cem por cento certa, restando apenas sua formalização (2005, p. 115). Nesse sentido, a crítica de Parry recoloca a importância do processo decisório para a tomada de decisões, que, para os pluralistas, é fundamental para o exercício do poder: controlar as posições-chave para a tomada de decisões.

Teoria das classes dominantes

A *teoria das classes dominantes*, de cunho marxista, argumenta que o poder está nas mãos dos proprietários dos meios de produção econômica, ou seja, a burguesia. Aqui o poder político é visto como derivado da propriedade econômica e, desse modo, podemos identificar a classe dominante não apenas pelo controle dos meios de produção, distribuição e troca na sociedade capitalista, mas também pelo controle das instituições políticas. Esta corrente se aproxima da corrente elitista no sentido de que se pode identificar claramente um grupo de elite que controla o poder político. A diferença encontra-se nas bases em que se situa o poder das elites: é o controle dos meios de produção que dá a um grupo posição dominante na

5 Sobre pesquisa em estrutura de poder, ver Domhoff (2009).

sociedade.

Esta teoria trabalha com dois conceitos vindos de campos distintos: o conceito de *classe*, que remete à posição ocupada pelos indivíduos na esfera econômica, e o conceito de *dominação*, relativo às questões políticas. Para o marxismo, existe a separação entre as esferas econômica e política, com primazia da primeira sobre a segunda, e se não for considerado a relação entre ambas, torna-se impossível identificar a origem do poder político. Para os marxistas, teoria elitista clássica acaba em um raciocínio circular, onde “quem detém o poder político em uma sociedade são aqueles que têm o poder”, haja visto que os autores clássicos da teoria das elites consideram que quem atualmente ocupam as posições de elite foram escolhidos por aqueles que já ocuparam estas mesmas posições. Dessa forma, segundo os marxistas, não se explica a mudança política. Nesse sentido, é necessário deslocar o foco da análise do agente político para sua *posição na estrutura econômica*, a fim de se identificar os constrangimentos e os limites da ação política desses agentes e evitar uma análise “voluntarista” da política, em que as ações dependem apenas da vontade dos agentes⁶.

Elites estratégicas

Seguindo uma linha de raciocínio que busca conciliar uma análise marxista com a teoria elitista, Suzanne Keller desenvolve o conceito de *elites estratégicas*. Para a autora, as sociedades modernas se tornaram de tal modo diferenciadas que passaram a exigir indivíduos que detém certas características para desempenharem funções específicas, dentre elas as funções políticas. Esses indivíduos passaram a constituir-se em um novo tipo de elite, cuja principal diferença em relação às elites antigas se dá pela forma com que se alcança as posições de elite: através do mérito. Em outras palavras, nascimento, riqueza, parentesco ou mesmo religião não mais constituem atributos básicos para que um indivíduo alcance uma posição de elite na sociedade, e sim sua capacidade para desempenhar determinada função específica. Ou seja, as elites estratégicas, conforme Keller argumenta, são constituídas por especialistas (1991, p. 32).

As elites estratégicas são, sobretudo, um grupo especializado responsável por um setor institucional particular. Seus membros são admitidos com base em sua competência e demitidos por sua incompetência. Não há, necessariamente, qualquer tipo de laço cultural ou

6 Sobre a crítica marxista à teoria das elites, ver Perissinotto (2009).

de parentesco que unam esses indivíduos. Sendo o mérito a condição necessária para a ocupação de uma determinada posição, o recrutamento dessas elites ocorre de forma mais aberta que seria em uma elite antiga, baseada em *status*. E a tendência de uma elite dominar as demais fica enfraquecida pelo fato do pouco conhecimento que uma elite possui do trabalho especializado da outra. Se pensarmos na atividade política hoje como uma atividade especializada, onde seus agentes necessitam possuir determinada *expertise*, e cujo exercício da atividade envolve a obtenção de certas vantagens e recompensas, podemos dizer que a elite política é uma elite estratégica.

A origem das elites estratégicas remonta à própria origem das classes sociais, como resultado do processo de divisão do trabalho social. O este processo permite a uma sociedade expandir-se na medida que cria excedente de alimentos que permite a um grupo de indivíduos desempenhar outras funções que, por sua vez, criará bases para uma nova expansão. Conforme a sociedade ultrapasse certo nível de tamanho e crescimento, surge um conjunto de estratos sociais diferenciados pelo seu trabalho e estilo de vida – as classes sociais (1991, p. 39-40). A origem das desigualdades entre as classes sociais está no tipo de trabalho realizado por elas: as classes altas contribuíam com seu trabalho para a manutenção da unidade simbólica e prevenção da fragmentação da comunidade, resultando num poder de organização maior e no controle das fontes de suprimento para a sobrevivência física (1991, p. 41-42).

Há uma ressalva que Keller faz à teoria das classes dominantes. Por Marx ter superdimensionado o poder da burguesia, os autores marxistas acabaram por imputarem-lhe influência em áreas em que ela não tinha, resultando nos pressupostos em que a burguesia detinha tanto o poder econômico quanto o poder político, capazes de impor à sociedade não só sua vontade como também sua visão de mundo. Ao contrário, a despeito de terem grande poder econômico a burguesia não tinha influência social, não era capaz de se impor frente às outras atividades como as militares, as religiosas, as políticas e as culturais. Keller percebe a burguesia como uma elite entre outras elites, com as quais ela tinha que compartilhar poder e sem as quais não poderia sobreviver. A burguesia é, nesse sentido, uma elite especializada na direção dos assuntos econômicos da sociedade (1991, p. 54).

As elites estratégicas são uma característica das sociedades industrializadas, que por serem amplamente diferenciadas e complexas, exigem cada vez mais indivíduos especialmente treinados para o exercício de funções específicas em todas as esferas, inclusive naquelas que envolve liderança social e as funções de governo.

2 - PODER LOCAL, ELITES E RECURSOS SOCIAIS

Segundo análise de Tânia Fischer (*apud* SILVA, 2008, p. 70), a noção que envolve o poder local contém duas ideias complementares. Enquanto um âmbito espacial delimitado, o “local” pode significar base, território, microrregião, etc., designações que sugerem constância e certa inércia. Entretanto, essa mesma ideia sugere a existência de um espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar indicando, portanto, movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. Quando delimitamos um local em particular, em nosso caso o município de Caraguatatuba, não estamos nos referindo apenas ao espaço territorial ocupado por este município ou a sua localização geográfica, mais que isso, procuramos indicar a relação de forças pelas quais se processam alianças e conflitos entre os agentes sociais, a formação de identidades e práticas políticas específicas. Nesse sentido, enquanto objeto de investigação, o “local” não é apenas fisicamente localizado mas socialmente construído ou, em outras palavras, é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses específicos.

No Brasil, os estudos sobre o poder local seguem duas abordagens distintas. De um lado, temos a abordagem que enfoca a debilidade do poder local frente à força de um Estado patrimonial, resultado de uma aliança entre o príncipe português e a aristocracia para a ocupação e valorização do território brasileiro, que acabou por gerar um Estado prebendário. Faoro (2000) foi o principal expoente desta abordagem. De outro, o enfoque se dá em sentido inverso, ou seja, o Estado é incapaz de fazer prevalecer a ordem institucional frente ao poder local, sendo este quadro resultado de uma ocupação do território em pequenas comunidades isoladas umas das outras, numa estrutura econômica caracterizada pelo latifúndio, pela monocultura e pela escravidão que legou uma estrutura social marcada por relações tradicionais de poder estruturadas sob a família patriarcal. Esta abordagem tem como expoentes Prado Jr. (1999) e Queiroz (1969), entre outros.

Recorrentes nessas abordagens, no Brasil uma pequena elite assegura o poder através de relações de poder tradicionais, resultando num quadro onde seus negócios particulares se confundem com o interesse público. Sem dúvida, o tema paradigmático para os estudos sobre poder local no Brasil, é o *coronelismo*.

O coronelismo

Da proclamação da República até a ditadura do Estado Novo (1937-1945), as instituições políticas brasileiras tiveram como principal característica a existência de elementos próprios de uma democracia liberal convivendo ao lado de padrões tradicionais de dominação política. Com base nessa característica *sui generis* que se desenvolve a temática do coronelismo. Essa visão enfatiza a proeminência de um mandatário local (o coronel), possuidor de recursos econômicos e sociais que lhe permitia controlar um vasto contingente de pessoas e se firmar como mediador da localidade frente às outras esferas de governo, num contexto social e econômico caracterizado pelo baixo índice de urbanização, relativo isolamento das localidades, relações tradicionais de produção, etc. O compromisso coronelista está assentado numa complexa rede de compartilhamento de favores e lealdades cujo centro encontra-se no governo estadual, que articula recursos e favores tanto na esfera do governo federal quanto na esfera dos governos municipais. A necessidade, por parte do governo, de controlar o eleitorado rural se encontra com a necessidade de auxílio econômico por parte dos fazendeiros, resultando no compromisso que guiou a política brasileira nos trinta primeiros anos do século XX.

O livro *Coronelismo, enxada e voto*, de Vitor Nunes Leal, é, sem dúvida, a principal referência nesse tema. Leal analisa uma realidade marcada pelo nível decrescente do poder econômico dos grandes fazendeiros que, para ter acesso aos mais diversos recursos do Estado, abrem mão de sua autonomia legal, porém, preservando uma autonomia extralegal como contrapartida do governo dentro do compromisso. Este poder que o coronel possui no âmbito local deriva da concentração fundiária, reservando à poucos o controle de grandes extensões de terra⁷, e da pobreza absoluta da população rural, dependente econômica e moralmente dos fazendeiros⁸, constituindo eles os votos de cabresto que o coronel controla,

7 O controle da disponibilidade de terras, mesmo com um vasto território ainda por ser ocupado, foi fundamental para a manutenção do poder político nas mãos dos grandes fazendeiros por todo século XIX até 1930. A Lei de Terras, de 1850, é um exemplo de como se procurava impedir uma maior democratização da terra. De forma simplificada, as terras ainda não ocupadas seriam consideradas propriedades do Estado (terras devolutas), e a única possibilidade de garantir a posse da terra é mediante a compra. Isso evitaria que libertos e imigrantes ocupassem as terras devolutas em vez de trabalharem nas fazendas. A expansão da cafeicultura para o interior foi marcada pelo rígido controle exercido pelos grandes fazendeiros em relação à propriedade, posse, ocupação e comércio das terras, muitas vezes recorrendo à artifícios ilegais como a fraude de títulos de propriedade, grilagem e violência contra posseiros e sitiantes, etc., como Dean (1977) e Monbeig (1998) apontam em seus estudos sobre a expansão da economia cafeeira para o interior de São Paulo.

8 A dependência dessas pessoas pobres, não proprietárias ou pequenos proprietários, é, a princípio, econômica, porém ela também é ideológica na medida que o mecanismo de troca de favores entre o fazendeiro e seus dependentes cria uma situação de compromisso moral, mascarando a situação de explorados à qual essas pessoas estão sujeitas. “Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito

trocando-os por auxílios e favores com o governo. Portanto,

O “coronelismo” assenta, pois, nessas duas fraquezas: fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades (LEAL, 1975, p. 56).

Carvalho (1999) aponta para uma frequente confusão em relação aos termos coronelismo, clientelismo e mandonismo, presentes nas análises sobre o poder local. O coronelismo refere-se a um contexto histórico específico, a República Velha, caracterizada por um sistema que envolve complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo uma série de compromissos recíprocos. O mandonismo, por sua vez, refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, sendo uma característica da política tradicional e não um sistema de relações como o coronelismo. Já o clientelismo indica um tipo de relação entre agentes políticos envolvendo concessão de benefícios públicos em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Embora os três conceitos envolvam características semelhantes, eles não podem ser tomados como sinônimos devido às características específicas de sua manifestação.

A decadência econômica em que viviam os coronéis, uma das características apontadas como fundamentais para o compromisso coronelista, não foi verificado no interior paulista, conforme argumenta Godoy (2006). Segundo o autor, os coronéis do interior paulista gozavam de uma situação econômica privilegiada, pois suas atividades não se resumiam apenas à produção e venda de café: eles eram também grandes industriais e empresários, e acumularam tanto poder que alguns deles chegaram à presidência da República. Evidentemente, os estudos que observaram o fenômeno do coronelismo em estados periféricos observaram uma realidade marcada por um ambiente pobre e nitidamente rural, algo que não pode ser aplicado ao estado de São Paulo e suas cidades prósperas, suas ferrovias e indústrias nascentes.

Conforme o processo de urbanização alcançava os municípios do interior, assim como o processo de modernização da agricultura inseria formas capitalistas de relação entre

e da veneração estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementaridade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço, e resulta na aceitação voluntária de uma autoridade que, consensualmente, é exercida para o bem. Em suma, as relações sociais entre senhor e dependente aparecem como inclinação de vontade do mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição de vontade do mais forte sobre o mais fraco, como luta. Em consequência, as tensões inerentes a essas relações estão profundamente ocultas, havendo escassas possibilidades de emergirem à consciência dos dominados” (FRANCO, 1983, p. 88).

trabalhadores rurais e proprietários, os padrões de dominação política e de interação entre tais municípios e os governos estadual e federal foram redefinidos. E essa nova realidade traz à tona novos grupos sociais, ligados à indústria e ao comércio, portadoras de reivindicações políticas próprias, que dilui o poder do mandatário e permite a emergência de outros atores que disputar-lhe-iam o predomínio da mediação política. Outras formas de mediação institucional também são criadas, como sindicatos, partidos políticos, órgãos burocráticos do governo, etc., permitindo o acesso da população às diversas esferas do poder público sem a necessidade de recorrer ao líder local. Aos poucos os coronéis perdem o monopólio da mediação política, e o avanço do poder público e da burocracia estatal eliminam paulatinamente as possibilidades de exercício do poder extralegal, minando a força do poder privado dos líderes políticos locais. É nesse sentido que Kerbauy (2000) fala na “morte” dos coronéis.

Porém, isso não significou uma maior democratização nas relações de poder no Brasil. A utilização de máquinas políticas para a conquista de postos dentro do Estado; a cooptação de segmentos da sociedade através de uma nova forma de clientelismo, não mais baseado em relações pessoais e sim no favorecimento de determinados segmentos através da distribuição de recursos e benefícios; o caráter paternalista das políticas públicas, etc., demonstram que o desenvolvimento urbano por si só não acarreta no surgimento de orientações e práticas políticas autônomas por parte de uma população pertencente aos setores mais dinâmicos da sociedade, em tese portadores de maior consciência de classe.

A ocupação de postos dentro da burocracia estatal, assim como a conquista de cargos públicos nos períodos eleitorais, se tornou fundamental para o exercício do poder, uma vez que é através deles que se pode manipular recursos públicos e distribuir benefícios e favores. O processo eleitoral passa a ter importância no momento em que, livres do controle e de todo o tipo de fraude e manipulação perpetrada pelas poderosas elites locais⁹, as eleições se tornaram um canal para a ascensão política de grupos sociais antes marginalizados do processo decisório, permitindo-lhes expressar as demandas e interesses desses grupos na arena política. O processo eleitoral permite que, de forma gradual, grupos de oposição ao *status quo* local tenham acesso aos bens e recursos do Estado, sem resultar, necessariamente,

9 Em teoria. As mudanças nas leis eleitorais, assim como o controle maior do processo eleitoral pelo Estado, principalmente com a criação da Justiça Eleitoral, praticamente eliminaram as possibilidades de um controle direto das eleições por parte dos chefes políticos locais, como acontecia na República Velha. Porém, isso não significa que o processo eleitoral esteja livre de qualquer tipo de fraude, ou que não existam outras formas de tentativa de controle dos votos, desde compra até mesmo ameaças aos eleitores. O importante é atentar para a legitimidade que o processo eleitoral ganha, sobretudo durante e após o período da redemocratização. As eleições são consideradas limpas, os derrotados aceitam o resultado e a Justiça Eleitoral funciona como um árbitro do processo, sendo um canal legítimo para eventuais contestações.

em uma mudança radical na dinâmica política local.

As novas características assumidas pelos municípios do interior, sobretudo a partir da década de 1970, tornam insuficiente para análise dos processos políticos em âmbito municipal uma abordagem que enfatize apenas o mandonismo, não abordando toda a gama de novos processos que envolvem desde a formação das elites até as relações de mediação estabelecidas entre agentes políticos locais e as esferas de governo estadual e federal. O crescimento do eleitorado, sua heterogeneidade, as diversas formas de ingresso na vida política (não apenas através de militância partidária, mas também pela participação em outras entidades como sindicatos, associações, movimentos sociais, serviço público, etc.), e a própria autonomização relativa da esfera política, que envolve maior especialização da atividade política, nos coloca a necessidade de ampliar o campo de análise, saindo das dimensões institucionais e passando a utilizar informações relativas às facções, redes, biografias, estruturas de mediação, etc. Como argumenta Coradini (2008), a questão não é estudar elites ou grupos dirigentes, e sim estruturas de capital, de poder e de dominação. O problema, aqui, é que o objeto de estudo não é constituído por grupos ou indivíduos, mas pelos recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes. Trata-se, portanto, de verificar as possibilidades de reconversão de bases sociais (tais como origem familiar e social, formação escolar, acúmulo de relações sociais, trajetórias profissional e político e origem geográfica) em recursos políticos, a serem utilizados em contextos de disputa eleitoral. Nesse sentido, a análise dos recursos sociais utilizados em contextos de disputa política passa pela discussão dos conceitos de *campo político*, *capital social* e *habitus*, presente na sociologia relacional de Pierre Bourdieu.

Pierre Bourdieu e o conceito de campo político

Embora Pierre Bourdieu não trabalhe com o tema das elites políticas ou poder local, seus conceitos podem nos auxiliar neste estudo. Para o sociólogo francês, tratar a política de modo científico, ou seja, “pensar a política sem pensar politicamente”, é tratá-la em termos de um campo social, cuja a base de funcionamento dessa realidade social é igual a de outros campos, ou seja, é homólogo às outras instâncias da sociedade, apesar de suas características específicas. Bourdieu procura evitar, dessa maneira, reproduzir em suas pesquisas as

representações que os próprios agentes políticos fazem de si, evitando assim naturalizar as características constitutivas deste campo.

Em sua sociologia, Bourdieu procura resolver a grande questão existente nas Ciências Sociais, que é a oposição entre indivíduo e sociedade, entre ação e estrutura, entre aquilo que é objetivo e aquilo que está subjetivo. Esta controvérsia pode ser traduzida, conforme nos diz Ortiz (1994), pela oposição entre dois clássicos: Durkheim e Weber. Para Durkheim, há uma essência exterior e transcendente aos indivíduos que os enquadra coercitivamente em direção à norma. Portanto, toda a ação social pode ser deduzida a partir de um sistema objetivo de representações que está fora do alcance do ator social. O indivíduo é, dessa forma, recalcado pela coerção exercida pela consciência coletiva, sendo a escola uma das instituições que permite a manutenção e a reprodução da ordem social por ser ela a constituidora do ser social dos indivíduos. Nesse sentido, o indivíduo é apenas um executor das normas estabelecidas, da estrutura, de algo que está objetivamente programado e que lhe é exterior. Por sua vez, Weber procura compreender a objetividade do mundo através da apreensão das ações individuais, pois para o pensador alemão a ação não é uma simples execução e sim o núcleo de significação do mundo. Nesse sentido, a sociedade não existe como uma totalidade, mas sim como intersubjetividade cuja origem se encontra na ação primeira do sujeito. O mundo objetivo aparece como uma rede de intersubjetividade resultante de ações dirigidas para o “outro”, cujo significado aparece na medida em que o “outro” compartilha com o sujeito da ação o mesmo mundo social onde tais ações se desenrolam. Portanto, objetivações como capitalismo, religião ou política só podem ser compreendidas através das ações efetuadas pelos indivíduos: o capitalista, o sacerdote, o político, respectivamente.

Bourdieu critica o objetivismo por este considerar o agente apenas como um executor das normas ou estruturas, porém critica também o subjetivismo no sentido em que os agentes interagem em um campo onde suas posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. Se no primeiro caso não são levadas em conta as capacidades criadoras dos agentes, no segundo não são considerados os elementos existentes que acabam influenciando o modo como os agentes se apresentam para a interação. Assim, além das relações de interação entre os agentes, Bourdieu coloca também a questão do poder, de quem tem direito à palavra, ou das possibilidades de exercer um poder sobre quem a palavra foi cassada. É no sentido de encontrar a mediação entre o agente e a sociedade que Bourdieu desenvolve os conceitos de *habitus* e de campo.

Bourdieu define *habitus* da seguinte maneira:

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de proteção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (*apud* ORTIZ, 1994, p. 14)

Enquanto estrutura estruturada, o *habitus* é entendido pela interiorização das estruturas do ambiente, ou seja, dos valores, normas, princípios sociais e sistemas de classificação, que funcionariam como princípios de geração e estruturação das práticas e representações dos agentes (estruturas estruturantes). Dessa forma é assegurada a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. Assim, as práticas e representações podem ser “regulamentadas” e “reguladas” sem ser necessariamente resultado de uma obediência às regras, como também sem ser resultante de uma previsão consciente de metas a serem atingidas. Com o conceito de *habitus*, Bourdieu procura escapar da oposição entre ação e estrutura, evitando considerar a ação como mero efeito de mecanismos de coerção exteriores ao indivíduo, como também evitar o finalismo onde o sujeito pensa e age de maneira livre e consciente, sendo a ação fruto do cálculo das chances de perdas e ganhos.

O *habitus* pressupõe um conjunto de “esquemas generativos” que presidem a escolha, ou seja, que se reportam a um sistema de classificação que é anterior à ação. As categorias que formam esse sistema de classificação são históricas e sociais, portanto, elas reproduzem as relações hierarquizadas que estruturam toda a sociedade. O *habitus* não só orienta a ação como também preside a forma como o mundo é apreendido pelos indivíduos. Sendo os sistemas de classificação engendrados pelas condições sociais e que a estrutura objetiva da distribuição dos bens materiais e simbólicos se dá de maneira desigual, toda a escolha acaba por reproduzir relações de dominação. Quer dizer, os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais que ocupam, sendo o *habitus* produto da incorporação dos princípios de visão e divisão que constituem uma determinada ordem social. Dado uma situação particular, o *habitus* orienta a ação dos indivíduos dentro de um espaço onde suas posições estão anteriormente fixadas, e onde é travado uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam este espaço. Este espaço Bourdieu denomina *campo*.

Para Bourdieu, o campo social pode ser descrito como um espaço multidimensional

de coordenadas onde os agentes se posicionam, na primeira dimensão, de acordo com o volume total do capital que possuem, e na segunda dimensão de acordo com a composição do seu capital, ou seja, segundo o peso relativo dos diferentes tipos de capital. O conceito de capital está intimamente ligado ao de campo, pois a posição que os agentes ocupam no campo depende da distribuição de determinadas propriedades que conferem poder dentro deste mesmo campo ao seu portador. Essas propriedades, que podem estar em forma de bens materiais ou em estado incorporado, como no caso de títulos escolares ou de notoriedade, são chamados de capital.

Os campos se constituem em espaços sociais estruturados de relações objetivas entre posições, caracterizado cada campo em função dos objetos de disputa e de interesses específicos. Esses espaços sociais podem ser entendidos em termos de um local onde é jogado um jogo, sendo os capitais os trunfos mobilizados pelos jogadores (os agentes sociais) para o posicionamento no campo e para a conquista dos bens disputados. Entretanto, para que este jogo funcione, é necessário, além dos objetos de disputa específicos, jogadores prontos para jogar esse jogo, ou seja, indivíduos que possuam o *habitus* que implica no reconhecimento das regras do jogo e dos objetos de disputa.

Pensar o campo enquanto jogo significa, em primeiro lugar, pensar o campo enquanto um espaço de competição entre os jogadores, cujo objetivo, dentre várias coisas, está aquilo que define o próprio campo; em segundo lugar, pensar o campo enquanto um espaço onde se constrói um consenso em torno do próprio jogo em si, porque os jogadores possuem as mesmas crenças e aceitam participar do jogo, concordando com suas regras e aceitando-o como legítimo. Este consenso é a base para os conflitos e as disputas, pois embora existam antagonismos entre os diversos agentes dentro do campo, há uma “cumplicidade objetiva” em torno do jogo propriamente dito, que permite a própria reprodução do jogo. Desse modo, as estratégias de subversão ficam limitadas às condicionantes impostas pelas próprias regras do jogo. Questionar o jogo, suas regras e seus valores implica na exclusão dele.

Além disso, essa concordância implica também nas reduzidas possibilidades de mudança estrutural do próprio campo. Dito de outro modo, enquanto a disputa entre dominantes e dominados, ou entre aqueles que possuem o máximo de capital e aqueles que possuem pouco ou nenhum capital, pode transformar as características do campo, ela não transforma a estrutura de posições objetivas que formam o campo como também não deixa de reproduzi-lo. A resistência dos dominados em relação aos dominantes se dá na medida das possibilidades em que os dominados possam se tornar dominantes, e mesmo que as disputas

resultem em mudanças nos critérios de definição das posições, elas não são modificadas estruturalmente. A única forma de mudança estrutural do campo consiste no próprio questionamento do jogo, o que não está ao alcance dos jogadores.

Segundo nos diz Bourdieu, “as categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (1989, p. 141). Estando essas categorias presentes no *habitus*, há uma homologia entre determinados *habitus* e as posições ocupadas pelos agentes no campo social. Como consequência, há por parte dos agentes a aceitação do mundo social como natural, em vez de rebelarem-se contra ele, de lhe oporem possíveis diferentes, etc. Isso implica numa aceitação tácita dos limites e das distâncias. Para Bourdieu, a essência da luta política está em transformar ou conservar o mundo social pela conservação e transformação das categorias de percepção deste mundo.

Uma das considerações de Bourdieu a respeito do campo político é que, embora seja um campo de lutas e disputas como outros campos, ele não é um campo fechado em si, ou seja, o mundo exterior ao campo tem certa influência dentro dele, pois de outro modo a vida política seria impossível. Essa influência externa se dá pelo fato do poder atribuído aos políticos ser, em certa medida, à eles delegado por um grupo, assim como os eleitores podem julgá-los periodicamente.

Como os instrumentos de produção de uma representação do mundo estão distribuídos de forma desigual pela sociedade, o campo político pode ser entendido em termos da lógica da oferta e da procura. Portanto,

o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 1989, p. 164)

Temos, então, a separação entre dois tipos de agentes: aqueles que produzem os produtos políticos ofertados no mercado, os *profissionais*, e aqueles que apenas consomem tais produtos, os *profanos*. É importante registrar essa separação pelo fato de que não existem condições objetivas que permitam a igual participação de toda a população nos assuntos políticos, impossibilitando qualquer tipo de governo direto. O que marca a diferença entre aqueles que possuem condições de participação ativa nos assuntos políticos e aqueles que não é a desigual distribuição dos instrumentos materiais para a participação ativa na vida política, principalmente tempo livre e capital cultural. Quanto mais despossuídos desses

instrumentos estiverem os profanos, mais concentrado nas mãos dos profissionais estará o capital político, assim como menor serão as possibilidades de contestação dessa situação.

Embora Bourdieu concorde com os autores da teoria clássica das elites quanto a separação entre um grupo minoritário que governa e um grupo majoritário que é governado, ele critica a teoria clássica por apresentar tal separação como uma lei eterna, resultado de uma análise que acabou por naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem essa separação entre agentes que são politicamente ativos e agentes que são politicamente passivos. Para Bourdieu, essa separação só é válida dentro dos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

Como os produtos políticos constituem em instrumentos de percepção e de expressão do mundo social ou, dizendo de outra maneira, princípios de di-visão, a distribuição das opiniões numa dada população depende de quais instrumentos estão disponíveis e das possibilidades de acesso à eles. Nesse sentido, tudo aquilo que pode ser pensável ou dizível politicamente está restrito aos limites dados pela posição do grupo ou classe social nas relações de produção cultural ao qual o discurso político é direcionado. Bourdieu afirma ainda que a passagem das opiniões subjetivas em manifestação pública através de um discurso ou ato público constitui um ato de instituição, que representa assim uma forma de oficialização, de legitimação. Sendo monopólio dos profissionais a produção das formas de percepção e expressão política consideradas legítimas, os consumidores se encontram condenados “[...] às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos” (BOURDIEU, 1989, p.166, grifos do autor). São esses os constrangimentos que recaem primeiramente sobre os dominados, que sem outra opção restam-lhes a demissão ou entrega de si ao partido. E a própria condição da existência dos partidos enquanto uma organização permanente e relativamente independente dos interesses corporativos e conjunturais contribui para completar esse desapossamento, pois a “[...] delegação global e total pela qual os mais desfavorecidos concedem em bloco ao partido de sua escolha uma espécie de crédito ilimitado, deixa caminho livre aos mecanismos que tendem a retirar-lhes [dos desfavorecidos] a posse de qualquer controlo sobre o aparelho” (BOURDIEU, 1989, p. 167). Dessa maneira, aqueles que dominam o partido têm interesses ligados à existência e persistência dessa instituição, assim como os ganhos específicos obtidos através dela, que reforça ainda mais o monopólio dos profissionais pelo fato de que eles podem impor seus interesses enquanto interesses da coletividade, e isto sem

que seja possível verificar em que medida os interesses implícitos dos mandatários coincidam com os interesses explícitos dos mandantes já que o monopólio dos instrumentos de expressão dos interesses políticos dos segundos estão nas mãos dos primeiros.

A entrada no jogo político requer além do que foi exposto até aqui um certo tipo de competência específica para ter sucesso nesse jogo. Ou seja, o *habitus* político requer uma preparação especial, que consiste na aquisição de um *corpus* de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho dos políticos do presente e do passado, como também na aquisição de uma certa linguagem e de uma certa retórica política. Também é necessário uma espécie de iniciação, de provas e ritos de passagem que “tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido” (BOURDIEU, 1989, p. 169-170, grifos do autor). Embora ganhe maior autonomia o campo de produção ideológica, principalmente com o aumento das grandes burocracias políticas e com o aparecimento de instituições encarregadas de formar produtores profissionais de esquema de pensamento e de expressão do mundo social, não significou uma diminuição da concentração dos meios de produção de discursos e atos socialmente reconhecidos como políticos. Isso porque ao político é necessário ter conhecimento prático sobre as tomadas de posição, sejam elas atuais ou potenciais, como também dominar o princípio das tomadas de posição, ou seja, dos espaços das posições objetivas e da atitude de seus ocupantes. Porém, o mesmo sentido do jogo que faz com que o político preveja a tomada de posição de outros políticos o torna previsível para os demais. “Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido inglês do termo *responsible*, quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço em jogo” (BOURDIEU, 1989, p. 172). Por isso, a importância da adesão dos políticos às regras do jogo, para que dele não sejam excluídos como também para que aproveitem os ganhos nele obtidos. O reconhecimento de que vale a pena aderir às regras para se jogar o jogo cria uma espécie de solidariedade entre todos os participantes, fundamental para o funcionamento do próprio jogo.

A luta travada no campo político é uma espécie de luta simbólica pela conservação ou transformação do mundo social através da conservação ou transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo. Nos diz Bourdieu que essa luta

assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e

fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de se fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (a administração do Estado). [...] Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta *forma sublimada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir. Para garantirem esta mobilização duradoira, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários. (1989, p. 174, grifos do autor)

A produção de ideias acerca do mundo social encontra-se, desse modo, subordinada à conquista do poder, ou mais especificamente no caso das democracias, subordinada à conquista dos eleitores.

Em relação à questão da representação, Bourdieu argumenta que a relação aparente entre os representantes e os representados, dissimula a relação de concorrência existente entre os representantes como também a relação de orquestração (ou harmonia preconcebida) existente entre representantes e representados. Bourdieu procura atualizar a máxima de Weber ao dizer que “pode se viver da política com a condição de se viver para a política”, ou seja, a relação que os políticos mantêm com seus eleitores é mediada pela relação que eles mantêm com seus concorrentes no campo; somente servem aos interesses de seus clientes na medida em que se servem ao servi-los, ou seja, é a coincidência entre a posição dos mandantes e a dos mandatários na estrutura do campo social que permite a realização dos interesses dos segundos pelos primeiros. Consequentemente, os discursos políticos são sempre duplamente determinados porque “[...] resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo os fins exotéricos das lutas internas e os fins exotéricos das lutas externas” (BOURDIEU, 1989, p. 177).

O sentido da tomada de posições dos agentes dentro do campo só pode ser apreendido em termos relacionais, por meio do jogo de oposições e distinções. A oposição “direita” e “esquerda”, por exemplo, mantem-se numa estrutura transformada devido a uma permuta parcial dos papéis entre aqueles que ocupam estas posições em dois momentos diferentes. Quer dizer, a existência de dois conjuntos de ideias concorrentes não define, necessariamente, a posição tomada por seus defensores no campo. Num determinado momento certo conjunto de ideias é defendido por quem se encontra à direita, noutra momento por quem se encontra à esquerda. O importante não é a ideia em si, mas a estrutura de oposições, que pode se reproduzir também dentro dos partidos e dos grupos, segundo a lógica que relaciona os interesses específicos dos profissionais e os interesses reais ou

presumíveis dos seus mandantes, reais ou presumíveis.

O campo político pode ser descrito também como lugar onde se disputa o poder através da concorrência pelos profanos, melhor dizendo, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. A força política do porta-voz se deve à apropriação da palavra (ou do silêncio, na maioria das vezes) do grupo, assim como da própria força deste grupo, que ele contribui para produção ao lhe prestar uma palavra reconhecida como legítima no campo político. Sendo em política

“dizer é fazer”, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social (BOURDIEU, 1989, p.185, grifos do autor)

Isso quer dizer que a palavra do porta-voz deve sua força também à confiança que ela consegue inspirar no grupo ao qual se dirige, mobilizando-os no sentido de tornar realidade o enunciado. O homem político retira sua força, portanto, da confiança que o grupo põe nele. O capital político, nesse sentido, é uma espécie de capital simbólico por ter como base a crença e o reconhecimento pelos quais os agentes conferem a uma pessoa os seus próprios poderes. É uma espécie de crédito dado ao político baseado na confiança, e por isso mesmo só mantido mediante o trabalho para manter essa confiança e evitar a desconfiança.

São dois tipos de capital político que Bourdieu fala: o capital pessoal, que pode ser de notoriedade e popularidade, firmado no fato de ser conhecido e reconhecido, de ter uma certa reputação por possuir um certo número de qualificações específicas, geralmente produto da reconversão de notoriedade acumulada em outros campos, principalmente em profissões que permitem tempo livre e supõe um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, o domínio profissional da eloquência, ou capital profético, do qual Weber pensa quando fala em “carisma”, resultado de uma ação inaugural realizada em um momento de crise, onde há um vazio e um silêncio deixados pelas instituições. O outro tipo de capital é o capital delegado da autoridade política, resultado de uma transferência provisória e limitada (embora possa ser renovada por toda a vida) de um capital detido e controlado pela instituição, e só por ela. Porém este capital só é investido no homem político pela instituição na medida em que o homem político se dedica à instituição, através de serviços prestados, obediência às instruções e conformidade às exigências da instituição, “mas também em investimentos psicológicos que fazem com que a exclusão, como o retirar o capital de autoridade da instituição, assumam frequentemente a forma de *falência*, de uma *bancarrota* ao mesmo tempo

social e psicológica” (BOURDIEU, 1989, 193, grifos do autor). Nesse sentido, delegação do capital político pressupõe a objetivação dele em postos ou instrumentos de mobilização e sua reprodução contínua. Isso quer dizer que a objetivação do capital político permitiria certa independência perante a sanção eleitoral, tendo em vista ser possível se manter nos postos (no partido, principalmente). Quanto maior a profissionalização da política e maior é a burocratização dos partidos, maior é a criação de postos e mais vantajoso se torna entrar no aparelho. Por fim,

à medida que o processo de institucionalização avança e o aparelho de mobilização cresce, o peso dos imperativos ligados à reprodução do aparelho e dos postos que ele oferece, vinculando os seus ocupantes por todas as espécies de interesses materiais ou simbólicos, não deixa de aumentar, tanto na realidade como nos cérebros, em relação àqueles que a realização dos fins proclamados importaria: e compreende-se que os partidos possam ser assim levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência. (BOURDIEU, 1989, p. 195-6)

Ou seja, a conquista de postos passa a ser um fim em si mesmo.

Recursos sociais e recrutamento de elites

Seguindo a formulação de Philippe Braud (*apud* GRILL, 1999), o poder político é caracterizado pela sua atitude em extrair, do modo de produção de bens simbólicos, uma legitimidade mínima, e do modo de produção econômica, os homens e as tecnologias sem os quais seria impossível sua reprodução e sua imposição ao conjunto da sociedade. Bens materiais, simbólicos, formas de autoridade, etc., em determinados contextos de crenças e valores, podem ser reconvertidos em trunfos políticos, legitimando os agentes como portadores das “competências” necessárias para o exercício dos cargos postulados ou da posição assumida dentro do campo político local (como representante dos interesses locais frente a determinados outros interesses, por exemplo).

O acúmulo de capital social, as formas de inserção política e os determinados contextos locais interferem no processo de recrutamento de elites em âmbito local. E como cada localidade tem características próprias quanto aos valores compartilhados pela população local, às clivagens sociais e à estrutura socioeconômica, o conjunto dos bens passíveis de reconversão, assim como as estratégias de legitimação frente aos eleitores e aos adversários políticos, varia. Mesmo em municípios pequenos ou bairros periféricos, o

contexto específico da localidade indica as possibilidades de cada agente em utilizar-se de seus recursos e capital social acumulados em função de sua legitimação política naquele âmbito. Coradini (2001) salienta que as reconversões dependem de diferentes lógicas sociais, vinculadas à esferas diferentes, onde interesses e valores associados a determinadas características possam adquirir significados contrários. Nas relações entre quaisquer característica ou recurso social, a reconversão nunca é direta.

A construção de um empreendimento eleitoral bem sucedido requer mobilização, ou seja, conquista de eleitores (em geral), de apoiadores e cabos eleitorais. E o processo de mobilização passa pelo processo de criação de símbolos de identificação e tomada de posições política, os quais serão oferecidos pelos candidatos. Tais símbolos envolvem desde a imagem pessoal cultivada pelo candidato, retribuições materiais, retribuições simbólicas, etc.

Os agentes, durante a campanha e mesmo em sua atuação durante os mandatos, percebem o processo político como um processo de mediação entre diversos “interesses”, e procuram se apresentar como mediador, ou como alguém capacitado para tal atividade. Percebemos isso mais claramente quando analisamos as estratégias eleitorais de candidatos ao legislativo (deputado ou mesmo vereador), embora candidatos a prefeito possam utilizar tal construção como recurso político (apresentando, inclusive, “provas” de sua capacidade ao enfocar sua atuação política como vereador ou deputado). A atividade de mediação envolve a manipulação, por parte do ator político em questão, de um conjunto de recursos (desde violência, alianças matrimoniais, advocacia, meios de comunicação, prestígio social, etc.) a fim de se afirmar como líder político. Quanto mais recursos manipular, maiores suas chances de ter reconhecida sua liderança. Ao analisar a trajetória política de Tenório Cavalcanti, Grynspar (1990) nos oferece um exemplo elucidativo de como um agente político pode manipular vários recursos (códigos) para acessar esferas diversas, se colocando como mediador entre aqueles restritos a uma esfera apenas.

Ao manipular diversos recursos, o agente político pode acessar espaços diversos e constituir redes pessoais, controlados pelo líder político, e que envolva uma série de alianças estruturadas hierarquicamente. A posição do líder local lhe permite constituir alianças “para cima”, acessando “esferas superiores” como secretarias de estado, o próprio governo estadual ou mesmo ministérios. Ao mesmo tempo sua posição também lhe permite construir alianças “para baixo”, ao receber demandas e oferecer bens e serviços. Assim, podemos pensar em redes políticas constituídas de vários níveis, com vários líderes locais comandados por um

líder regional, e vários líderes regionais comandados por um líder estadual. A posição ocupada pelos diversos atores nessa estrutura depende da quantidade de recursos possíveis de serem manipulados, e sua ascensão depende da conquista ou acúmulo de recursos. Os espaços de atuação variam, desde a burocracia estatal, a militância política, como também a atuação em sindicatos, associações diversas, movimentos sociais, ou mesmo o campo de atuação profissional. Evidentemente a passagem desses espaços para o espaço político, sobretudo aqueles que não são a este diretamente ligado, requer uma série de reconversões, transformando o capital social acumulado nesses espaços em recursos a serem utilizados no espaço político. A forma como os espaços de disputa política são construídos e a maneira como os agentes políticos utilizam seus recursos a fim de ocupar uma determinada posição nesse espaço pode ser melhor compreendido se analisarmos as trajetórias dos principais agentes. Nelas poderíamos verificar as modalidades de inserção e a construção das carreiras políticas, o peso dos recursos econômicos e da titulação escolar, assim como a utilização de vínculos pessoais adquiridos em diferentes instâncias.

É necessário destacar também a importância dos títulos escolares enquanto trunfo político, assim como a atuação dentro do campo de trabalho, e as relações construídas em espaços diversos como aquelas ligadas a atividades religiosas, desportivas, comerciais, etc.¹⁰. Os usos políticos das profissões estão ligados às manifestações de “capacidade”, de trânsito em diversas esferas, principalmente “as superiores”, etc. Rodrigues (2002) aponta para a importância de determinadas ocupações/profissões (*talking chatter classes*) para a constituição da maioria da representação parlamentar em vários países. Segundo o autor,

Essas profissões e ocupações são as que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e de aperfeiçoamento da arte oratória, instrumento essencial para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política. Não há futuro para o político profissional sem o domínio da oratória. Apesar dos dotes individuais sempre necessários, algumas profissões qualificam melhor para os debates parlamentares e públicos” (p. 117)

Entretanto, a reconversão de recursos sociais ligadas ao exercício de uma certa atividade profissional não se dá de maneira direta. Conforme salienta Offerlé (1999), os usos da profissão por parte dos “profissionais” da política, ou de seus atributos associados, dependem da conjuntura histórica ou do estado das oposições dentro do campo político. Em diferentes momentos da carreira política um mesmo atributo pode ser trabalhado e em

10 Um estudo interessante é o de Coradini (2007), que ao constatar o fato de vários políticos que atuam em âmbito nacional (deputados, senadores e ministros) serem vinculados a alguma associação ou sindicato, busca analisar as relações disso com seus respectivos trajetórias sociais e com sua posição no espaço político.

seguida renunciado, pode sofrer reajustes e reinterpretações, etc. Além disso, a reconversão desse tipo de recurso em capital político depende de investimentos no sentido de sua redefinição como uma atividade ligado à política.

Coradini (2001) aponta outra possibilidade, a da reconversão das relações estabelecidas no exercício de determinadas profissões em recursos eleitorais. Isto implica, em primeiro lugar, em que tais relações são equivalentes ou afins com a política eleitoral; e em segundo lugar, que a natureza delas poderiam ser apreendidas também enquanto eleitorais ou “políticas” tanto pelos profissionais em questão quanto por seus eleitores potenciais. Para o autor,

mais do que as relações estabelecidas no exercício profissional, trata-se de usos de títulos profissionais em combinação com outras esferas de atuação e formação de “lideranças”, numa espécie de “transfiguração” da “profissão” e sua conversão em recursos eleitorais. Portanto, essas relações não decorrem de algum tipo de exercício profissional em seu sentido estrito, mas exatamente de sua negação enquanto tal (p. 20)

A questão colocada aqui diz respeito às relações estabelecidas entre o profissional e os usuários ou clientes de determinada profissão. O trunfo eleitoral, portanto, se baseia no reconhecimento por parte desses usuários dos serviços prestados durante anos de exercício profissional. Em municípios interioranos, principalmente, a notoriedade adquirida por certos profissionais (como professores e advogados) devido às qualidades diretamente ligadas ao exercício profissional pode ser reconvertida em trunfos políticos.

Além desses fatores, podemos salientar a importância da “herança política”, ou seja, da possibilidade de reconversão dos vínculos e bens políticos acumulados por familiares em trunfo eleitoral. Outro ponto importante é a possibilidade de transferência de capitais políticos (principalmente eleitorado e bases de apoio, como também realizações dos mandatos), a fim de conseguir maior estabilidade das organizações políticas e maior controle do mercado político. Assim os líderes locais e regionais conseguem manter controle sob seu reduto e criar barreiras contra a invasão de *outsiders*.

Até aqui apontamos para fatores relevantes quanto à inserção política, reconversão de bens sociais adquiridos em espaços diversos em trunfos políticos a serem acessados nos espaços de disputas eleitorais, construção de lideranças e legitimação política. Mas não devemos tomá-los isoladamente dos contextos histórico, social e econômico, para uma melhor compreensão do fenômeno. Determinadas situações influenciam no processo de construção do campo de disputa político, na construção de valores e nas possibilidades de reconversões em diversos níveis. E atentando para a dinâmica dessas situações podemos

avaliar melhor em que condições um determinado perfil de elites políticas persiste, ou que condições a mudança deste é favorecida¹¹.

A ascensão ou o declínio de certas atividades econômicas, por exemplo, pode levar à mudanças do perfil das elites políticas. Setores econômicos que ganham importância na economia local trazem novas demandas e propostas, às vezes até uma nova visão dos problemas locais, cuja expressão política se dará com o surgimento de novos agentes políticos ligados a esses setores, que passam a disputar poder com os agentes políticos tradicionais. As mudanças econômicas oferecem oportunidades de inserção política, de reconversão de títulos escolares e vínculos profissionais adquiridos durante o fortalecimento das novas atividades, especialmente se levarmos em conta o processo de urbanização e industrialização do interior, as mudanças de valores advindos desse processo, etc. Da mesma forma, políticos cuja força está ligada a atividades econômicas decadentes perdem espaço na arena política local, os valores tradicionais perdem força enquanto trunfo político e as lideranças já constituídas passam a ser questionadas por sua ligação com um mundo que já não faz mais sentido – a comparação de valores “modernos” ligados à indústria e à urbanização *versus* valores tradicionais ou “arcaicos” ligados ao meio rural, dentro do contexto de transformação econômica que estamos tomando como exemplo.

A permanência de um determinado perfil de elites depende do grau de transformação que ela mesma sofre dentro do conjunto de transformações que ocorrem nesse contexto. A habilidade dos líderes em adquirir novos capitais sociais, de reconstruir suas bases de apoio fundadas nas novas características que o espaço de disputa política assume, de frequentar os novos espaços sociais abertos pelas novas atividades econômicas, de reconstruir alianças, etc., é de suma importância. Já a inserção de novos agentes de perfil distinto dos tradicionais depende da habilidade deles em ocupar os espaços deixados pelos antigos políticos em decadência e se legitimar como novas lideranças.

Alterações na forma como o poder é distribuído entre as esferas de governo, modificações na estrutura partidária ou na legislação eleitoral, por exemplo, interferem no modo como as elites políticas se organizam para disputar o poder. Ou seja, as mudanças nas regras do jogo têm fundamental importância no processo de estruturação do campo de disputa político. É um fator óbvio, porém importante. A construção de alianças, as

11 No estudo sobre vínculos associativos e atuação política já citado, Coradini verifica o aumento de políticos portadores desse capital associativo atuando em âmbito nacional, e relaciona esse fato à intensificação da concorrência eleitoral após o fim do regime autoritário. As novas condições de disputa eleitoral favorecem a reconversão desse tipo de capital em trunfos políticos, embora a forma como isso ocorra varie de caso para caso.

reconversões, os trunfos acionados, as adesões, etc. dependem do fortalecimento do campo de disputa política. E o alargamento deste após o fim do regime autoritário permite a inserção de novos agentes que até então tinham possibilidades reduzidas de atuação política.

Outro processo importante relacionado às novas configurações assumidas pelo campo político é o de especialização da atividade política. A profissionalização da política vai além da simples renumeração em oposição ao seu exercício honorífico como salientado por Weber, exigindo a aquisição de certas competências e um longo período de dedicação¹². O agente político deve ser “treinado”, e seu “campo de treinamento” geralmente é a política local, principalmente para aqueles cuja posição social não fornece possibilidades de acesso às competências necessárias sem a necessidade de atuação política de fato. Por exemplo, pessoas que pertencem a famílias de políticos ou frequentam espaços sociais próximos ao espaço político têm mais condições de adquirir as competências políticas apenas por suas relações pessoais, e sua entrada na política se dá quase que naturalmente, e geralmente em cargos mais elevados. Quem se insere na política sem dominar as competências geralmente começa em cargos mais baixos e adquire tais competências na prática. Em suma, o alargamento do campo de competição política abre possibilidades de inserção de novos atores, porém não é qualquer um que conseguirá ocupar os novos espaços abertos.

O aumento populacional é outro fator importante. A ampliação do universo de eleitores transforma as relações entre políticos e seus eleitores. A dificuldade de conseguir apoio político de um eleitorado de dimensões maiores, heterogêneo quanto ao *status* social e às demandas é maior, os atores precisam acessar vários trunfos, frequentar diversos espaços sociais e construir redes, para adquirir o apoio necessário. Em municípios onde o afluxo de migrantes foi grande, transformando de maneira significativa o eleitorado, os apoios e os laços construídos anteriormente ficam fragilizados, ao mesmo tempo em que construir novos laços requer esforços no sentido de reconversão de capital social, criação de identificação e na busca de apoiadores. A nova configuração tomada pelo campo político põe em risco a liderança de atores políticos mais antigos, sobrevivendo aqueles que melhor se adaptarem às novas condições. Também abre espaço para novos atores buscarem, na população recém-chegada, a afirmação eleitoral necessária para a construção de sua liderança e seu melhor posicionamento dentro do campo político.

12 Offerlé (1999, p. 15) trata do processo de profissionalização da política enquanto um longo movimento onde os agentes políticos se especializam em política, concentrando-se em tempo integral a essa atividade. Consequentemente, a profissionalização da política leva a uma separação entre os profissionais e profanos, além do desenvolvimento de práticas, crenças e interesses próprios por parte dos homens políticos. A profissionalização da política leva a uma redução dos custos sociais de entrada no espaço político frente a sua autonomização e relativo fechamento pela institucionalização da competição política democrática.

Portanto, devemos atentar para essas circunstâncias, que impõe às elites políticas locais desafios à manutenção de seu poder, estabelece novos parâmetros para competição política e abre espaços para novos agentes. Analisar a permanência de um determinado perfil de elite é não apenas considerar os capitais sociais e políticos acumulados, mas também as estratégias adotadas para a reprodução destes em um espaço em constante mutação. E analisar a mudança de um determinado perfil de elite política, a ascensão política de um grupo social, etc. requer atenção não apenas aos recursos passíveis de serem reconvertidos, mas também ao momento propício para tal.

São duas variáveis a serem tratadas: de um lado, os recursos passíveis de reconversão, como títulos escolares, prestígio social, herança política, alianças pessoais, conforme abordamos. De outro, o momento em que a efetuação de determinadas reconversões se torna possível. E a complexidade aqui é maior devido à rapidez e a intensidade das mudanças sociais e econômicas sofridas por muitos municípios, além das mudanças institucionais provocadas pelo processo de redemocratização, principalmente aquelas que envolvem a criação de novos espaços de participação (como a criação de conselhos municipais) como também aquelas que envolvem a atribuição de novas funções e responsabilidades aos municípios, advindo do processo de descentralização. E uma dificuldade adicional é medir o grau de influência que uma variável exerce sobre a outra.

3 – CARAGUATATUBA: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA

O crescimento da região do Litoral Norte paulista sempre foi condicionado pelos fluxos econômicos de outras regiões do país, sobretudo do sul de Minas Gerais e do Vale do Paraíba. Nesse sentido, é correto afirmar que a inserção do Litoral Norte na economia regional e nacional se deu, num primeiro momento, de forma marginal, beneficiando-se indiretamente da ascensão econômica provocada pelo ciclo do ouro nas Minas Gerais no século XVIII e pelo ciclo do café no Vale do Paraíba no século XIX. Pelo mesmo motivo, o declínio das economias do ouro e do café em suas regiões de origem provocou um período de estagnação econômica no Litoral Norte, com a diminuição da população local e o quase isolamento desta região em relação às demais regiões. No século XX, sobretudo a partir da década de 1950, a inserção econômica se dá sob um outro aspecto, a de complementariedade à economia que tomou corpo com o novo ciclo econômico do Vale do Paraíba provocado pelo processo de industrialização. A reforma e ampliação do porto de São Sebastião, além da instalação do Terminal Petrolífero Almirante Barroso (TEBAR) da Petrobras, deu uma nova dinâmica econômica aos municípios do Litoral Norte pela importância que essas instalações passaram a ter dentro da economia regional enquanto rota para o escoamento da produção industrial e para o abastecimento de petróleo e derivados às regiões industriais próximas¹³.

De qualquer forma, em nenhum momento se constituiu no Litoral Norte, em particular Caraguatatuba, bases para o desenvolvimento local autônomo, o que levou a uma situação de dependência em relação às regiões centrais na economia regional, sobretudo Vale do Paraíba e Grande São Paulo, em menor grau Baixada Santista, sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta dependência, a princípio econômica, também se apresenta como dependência política, na medida em que os gastos para a manutenção dos serviços públicos e obras infraestrutura urbana não são cobertos pelas receitas da prefeitura, o que leva, portanto, a uma dependência de recursos provenientes dos governos estadual e federal.

13 ver Silva (1975).

Breve histórico da formação e desenvolvimento econômico de Caraguatatuba

Vários indícios apontam o início do povoamento da região na segunda metade do século XVII, entretanto a vila teve duração efêmera devido um surto de varíola que dizimou quase a totalidade da população. Por volta de 1750 Caraguatatuba volta a ser povoada, pois a região servia como uma rota para o ouro vindo de Minas Gerais, levado por via marítima para Rio de Janeiro. Porém, essa rota cai em desuso com a abertura de uma via terrestre ligando diretamente a capital da colônia com a região mineira.

No início do século XVIII, Caraguatatuba não passava de um pequeno povoado, com algumas casas pequenas e ruas curtas e apertadas. Sua pequena população vivia da pesca e da produção de gêneros alimentícios como mandioca, milho, abóbora, feijão e arroz, voltados mais para a subsistência do que para o comércio. Mais tarde outros produtos, como cana-de-açúcar, anil e café passaram a ser produzidos, buscando comercializá-los em outros lugares, como São Sebastião e Ubatuba. A produção era realizada pela família, com auxílio de alguns agregados e escravos.

A ocupação do solo era feita em pequenas propriedades devido ao pequeno número de pessoas vivendo na região, o que impossibilitava o aproveitamento maior das terras existentes. Embora existissem trilhas e pequenas estradinhas ligando o povoado às vilas vizinhas, era pelo mar que se dava a comunicação com outras regiões, feitos em pequenas embarcações, levando a pequena produção até outros portos para o comércio e trazendo produtos não fabricados no povoado, como pólvora, instrumentos de ferro e tecidos. O isolamento quase total do povoado foi relativamente amenizado quando foi aberta, na segunda década do século XVIII, uma estrada entre São Sebastião e Paraibuna, que passava por Caraguatatuba, que serviu de rota para o escoamento da produção de café do Vale do Paraíba anos mais tarde. Aliás, o desenvolvimento da economia do café na região valeparaibana será responsável pelo crescimento da população e da economia do povoado, que se emancipará de São Sebastião em 1857.

A partir da década de 1830 o café passa a ter maior importância na economia caraguatatubense, com o crescimento das lavouras, geralmente ocupando o lugar da cana-de-açúcar e de lavouras tradicionais destinadas à alimentação. Os lucros auferidos nessa época foram parte reinvestidos nas fazendas, como compra de ferramentas, maquinários e escravos; e parte gastos com a melhoria das condições de vida das famílias. Estes gastos consumiam todo o lucro, o que impelia os fazendeiros a buscarem crédito junto aos capitalistas para

poderem desenvolver uma nova safra. Essa dependência levou muitos fazendeiros à falência quando surgiram as dificuldades, como pragas, empecilhos na venda do produto e escassez de mão-de-obra, principalmente após o fim do tráfico negreiro. As técnicas rudimentares de cultivo e o natural envelhecimento dos cafezais levaram à queda na produção de café, o que agravou ainda mais o endividamento dos fazendeiros. Essa situação foi uma constante em vários municípios do Vale do Paraíba, e Caraguatatuba não foi diferente. Ao final dos anos 1870 a produção cafeeira no município era quase inexistente, com os fazendeiros voltando a produzir cana-de-açúcar e gêneros alimentícios.

O comércio da produção de café e outros produtos vindos do Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais condicionou o desenvolvimento econômico da região nesse período. A abertura da estrada ligando São Sebastião a Paraibuna teve fundamental importância nesse processo. Os produtos eram levados até Caraguatatuba e São Sebastião, e de lá transportados para Santos e Rio de Janeiro pelo mar. Porém, a construção das estradas de ferro de Santos à Jundiaí, em 1867, e Central do Brasil em 1877, ligando diretamente as regiões produtoras aos portos principais, levou à estagnação desse comércio, e ao abandono da antiga estrada. A região passa por um período de grande isolamento em relação às demais regiões. Portanto, no período em que no interior paulista começava o ciclo do café, este se encerrava em Caraguatatuba. Dessa época não restaram nem mesmo ruínas das sedes das fazendas.

Na primeira metade do século XX o município passou a receber investimentos de grupos estrangeiros interessados na exploração de madeira da região. Entretanto, os investimentos mais representativos desse período foram realizados pelo grupo inglês Lacanshire para o estabelecimento, em 1927, de uma fazenda produtora de citros e banana destinada ao mercado europeu. Essa fazenda se tornou a principal atividade econômica do município nos quarenta anos seguintes, trazendo como benefícios o aumento populacional da região e a ativação do comércio local com o pagamento de salários aos trabalhadores, o que permitiu também a constituição de uma rede prestadora de serviços. Devido à II Guerra Mundial a fazenda teve de diversificar a produção, utilizando a produção de laranjas para fabricação de um óleo volátil utilizado na indústria bélica, além de produzir novos gêneros de frutas para a venda no mercado interno, que cresce com as melhorias nas estradas de acesso à Caraguatatuba, permitindo acessar mercados no Vale do Paraíba e região de Mogi das Cruzes¹⁴.

A partir de 1960 o comércio de frutas na Europa retrai-se, reduzindo os lucros da fazenda. Pragas também contribuíram para o declínio dos lucros, pois diminuíam a

14 Sobre as atividades econômicas das empresas inglesas em Caraguatatuba, ver Campos (2000, pp. 205-228).

produtividade dos bananais e laranjais, além do custo extra em combatê-las. O grupo Lacanshire já tinha planos para encerrar as atividades da fazenda, quando Caraguatatuba foi atingida pela tromba d'água¹⁵. A tragédia destruiu todas as plantações e arruinou boa parte da infraestrutura da fazenda (que incluía até algumas linhas férreas), o que antecipou o fim de suas atividades. Hoje a área ocupada por ela é utilizada para a criação de gado bovino para uma pequena indústria de laticínios localizada no interior da fazenda. Devido ao alto grau de isolamento em relação ao município, não restou qualquer marca da presença inglesa em Caraguatatuba, com qualquer mudança na infraestrutura local, qualquer traço da cultura inglesa ficou sobre a população caiçara e mesmo as técnicas administrativas ou produtivas acabaram não sendo aproveitadas pelos habitantes locais (PAULA, 2000, p. 206).

Desenvolvimento urbano e econômico: turismo

A saturação do porto de Santos levou os governos estadual e federal a procurarem uma alternativa para o escoamento da produção do estado de São Paulo. As características do relevo litorâneo e sua localização geográfica fizeram de São Sebastião o local escolhido para instalação de um porto com capacidade para receber navios de alta tonelagem e, assim, dividir com Santos as operações de embarque e desembarque de mercadorias.

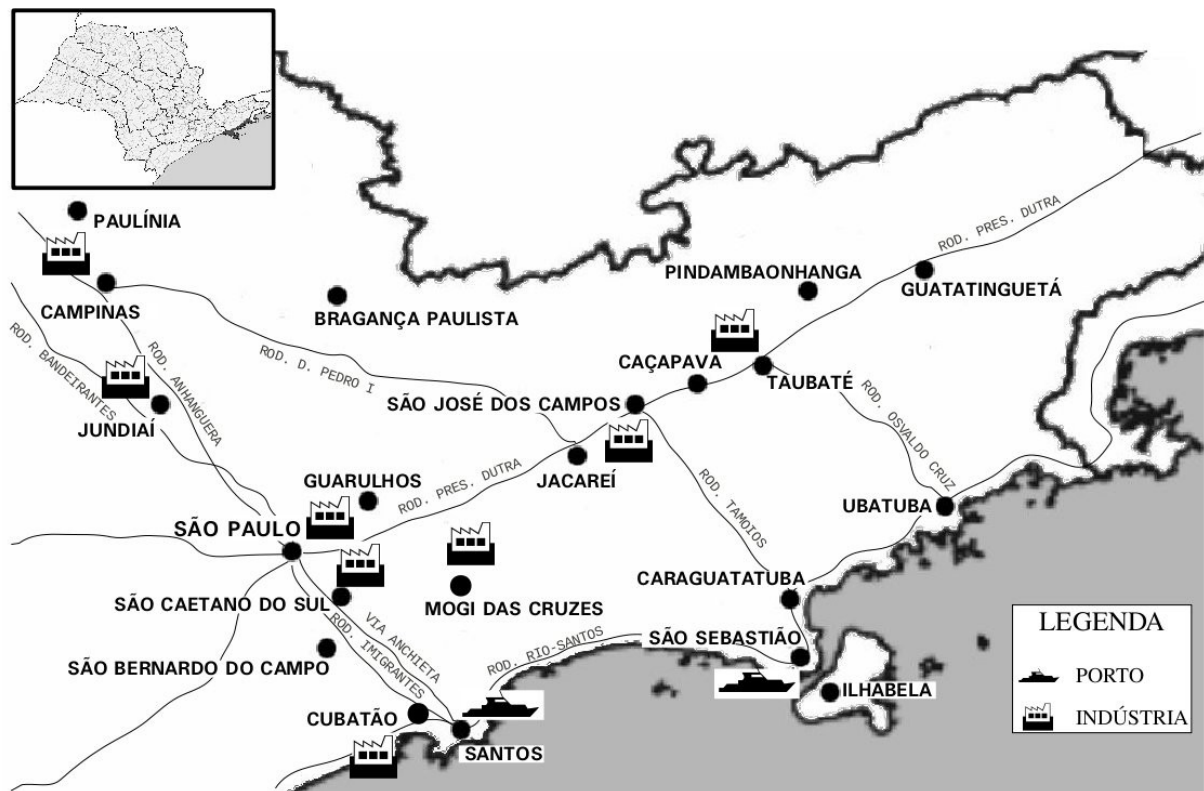
O processo de reforma e ampliação do porto de São Sebastião, durante as décadas de 1930 e 1940, trouxe vários benefícios diretos e indiretos para a região, como o aumento da população, melhorias na infraestrutura urbana e melhorias no acesso terrestre entre o Litoral Norte e o Vale do Paraíba, necessários às obras em curso. Houve também a melhoria nas vias de comunicação terrestre entre os municípios da região, o que possibilitou maior integração econômica entre eles. Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento urbano da região foi a instalação na década de 1960 do Terminal Petrolífero Almirante Barroso – TEBAR, cujo objetivo foi transferir as operações de comercialização do petróleo de Santos para São Sebastião. Passaram a ser transportados de São Sebastião para as regiões de Cubatão e Grande São Paulo e para a refinaria de Paulínia o óleo e derivados através de diversos

15 Uma precipitação excepcional de água, caindo cerca de 580 mm de chuva em dois dias, quase a metade da média de chuvas que caem no Brasil em um ano (1.200 mm), encharcando o solo dos morros circundantes de tal modo que provocou uma verdadeira avalanche de lama, pedras e árvores, atingindo quase toda a extensão do município, arrasando a periferia e destruindo quase a totalidade da cidade. Mais de 30 mil árvores ficaram espalhadas em volta da cidade, cerca de 3.000 pessoas ficaram desabrigadas (de uma população de 15.000 habitantes na época) e foram contabilizadas 500 mortes, porém esse número provavelmente foi muito maior devido a quantidade de pessoas que foram soterradas ou arrastadas para o mar pela avalanche.

oleodutos.

Caraguatatuba se beneficiou do crescimento da atividade portuária em São Sebastião sobretudo por sua localização, no entroncamento rodoviário que liga o Litoral Norte ao planalto (ver figura 1). A melhoria nas vias de acesso terrestres possibilitou num primeiro momento um ligeiro aumento populacional, consequência do crescimento econômico de São Sebastião, e num segundo momento um fluxo de pessoas que procuravam nas praias do Litoral Norte locais para descanso e lazer. É justamente nesse período que o turismo pode se desenvolver enquanto uma atividade significativa para a economia da região. Até meados da década de 1950 eram raros aqueles que dispunham de automóveis para se deslocar até o Litoral Norte afim de passar as férias, assim como a precariedade da estrada que liga Caraguatatuba ao Vale do Paraíba dificultava muito o acesso maciço de pessoas dispostas a visitar a região. Este quadro se modifica sobretudo na década de 1960, conforme Silva registra (1975, pp. 86-87), com o aumento do fluxo de automóveis e passageiros com destino aos municípios do Litoral Norte.

Figura 1
Caraguatatuba – Localização



A partir da década de 1970 o “milagre brasileiro” impulsiona o setor imobiliário local, ocasionando o fenômeno do turismo de segunda residência (a “casa na praia”). Para se ter uma ideia desse fenômeno, dos loteamentos aprovados, em Caraguatatuba, entre 1945 e 1990, 50% deles foram entre 1974 e 1982. O turismo de segunda residência acabou por moldar a economia do município, cujas as principais características são:

- Preponderância do setor terciário, com comportamento caracterizado pela sazonalidade e com forte presença de empregos informais;
- Setor industrial voltado principalmente para a extração e transformação de minerais não-metálicos e outros ramos de atividades voltados para construção civil;
- Agropecuária pouco expressiva, tanto em nível local quanto no conjunto do estado;

Tabela 1
Perfil das atividades econômicas – 1988

Atividade	Valor adicionado (%)
Indústria de produtos metalúrgicos	0,22
Comércio varejista	52,51
Comércio atacadista	25,31
Indústria de produtos minerais não metálicos e cimento	1,63
Indústria de calçados, vestuário e artefatos de tecido	0,08
Indústria de mobiliário	0,01
Indústria editorial e gráfica	0,1
Indústria de artigos e artefatos de madeira (exclusive mobiliário)	0,11
Indústria extrativa	0,05
Outras atividades e atividades auxiliares	4,23
Indústria de diversos	0,05
Agricultura, pecuária e outras culturas animais	15,7
Total	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba

Tabela 2
Participação dos setores econômicos no valor adicionado – 1999 (%)

Agropecuária	0,71
Indústria	17,75
Comércio e serviços	81,54
Total	100

Fonte: SEADE

Nesse período ocorre o crescimento do setor de serviços, principalmente aqueles voltados à atividade turística, além da construção civil, ligado ao “boom” imobiliário. Destaca-se também os serviços de compra e venda, loteamento e incorporação, administração e arrendamento de bens imóveis. Por outro lado, ocorre também uma grande especulação, com a imobilização de capitais em terras e a conseqüente diminuição da superfície agrícola do município.

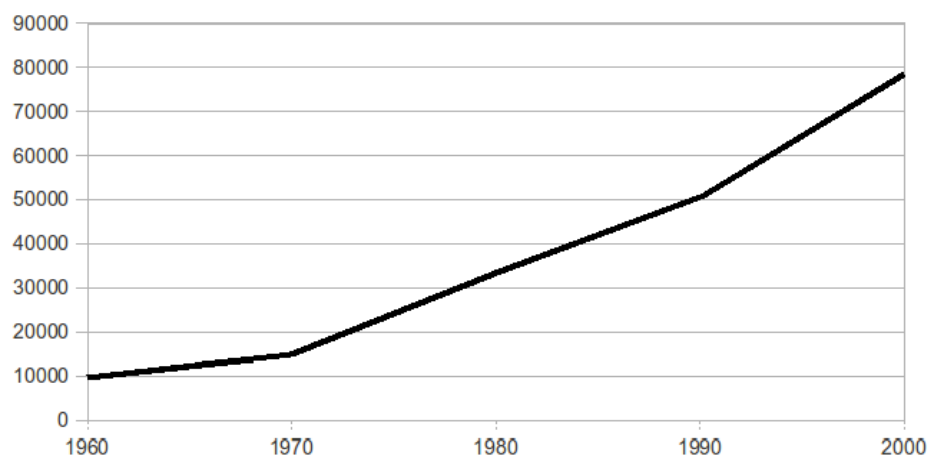
A ascensão do turismo como a principal atividade econômica provoca um rápido processo de urbanização e aumento populacional, sobretudo na década de 1970. De um município com características rurais, possuindo mais da metade da população no campo em 1960, Caraguatatuba passa a ter cerca de 87% da população morando na área urbana já em 1970, índice que chegaria a 98% em 1980. Pode-se atribuir tanto ao turismo como à atividade portuária as causas desse fenômeno, sendo a vida urbana resultado da especialização econômica relacionada à prestação de serviços voltadas ao turismo, além de serviços públicos e de infraestrutura. Como podemos observar na tabela e no gráfico abaixo, ao longo das três décadas houve um acentuado e constante aumento populacional.

Tabela 3
População de Caraguatatuba de 1960 à 2000

Ano	n.º de habitantes
1960	9697
1970	14862
1980	33563
1990	50569
2000	78544

Fonte: SEADE

Gráfico 1
População de Caraguatatuba de 1960 à 2000



Fonte: SEADE

Este fenômeno relaciona-se ao mecanismo de animação econômica do município, cujas atividades estão vinculadas ao setor de serviços e de construção civil. Até a década de 1960, o crescimento demográfico fundamentava-se basicamente no componente vegetativo, enquanto que na década seguinte o componente migratório passa a explicar o incremento populacional, conforme a tabela abaixo ilustra:

Tabela 4
Componentes do crescimento demográfico (%)

Década	Vegetativo	Migratório
1960	72,86	24,14
1970	23,57	76,43

Fonte: IBGE

Os migrantes são originários principalmente do interior do estado de São Paulo (80,51%), Minas Gerais (8,89%), Rio de Janeiro (2,69%) e Paraná (1,55%). A principal razão apontada para o movimento migratório foi o “boom” imobiliário e da construção civil¹⁶. Também deve ser apontado o fato de que Caraguatatuba se tornou um polo de atração de migrantes. Em comparação aos outros municípios da região, Caraguatatuba possui um índice

¹⁶ Fonte: IBGE, censo 1980.

de incremento migratório da ordem de 65,67%, menor apenas que Guararema (79,35%), município integrante da Grande São Paulo, porém é maior que São José dos Campos, Jacareí, Taubaté e Tremembé, municípios que concentram as principais indústrias no Vale do Paraíba. Em Ubatuba, outro município do Litoral Norte, o mesmo índice foi de 49,13%.¹⁷

Figura 2

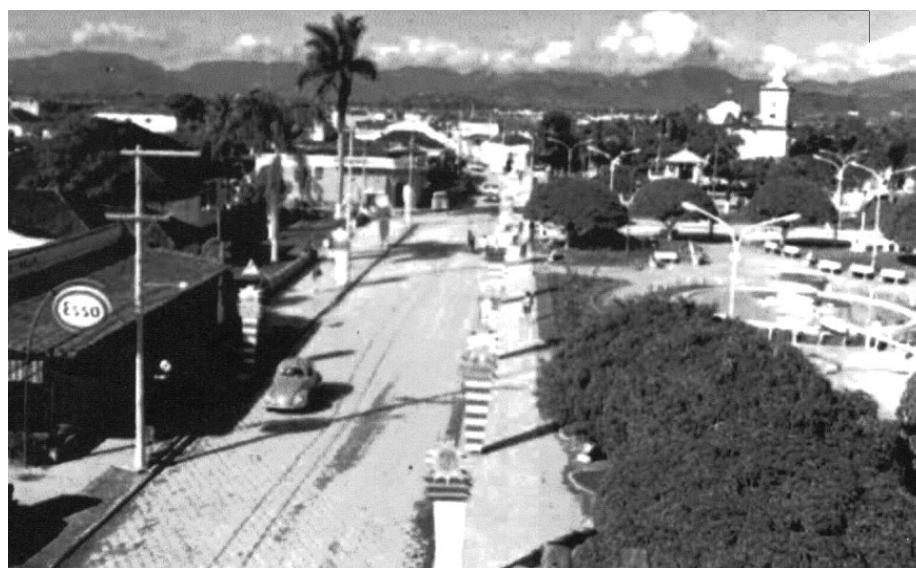
Praça Cândido Mota – Década de 1930



Fonte: Arquivo Público Municipal

Figura 3

Praça Cândido Mota – 1968



Fonte: Arquivo Público Municipal

17 Projeto Mavale (*apud* SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 1996)

Figura 4
Praça Cândido Mota - 1980



Fonte: Arquivo Público Municipal

Por um lado, temos a rápida urbanização e o crescimento populacional caracterizado pelo forte movimento migratório, por outro temos o gradual desaparecimento das comunidades tradicionais, vítimas da especulação imobiliária, da estagnação de suas atividades econômicas frente a uma nova realidade, da falta de amparo do poder público e da própria forma como a população em geral percebia as transformações, como consequência do progresso, um lugar onde não há espaço para o modo de vida tradicional do caiçara.

Fatos políticos

A tragédia de 1967 agravou ainda mais a situação de carência na qual o município sempre esteve, e o ônus da reconstrução seria demasiado pesado para um município que mesmo antes possuía apenas uma infraestrutura urbana deficitária e restrita à região central. Outro aspecto para salientar é a reforma de caráter tributário e administrativo introduzida pela Constituição de 1967, que implicou na criação de regiões administrativas e na

obrigatoriedade da elaboração de planos diretores, modificando a configuração político-administrativo dos municípios e redefinindo responsabilidades e atribuições do poder político local. Essas reformas acabaram por reforçar o poder discricionário exercido pelo governo federal, que concentrou mais recursos e poder decisório. Isso tudo implicou numa dupla dependência: a dependência das transferências de recursos do governo federal e estadual, para o custeio das atividades exercidas pela prefeitura (comum aos demais municípios brasileiros), agravada pela dependência de recursos para as obras de reconstrução do município, que também só poderiam ser disponibilizadas junto aos governos estadual e federal.

Essa dependência impele os políticos de Caraguatatuba a se filiarem à Aliança Renovadora Nacional – ARENA -, partido situacionista, como uma forma de conseguirem acesso às agências burocráticas do governo e lá negociarem a disponibilização dos recursos necessários. Esse acesso não se dava de forma direta: antes era necessário ter um “contato” dentro do Legislativo estadual e federal, como também dentro do Executivo estadual. Esse “contato”, que geralmente era um deputado, mas também podia ser um secretário ou um dirigente de algum órgão público como o DER ou a SABESP, por exemplo, fazia a intermediação entre o prefeito e os vereadores com os órgãos administrativos dos governos estadual e federal. A contrapartida era a atuação do prefeito e dos vereadores como cabos eleitorais de seus “contatos” nas eleições para o Legislativo.

Embora sendo todos, prefeito e vereadores, do mesmo partido, isso não significou harmonia entre eles nos debates políticos da época. O recurso da sublegenda permitiu, em muitos municípios, que grupos políticos díspares convivessem dentro de um mesmo partido, pois por lei não poderia haver mais de dois partidos. Em Caraguatatuba, eram dois os grupos que travaram uma “guerra sangrenta” pelo controle político do município: o grupo adhemarista, formados por políticos ligados ao deputado federal Adhemar de Barros Filho; e o grupo bonequista, cujos membros eram ligados politicamente ao prefeito, de tendência janista, Geraldo Nogueira da Silva, o “Boneca”. Ambos os grupos disputavam o controle administrativo do município e suas consequentes vantagens, principalmente a posição privilegiada para negociar recursos para obras públicas e o controle dos empregos que poderiam ser oferecidos aos correligionários na própria administração municipal como também nas empresas municipais existentes, com destaque para a Companhia Telefônica Municipal, que mais tarde seria incorporada à COTESP (Companhia Telefônica do Estado de São Paulo), futura TELESP.

Essa briga permeou o ambiente político em Caraguatatuba por toda a década de 1970, sendo que os grupos se revezaram na prefeitura até 1977, quando José Bourabeby se elegeu prefeito e procura governar o município com ênfase numa administração mais racionalizada, promovendo um enxugamento no quadro de funcionários da prefeitura, evitando nomeações políticas, contratando através de concurso público e nomeando para alguns cargos-chave um grupo de funcionários mais técnicos (não-políticos, alguns vindos de outras cidades do Vale do Paraíba), procurando ser austero com as contas públicas. Esse caráter mais “técnico” da administração de Bourabeby provocou diversos choques entre a prefeitura e a Câmara Municipal, principalmente com o grupo bonequista, que criticava a nomeação de funcionários “importados” para cargos antes ocupados por partidários desse grupo.

Podemos dizer que Geraldo Nogueira da Silva, o “Boneca”, tenha sido o agente político mais importante no município nessa época. Eleito vereador em 1960 e prefeito em 1964, fez uma administração marcada por denúncias de corrupção, obras polêmicas e pela tragédia de 1967. Como político destacava-se pelo carisma e habilidade nos discursos, muito eficiente para combater seus adversários. Foi o principal cabo eleitoral, em Caraguatatuba, dos deputados Ricardo Izar (estadual) e Rafael Baldacci (federal). Sua influência se estendeu por toda a década de 1970 e início da década de 1980, sendo prefeito “por tabela” na gestão de sua esposa, Teresa Cury (1973 – 1976), quando assumiu a chefia do gabinete. Nos períodos em que não esteve envolvido diretamente com a política municipal (entre 1969 e 1972, e depois da gestão de sua esposa), Boneca exerceu cargos na diretoria da SABESP, na COTESP e na Secretaria do Interior.

Na Câmara Municipal, o debate político seguia aquilo que acontecia na prefeitura, onde os vereadores de oposição procuraram destacar a falta de obras públicas realizadas pela prefeitura, a rejeição pelo Tribunal de Contas do Estado das contas da prefeitura (principalmente do ano de 1968, ano seguinte à tragédia e sob a gestão de Boneca), além de denúncias de corrupção, de favorecimentos de toda ordem, de empreguismo e clientelismo. Os defensores do prefeito Sílvio Luís dos Santos (1969 – 1972), pertencentes ao grupo adhemarista, procuraram destacar a honestidade do prefeito, que não possuía carreira política anterior (e nem deu continuidade nela após o fim de seu mandato), portanto não tinha outros interesses quanto ao cargo, e as dificuldades para conseguir recursos e arrecadar impostos, o que estaria comprometendo os trabalhos da prefeitura. Já os defensores de Teresa Cury procuraram destacar os “resultados” da administração, geralmente referentes às obras realizadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista – SUDELPA -,

sendo estas fruto do trabalho dela e de seu marido junto ao governo estadual e federal. Quanto às denúncias de corrupção que pesava sobre o “casal de prefeitos” (termo com o qual a oposição se referia à prefeita Teresa Cury e seu marido, o Boneca), a situação dizia ser perseguição política.

Em relação àquilo que tem impacto imediato na vida da população, o debate geralmente girava em torno da necessidade de obras para a melhoria da infraestrutura urbana, como calçamento de ruas, expansão da rede de distribuição de água e a construção de uma rede de coleta de esgotos, expansão da iluminação pública, construção de escolas e postos de saúde, principalmente em bairros afastados do centro, que se tornam cada vez mais populosos. Não existia uma identificação clara entre um vereador e um bairro, exceto por um ou outro vereador ligado a um bairro afastado com uma população considerável, até mesmo porque a população era relativamente pequena e se concentrava no centro e bairros adjacentes. Ainda assim, podemos ver que as reivindicações por melhorias na infraestrutura urbana são um sinal de que os vereadores serviam como receptores das demandas da população, fazendo a intermediação entre esta e a prefeitura. Em um momento histórico marcado pela repressão política e com poucos meios institucionalizados para expressão das demandas da sociedade, as Câmaras Municipais cumpriam esse papel de intermediário, ainda que, em Caraguatatuba, devido às próprias características de sua população (pequena, concentrada e homogênea), esse papel não tenha resultado num clientelismo de massas como ocorreu em cidades de médio e grande porte.

Embora a circunstância de dependência do município seja um fator explicativo para a dinâmica política que se desenhou na década de 1970, ela não pode ser considerada a única. A pergunta que nos fazemos aqui é: por que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao regime militar, não teve um diretório organizado no município no início da década?

A explicação pode estar na própria dificuldade que o MDB tinha de se organizar como partido, principalmente na esfera municipal. Afinal, um partido de oposição em um regime autoritário não atraía aqueles que queriam manter certa proximidade com o poder, como no caso dos políticos caraguatatubenses. O processo de fortalecimento do MDB nas cidades do interior começa a partir de 1972, quando o partido passa a se organizar em bases mais sólidas nos municípios, principalmente nos de médio porte.

O MBD surge como um grupo cujos interesses divergem daqueles do poder político local tradicional, conseguido capitalizar as transformações ocorridas nas cidades

médias do interior paulista, além de acomodar as novas lideranças locais. Funcionou, nesse sentido, como um partido reformista urbano, que apenas acentuou as dificuldades de organização local do MDB, por ter aberto espaço aos grupos políticos emergentes que não conseguiam conviver com os políticos tradicionais, quase todos eles filiados à Arena (KERBAUY, 2000, p. 69).

A consolidação da estrutura partidária no MDB acabou refletindo-se no crescimento da votação emedebista nos municípios de médio porte. E o fortalecimento do partido nestes municípios cria condições para expansão do partido nos municípios de pequeno porte da região. Ou seja, foi necessário o crescimento e a consolidação do MDB em municípios como São José dos Campos e Taubaté para que fosse possível a expansão do partido pelos municípios de pequeno porte da região do Vale do Paraíba, inclusive Caraguatatuba.

Para que, em 20 de julho de 1976, fosse realizada a primeira convenção do MDB em Caraguatatuba, foram necessários o fortalecimento do partido na região e o surgimento de novas lideranças políticas fora dos grupos tradicionais. O papel do MDB na dinâmica política municipal foi marginal, sendo que nas eleições do mesmo ano não lançou candidato a prefeito e elegeu apenas dois vereadores. Sem muita força, os vereadores emedebistas não puderam influir no debate político, dominado pelos grupos tradicionais. Ainda assim era um indício do crescimento do MDB na região, com os deputados Robson Marinho (estadual) e Joaquim Bevilacqua (federal) fazendo o mesmo papel em relação ao MDB local que Ricardo Izar e Rafael Baldacci faziam em relação ao grupo bonequista e que Adhemar de Barros Filho fazia em relação ao grupo adhemarista.

Mas o processo de mediação entre a população e as agências burocráticas responsáveis pela liberação de recursos ou execução de serviços se davam longe dos partidos políticos.

Os partidos políticos não constituíam um canal privilegiado para a barganha política da alocação de recursos e benefícios, pois a fragilidade do sistema partidário brasileiro não permitia que os interesses partidários dominassem a política local (KERBAUY, 2000, p. 81).

A fraqueza dos partidos reforça o personalismo na política. Conforme disse Boneca em uma carta publicada no jornal *A Voz do Litoral*, de 16 de setembro de 1979, “na eleição municipal, principalmente, vota-se no *homem* e não no *partido*. Vale a liderança pura e cristalina do nosso homem do interior” (grifos do autor). Os debates políticos realizados na Câmara Municipal pouco tinham a ver com questões ideológicas ou partidárias (exceto em pronunciamentos que falavam da questão política nacional proferidos pelo vereador Lúcio

Fernandes, do MDB), e a força dos grupos políticos estava muito mais centrada no carisma de seus líderes que nas propostas que eles defendiam. Até mesmo José Bourabeby, vindo de outra cidade para trabalhar como diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia, personificou um estilo de política e se tornou rapidamente um agente político importante no município, atraindo partidários. O personalismo esvaziava o debate político local das questões nacionais, e, embora os grupos políticos sejam bem delimitados, nada impedia que alguém passasse de um grupo para outro em razão das circunstâncias, principalmente se envolvesse sua sobrevivência política.

E o esvaziamento ideológico do próprio debate político permitiu que o vereador Antônio de Freitas Avelar proferisse as seguintes palavras em pronunciamento realizado dia 04 de junho de 1973: “hoje em todo o Brasil os Legislativos estão desvalorizados, estão humilhados, estão amesquinados”. Um pronunciamento típico de alguém que se opusesse ao regime militar, não fosse Avelar o chefe do diretório municipal da ARENA. Boneca, em ofício lido em plenária na Câmara Municipal na semana seguinte classificou essa posição como uma afirmativa de esquerda, incondizente com alguém filiado à ARENA, sendo que o Legislativo atual é “depurado e atuante”, diferente do “Legislativo de politicalha” existente antes de 1964. Esse debate em nada tinha a ver com a situação do poder Legislativo em Caraguatatuba ou mesmo no resto do país, era mais uma crítica de alguém ligado ao grupo adhemarista contra os vereadores ligados ao grupo bonequista e contra o próprio Boneca, chefe de gabinete da prefeitura na época. Tanto que este debate acabou ali mesmo.

Figura 5

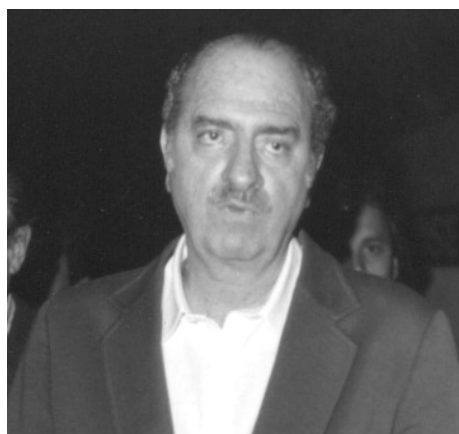
Geraldo Nogueira da Silva – Boneca



Fonte: Arquivo Público Municipal

Figura 6

Jose Bourabeby



Fonte: Arquivo Público Municipal

A agência burocrática de maior importância para Caraguatatuba devido sua atuação direta no município foi a SUDELPA, ligada à Secretaria do Interior. Criada em 1969 pelo governo do Estado devido à necessidade da promoção do desenvolvimento na região litorânea, levando em conta as particularidades de cada município, a SUDELPA realizava atividades diversas, incluindo obras de infraestrutura urbana, construção de escolas e prontos-socorros, programas de desenvolvimento da atividade pesqueira, até mesmo contratando médicos para postos de saúde. Talvez a atividade mais realizada por esta autarquia tenha sido as obras de infraestrutura urbana, incluindo calçamento de ruas, urbanização de praças e construção de pontes, obras que demandavam um maquinário que na época era muito caro para que as prefeituras adquirissem. Em Caraguatatuba, a SUDELPA foi mais atuante na gestão de Teresa Cury, pois na época o secretário do Interior era Rafael Baldacci, e Boneca era seu principal cabo eleitoral. Nesse período a autarquia arcou com quase todos os gastos das obras por ela realizada. Durante a gestão de José Bourabeby, os custos passaram a ser divididos entre a prefeitura e a autarquia, devido a redução gradativa de recursos destinados à SUDELPA promovidos pelo governo estadual. Finalmente, durante o governo Franco Montoro, já na década de 1980, a SUDELPA foi extinta e seu patrimônio foi tomado pelas prefeituras dos municípios litorâneos do Estado.

O início da década de 1980 foi marcada pela polarização entre Boneca e Bourabeby, tanto no controle do diretório local da ARENA antes do fim do bipartidarismo e do PDS depois, quanto na busca de apoio regional para seus candidatos nas eleições legislativas em 1982. Boneca possuía apoio político conquistado no período em que trabalhou como assessor de Raphael Baldacci, após as eleições de 1977 quando o seu candidato, Rui Barbosa de Moura, foi derrotado por Bourabeby. Já este possuía apoio no PDS do Vale do Paraíba, conquistado ao longo de uma carreira que conciliou suas atividades de médico com as de político, sendo prefeito não apenas em Caraguatatuba mas antes, em São Bento do Sapucaí, no período de 1969 à 1972. Contava também com o apoio de seu irmão, prefeito de Aparecida, e de Adhemar de Barros Filho, de quem era amigo.

A disputa entre os dois líderes foi acirrada às vésperas das eleições municipais, em 1982. Bourabeby manobrou internamente a fim de evitar que Boneca conseguisse uma sublegenda do PDS para se candidatar à prefeitura, porém sem sucesso. O “troco” veio nas eleições, ao conseguir eleger Jair Nunes de Souza como seu sucessor na prefeitura, que acabou com a “maldição” do prefeito não conseguir eleger seu sucessor. A vitória do partido governista destoou, de certa forma, daquilo que ocorria no resto do país, com grande vitória

da oposição, indício da decadência do regime militar. As questões nacionais não influenciaram as eleições locais, e a aprovação do governo de Bourabeby se refletiu na votação obtida por Jair Nunes, derrotando o, até então considerado invencível, Boneca.

Jair Nunes era diretor regional da SUDELPA no Litoral Norte, e embora fosse politicamente inexperiente, a boa reputação que esta autarquia possuía por suas obras realizadas nos anos anteriores, e a falta de um nome que empolgasse o eleitorado dentre os apoiadores de Bourabeby, fizeram dele a melhor escolha possível para o pleito. No período que administrou, Jair Nunes enfrentou problemas de abastecimento resultantes da crise econômica que o Brasil enfrentava, e a extinção da SUDELPA deixou a prefeitura com poucos recursos para levar adiante obras de infraestrutura urbana, porém, sem grandes sobressaltos ou escândalos que tumultuasse a vida política como era comum. Entretanto, Jair Nunes cometeu um erro político ao não nomear a esposa de Bourabeby como secretária da educação, conforme o pedido de seu padrinho político. O afastamento entre os dois minou as possibilidades de Jair Nunes prosseguir sua carreira política, não conseguindo apoio para a disputa das eleições em 1992, na qual foi derrotado.

O fim do bipartidarismo possibilitou uma maior participação política em nível partidário, com a abertura de espaços para atuação política que não passava pela polarização entre Boneca e Bourabeby. Nomes como do ex-vice-prefeito Sílvio Ferreira e do vereador Antônio de Freitas Avelar, sem espaços no PDS, procuraram outros partidos para dar prosseguimento as suas ambições políticas, e novos nomes como os do empresário Arlindo Nakane ou do advogado Álvaro Alencar passaram a ter importância dentro do campo político local. O crescimento do PMDB tanto em nível nacional quanto em nível estadual também se reflete em nível local, com vários políticos se filiando a essa legenda (sobretudo em 1985), principalmente com as possibilidades abertas para o acesso à cargos dentro de órgãos e empresas do estado, como a SABESP e o DER, proporcionadas pelas vitórias de Franco Montoro e Orestes Quércia ao governo estadual. Permanecia, assim, a inexistência de oposição ao *status quo* estadual dentro da política local. Outros nomes da política regional passaram a ter atuação mais constante em Caraguatatuba, como os deputados federais Ari Kara José e Geraldo Alckmin, proporcionando novos canais de comunicação entre o município e os governos estadual e federal. O alargamento do campo político local acabou por enfraquecer a influência política de Boneca, embora ele ainda assegurasse apoios que lhe permitiu uma sobrevida política em Caraguatatuba ao eleger-se vereador em 1988, mesmo passando a morar em Caçapava após as eleições de 1982. Já Bourabeby manteve seu poder e

prestígio articulando apoios dentro do PDS local e formando o diretório local do PDT, partido pelo qual se elegeu novamente prefeito, em 1988.

A segunda gestão de Bourabeby, porém, foi uma das mais turbulentas da história do município. Denúncias sobre o depósito irregular de lixo proveniente de São Sebastião no aterro sanitário de Caraguatatuba fez com que Boneca responsabilizasse Bourabeby pela situação e articulasse na Câmara o processo de *impeachment* do prefeito. Este processo iniciou-se no princípio de 1990 e só se encerrou em março de 1992, meses antes do fim do mandato. Durante esse tempo houve acontecimentos inusitados, como o “sequestro” do vice-prefeito José Dias, tática utilizada por Bourabeby para evitar que a Câmara o empossasse após a votação do *impeachment* (ocorrida em 14/04/1990) e assim ganhar tempo para conseguir na justiça uma liminar que lhe permitiu continuar no cargo até o julgamento do mérito, dois anos depois; a manobra política de Bourabeby, meses após a votação, nomeando justamente o Boneca como seu líder na Câmara, ainda com o processo para ser decidido na justiça; e a carta com o pedido de perdão dos vereadores que votaram pela cassação, em dezembro de 1991.

A cassação de Bourabeby e o término do mandato de Boneca levou ao fim da participação desses dois personagens na arena política local, que passava por uma transformação com a atuação mais ativa de nomes ligados ao setor empresarial e comercial do município, justamente aqueles com condições de financiar campanhas cada vez mais caras devido às dimensões que tomava o eleitorado local com o crescimento populacional. Isso fica evidente com as eleições dos prefeitos José Sidnei Trombini (em 1992) e Antônio Carlos da Silva (em 1996), ambos empresários, e com o aumento significativo de vereadores eleitos que eram comerciantes ou empresários, sobretudo em 1996¹⁸. O crescimento do PSDB e do PFL em Caraguatatuba acompanha o crescimento desses partidos no cenário estadual após a eleição de Mário Covas como governador.

Em 1997 Caraguatatuba passa a receber uma quantidade de recursos provenientes da indenização paga pelo governo do estado relativa à desapropriação de terras para a formação do Parque Estadual da Serra do Mar¹⁹. Esses recursos permitiram, pela primeira vez, maior autonomia orçamentária da prefeitura para realização de obras, principalmente as de

18 Ver tabela 7.

19 A indenização é resultado do processo movido pela prefeitura, iniciado em 1957, contra o Estado de São Paulo pela desapropriação de terras para a criação da Reserva Florestal de Caraguatatuba, que se tornaria em 1977 um núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar. O PESM representa a maior porção contínua preservada da Mata Atlântica, com quase 315 mil hectares (destes 88 mil em Caraguatatuba), passando por toda a faixa litorânea desde a divisa com o Estado do Rio de Janeiro até o município de Itariri, no sul do Estado.

infraestrutura urbana e saneamento básico, muito precárias nos bairros mais afastados do centro e cujo crescimento relaciona-se ao aumento populacional registrado nessas três décadas.

Figura 7

Antônio Carlos da Silva



Fonte: Arquivo Público Municipal

A mais emblemática obra desse período é a reurbanização da avenida da praia, um sonho de Antônio Carlos, que transforma a fisionomia urbana do município, se tornando um dos principais cartões postais de Caraguatatuba. De certa forma, Antônio Carlos continua o movimento iniciado por Boneca ainda nos anos 1960 com a construções do prédio do paço municipal, do prédio da TELESP e da fonte luminosa da Praça Cândido Mota, símbolos do progresso e da modernidade que o município busca atingir. Esse olhar para o futuro acompanhado de uma falta de preocupação em se preservar o passado é marca muito forte em Caraguatatuba, notado pela ausência de um centro histórico e pela descaracterização dos poucos prédios antigos que sobreviveram ao tempo. A tragédia de 1967 acelerou esse processo, já que a reconstrução foi guiada pela construção do novo e não pela recuperação do antigo. Além disso, sendo a população em grande parte de origem migrante, não havia laços afetivos mais sólidos entre os habitantes e a história do município, em seus vários aspectos. O uso simbólico das tradições e do passado nunca foi um recurso político útil em Caraguatatuba.

Em síntese, podemos notar três momentos na recente história política de

Caraguatatuba: a década de 1970, marcada pela disputa entre os grupos adhemarista e bonequista, embora ambos mantivessem o alinhamento com o *status quo* estadual; a década de 1980, com o alargamento do campo político local proporcionado pelo fim do bipartidarismo, que possibilitou uma maior diversificação política com o aparecimento de novas lideranças que quebraram a dicotomia bonequismo \times adhemarismo; e a década de 1990, com a ascensão de agentes políticos ligados ao setor de comércio e serviços, setor este que ao longo desses trinta anos se tornou o mais importante para a economia de Caraguatatuba. As mudanças que ocorreram nesses três momentos foram condicionadas pelas transformações de ordem econômica, social e institucional, ocorridas tanto localmente quanto nacionalmente. As dificuldades da prefeitura em manter serviços públicos e realizar obras de infraestrutura devido a escassez de recursos impelem os políticos locais a se filiarem ao partido governista. O bipartidarismo impossibilitava maior participação política em nível partidário, contribuindo para a pequena diversificação política registrada na década de 1970, se reduzindo a apenas uma disputa entre duas facções no interior do partido e pelo controle da prefeitura. O fim do bipartidarismo provoca um rearranjo nas forças políticas locais, que se dará sob uma nova realidade social e econômica marcada pela ascensão das atividades comerciais e de serviço e pelo aumento populacional caracterizado sobretudo pela chegada maciça de migrantes. Essa nova realidade traduz a maneira com que Caraguatatuba se insere na economia regional, de forma subordinada e complementar, voltada para a prestação de serviços urbanos e ao turismo. Na década de 1990 se consolida a nova realidade política, com a ascensão dos comerciantes e empresários, tanto pela importância social advinda da atividade econômica que eles desempenham, quanto pela maior capacidade de mobilização de recursos econômicos afim de financiar campanhas eleitorais cada vez mais caras. Nesses três períodos a oposição ao *status quo* estadual teve papel marginal na política local, resultado tanto da situação de dependência que o município tinha dos recursos estaduais, quanto pela própria fragilidade da oposição em âmbito regional²⁰.

20 Muito embora, na década de 1990, o PT tenha ganhado relativa força no Vale do Paraíba, conquistando inclusive a prefeitura de São José dos Campos nas eleições de 1992, frente ao predomínio estadual do PSDB.

Figura 8
Fonte Luminosa – Década de 1970



Fonte: Arquivo Público Municipal

Figura 9
Avenida da praia – Década de 1990



Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba

4 – POLÍTICA EM CARAGUATATUBA

Conforme vimos no capítulo anterior, o processo de integração na economia regional favoreceu, em Caraguatatuba, o desenvolvimento de características particulares quanto ao desenvolvimento social, econômico e político. Tais características se relacionam com o grau de isolamento e marginalidade do município frente às outras regiões, variando de acordo com as possibilidades abertas com uma maior ou menor participação na economia regional. As transformações que tiveram início a partir da década de 1950, como o aumento populacional, a urbanização e a especialização econômica no setor terciário, levam a uma determinada configuração da dinâmica política local, que será o objeto de análise do presente capítulo.

Antes, contudo, de entrar na análise propriamente dita, abordaremos as principais características da política local até a década de 1970, para melhor nos situarmos quanto ao desenvolvimento das forças políticas e a configuração do campo.

Município sem coronel

O *coronel* é uma figura presente nas análises sobre o poder político local, sobretudo no período que compreende a República Velha (1889-1930), cuja principal característica política era o *coronelismo*, ou seja, a complexa rede de relações e troca de favores estabelecidas entre o poder público e os chefes políticos locais, conforme vimos no segundo capítulo.

A origem do coronel remonta ao século XIX, com a necessidade do Estado estender o controle sobre os municípios do interior, o que fez com que a Guarda Nacional passasse a atribuir patentes militares à civis leais ao governo que tivessem meios para recrutar, armar e manter tropas, assumindo, dessa maneira, funções de garantia da ordem local. Em meados da década de 1870 é extinta a Guarda Nacional e o Exército assume tais funções, porém a figura do coronel continua existindo, designando agora reconhecimento e legitimidade, por parte da sociedade e do Estado, da proeminência de uma liderança local. Monbeig (1998), em suas considerações sobre o papel do coronel nas zonas pioneiras no interior de São Paulo, destaca sua autoridade para interferir nos negócios locais, para promover obras públicas e, sobretudo, seu papel enquanto intermediário político entre as autoridades da capital e sua região.

Entretanto, o autor considera o coronel em geral um comerciante endinheirado que, devido a sua profissão, conhecia um grande número de pessoas e fizera muitos amigos, o que lhe proporcionava grande influência.

As análises “clássicas” do coronelismo, por outro lado, consideram o coronel como sendo geralmente um fazendeiro, cujo poder se origina justamente na propriedade da terra. Destes, a referência sempre é Leal (1975), que enfatiza o poder político do fazendeiro como derivado de sua situação privilegiada econômica e social como dono de terras, num contexto caracterizado pela enorme concentração fundiária. Fica claro se analisarmos como era a situação rural em 1947, ano de publicação de seu estudo: enquanto que 75% dos donos de terra possuem, juntos, apenas 11% das terras, os outros 25% dos donos ficam com 89% das terras. Isso demonstra o grau de concentração de terras, marcando a classe dos grandes proprietários como hegemônica, mantendo sob sua dependência um exército de pequenos proprietários e trabalhadores não proprietários, que em conjunto formam os votos de cabresto. Tal dependência é, em essência, econômica, pois somente ao coronel essas pessoas podem pedir auxílio, porém a dependência também se torna ideológica na medida que o mecanismo de troca de favores entre o coronel e seus dependentes cria uma situação de compromisso moral que mascara a situação de explorados que essas pessoas viviam. Incapazes de tomar consciência de seu direito à cidadania e buscar sua independência cívica, as pessoas pobres acabam, no plano político, lutando em favor do coronel.

O coronel exercia, de fato (embora nem sempre de direito), várias funções que seriam atribuições de diversas instituições sociais, tais como de juiz ou delegado de polícia. Sua proeminência social frente à população rural lhe permitia mandar e desmandar, arbitrar conflitos, perseguir adversários, indicar funcionários públicos, e representar os interesses locais (que são quase sempre os *seus* interesses) frente às esferas de governo estadual e federal. Não havia a necessidade do coronel em pessoa assumir um posto político, pois esta função poderia ser delegada a alguém de sua inteira confiança sem que seu prestígio social e influência política fosse diminuída. Dessa forma, em torno do coronel se formava uma complexa rede de relações que envolviam desde simples eleitores mais pobres (quase sempre para trocar auxílio econômico por votos), até alianças matrimoniais, comerciais e políticas afim de salvaguardar sua influência política, seus interesses econômico e seu *status quo* social²¹.

21 Love (1982) atenta para a homogeneidade social da elite paulista nesse período. Esta elite era formada por grandes fazendeiros, membros de famílias tradicionais, com nível educacional similar, e com grande número de relações de parentesco em seu interior. Apadrinhamento político e alianças matrimoniais constituíam formas de manutenção do poder político e do *status* social concentrado nesse grupo, conforme argumenta

O gradual processo de urbanização dos municípios do interior e o crescimento das atividades ligadas a esse meio marcou um processo de transição entre o modelo de dominação política calcado na propriedade da terra e aquele baseado em outras formas de poder derivadas das atividades desenvolvidas nas cidades. De acordo com Godoy (2006, p. 573),

Esta transição começa com a mudança dos antigos coronéis fazendeiros para as cidades. Pouco depois, as atividades políticas, cada vez mais profissionalizadas, vão sendo repassadas às novas lideranças, que em primeiro momento se apresentam coligadas e submissas aos coronéis fazendeiros. Lentamente esses novos políticos, principalmente bacharéis e comerciantes, vão ganhando autonomia e superando os antigos coronéis fazendeiros.

Em todo caso, o domínio político dos coronéis enseja práticas políticas incompatíveis com um efetivo regime democrático, tais como clientelismo, mandonismo, personalismo, paternalismo, patrimonialismo, etc., muito embora vigorasse no Brasil instituições próprias de uma democracia liberal. Este estado de coisas só pode ser transformando na medida em que as melhorias nas vias de comunicação proporcionaram maior fluxo de pessoas e mercadorias, a urbanização e a industrialização dos municípios do interior acabaram com o predomínio do meio rural, e a modernização da agricultura modificou as relações entre os fazendeiros e seus empregados, acabando com aquela relação de compromisso moral e estabelecendo relações típicas de uma economia capitalista (entre patrão e empregado). Mudanças institucionais também foram importantes, principalmente devido à burocratização do serviço público, que foi uma das portas de entrada na elite política de outros grupos sociais, principalmente aqueles oriundos das *classes médias*, como os imigrantes em especial²². Em síntese, com as bases de seu poder minado, a figura do coronel tende a desaparecer, dando lugar a novos agentes e a novas práticas políticas, ainda que não signifique necessariamente práticas mais democráticas²³.

Godoy (2006), o que contribui para sua homogeneidade e dificulta a entrada de novos membros oriundos de outros grupos sociais, como os imigrantes, por exemplo. Apenas em situações de crise e de profundas transformações, em especial o fim da República Velha e a instauração do Estado Novo anos mais tarde possibilitou a quebra desse “exclusivismo” e a ascensão política de outros grupos sociais.

22 Embora as elites agrárias tenham perdido sua hegemonia, isso não significou o seu alijamento do processo político e muito menos que novos agentes tenham se constituído em novas elites que vieram substituir as antigas. A modernização econômica e política, levada a cabo pelo Estado, não tocou nas bases de sustentação das posições econômicas das elites tradicionais, embora tenha promovido a ascensão de novos grupos, notadamente a burguesia industrial. Nesse sentido, por exemplo, Bilac (2001) trata da ascensão política dos imigrantes no município de Rio Claro, muito mais um processo de assimilação condicionado pelos grandes fazendeiros através de apadrinhamento e conciliação com os setores emergentes, que um processo de ruptura propriamente dita.

23 Novas práticas políticas, mais afinadas com a política de massas nascente com o processo de urbanização, reproduzem as antigas práticas personalistas, embora não contenha mais o caráter de pessoalidade presente

Voltando a Caraguatatuba, podemos citar dois fatores que impediram o desenvolvimento econômico do município nos fins do século XIX e início do XX. O primeiro é a estagnação da economia cafeeira na região do Vale do Paraíba, da qual Caraguatatuba participava de maneira marginal; o segundo é o grau de isolamento do município em relação às outras regiões. Com o desenvolvimento sendo condicionado para o interior do Estado de São Paulo, os fluxos de capitais que poderiam promover empreendimentos econômicos desapareceram, o que levou os proprietários locais a desenvolverem culturas para o consumo interno, com eventual comercialização do excedente no mercado local ou nos municípios próximos. O isolamento impede tanto o fluxo de capitais quanto o fluxo de pessoas, o que contribuiu para a manutenção dos baixos índices de produção local. Caraguatatuba, por exemplo, não se beneficiou do grande número de imigrantes que vieram para São Paulo que, em sua maioria, se dirigiram para o interior do Estado. Embora existissem grandes quantidades de terra disponíveis para o aproveitamento econômico, inexistiam condições financeiras para promover qualquer empreendimento de grande porte, como também não havia mão-de-obra suficiente para tal.

Apesar da existência de grandes proprietários de terra em Caraguatatuba, eles não tinham condições para valorizar a terra e gerar riqueza, o que contrasta com a situação em que se encontravam os fazendeiros do interior do Estado. Somente empresas estrangeiras desenvolveram empreendimentos de grande porte em Caraguatatuba nesse período, como o grupo inglês Lacanshire, porém eles procuraram evitar qualquer envolvimento na política local. Os fazendeiros, em Caraguatatuba, se destacavam socialmente mais pela miséria geral que se encontrava a população que por sua própria riqueza. E como suas fortunas eram equivalentes, não havia dominação política de uma família sobre as demais, ou mesmo uma aliança entre elas sob a liderança de um coronel. Sob as condições existentes, seria impossível a algum fazendeiro desempenhar as funções de um coronel como acontecia com os grandes fazendeiros no interior.

Porém, a ausência da figura do coronel não significou a ausência de relações políticas tradicionais, como o mandonismo e o clientelismo. Também existiam políticos ligados às famílias tradicionais do município, porém o sentido de sua atuação política não consistia no mesmo de um coronel, ou seja, do controle da política local estar intimamente ligado ao

nas relações estabelecidas pelos coronéis. Esse novo personalismo se dá no sentido de uma relação estabelecida entre um líder político e um determinado grupo ou setor da sociedade, onde o primeiro utiliza sua influência ou sua posição dentro dos organismos do Estado para o atendimento de demandas específicas do segundo – como a chamada *política da bica d'água*, do governador do Rio de Janeiro Chagas Freitas (DINIZ, 1982).

desenvolvimento dos negócios da família, quase como se a política local fosse também uma propriedade sua. E como as fortunas dessas famílias eram equivalentes e os meios para aumentá-las eram escassos, havia um certo equilíbrio entre os principais líderes políticos. Esse equilíbrio foi desfeito nas décadas de 1940 e 1950 com a proeminência política do deputado estadual Diógenes Ribeiro de Lima, que passou a comandar a política local com mão de ferro. Embora Lima tivesse sido taxado de coronel por seus adversários políticos locais devido a forma autoritária com que tratava as questões políticas, ele não pode ser considerado um coronel em primeiro lugar porque, embora possuísse propriedades em Caraguatatuba, seu poder político não se originava ou dependia delas, pois sua carreira política havia se constituído toda ela na capital; em segundo lugar porque suas relações estabelecidas em Caraguatatuba não possuíam o mesmo caráter de dependência econômica e moral das relações dos coronéis com seus subordinados. Além disso, a base de seu poder político estava em São Paulo e não em Caraguatatuba, município com a qual mantinha uma ligação mais sentimental que prática: foi nele onde Lima iniciou sua carreira de professor, conheceu sua esposa e foi incentivado a entrar na política. Lima poderia ser considerado um típico “mandão”, figura autoritária que procura fazer valer sua vontade através da força, seja ela derivada de seu prestígio social, de suas condições econômicas, de sua influência política ou até mesmo pela utilização da força física propriamente dita, figura esta ainda muito comum nas localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Em Caraguatatuba, ao mesmo tempo que os fazendeiros não se constituíram em uma classe política coesa e nem tinham condições para sustentar um domínio político quase exclusivo, indivíduos oriundos de outros estratos sociais, notadamente da classe média, passaram a ter atuação política consistente, principalmente a partir da década de 1950, tanto pela possibilidade de atuação partidária mais ampla devido às regras eleitorais estabelecidas na Constituição de 1946, quanto pelo processo de animação econômica que o município passava, derivado do aumento da atividade portuária em São Sebastião. Eram esses indivíduos principalmente profissionais liberais e funcionários públicos, possuidores de certo nível escolar e de certo grau de riqueza, que lhes proporcionava certa notoriedade e que lhes possibilitavam disputar as eleições e exercer algum cargo político²⁴.

Portanto, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, havia uma tendência de maior

24 O processo de diversificação econômica dos municípios do interior possibilitou que indivíduos oriundos das classes médias tivessem maior participação política, tanto pela importância que passa ter as atividades típicas do meio urbano, quanto pelo aumento das possibilidades efetivas de atuação política resultantes de um alargamento do campo político. Em relação a essa questão específica, ver Kerbauy (2000), Bilac (2001), Godoy (2006).

protagonismo político por parte de indivíduos provenientes das classes médias em um contexto marcado, por um lado pela baixa densidade populacional e sua relativa pobreza, por outro pelo início de um rápido processo de urbanização que levará quase a metade da população local a se mudar para a zona urbana, originando diversos problemas quanto à oferta de serviços públicos ocasionados pela infraestrutura insuficiente para o atendimento dessa população, que ocasiona, por sua vez, grande dependência da prefeitura frente aos recursos dos governos estadual e federal. Essa dependência acaba se traduzindo na forte presença de órgãos estaduais, tais como o DER, a SABESP e a SUDELPA, afim de se construir a infraestrutura urbana necessária para acomodar essa população recém-chegada.

Composição social da elite política

Abordaremos nesta seção como era a composição social da elite política em Caraguatatuba, mais especificamente dos vereadores, no período que compreende os anos de 1970 à 2000. Serão considerados aqui os vereadores eleitos e os suplentes que assumiram o cargo durante a legislatura, ficando de fora os demais suplentes. Os dados apresentados a seguir permite-nos traçar o perfil das elites políticas no período enfocado, especialmente quanto à origem e sua posição social, para que possamos identificar sua representatividade social, suas bases políticas e possíveis fatores que possam ter contribuído para sua transformação.

Vejamos a seguinte tabela:

Tabela 5
Composição social dos vereadores

Profissão anterior		Idade no início do primeiro mandato	
Comerciante/empresário	22	Menos de 30 anos	9
Funcionário público	16	De 31 à 40 anos	37
Profissional liberal	8	De 41 à 50 anos	13
Professor	3	Mais de 50 anos	6
Outros	16		
Local de nascimento		Número de mandatos	
Caraguatatuba	21	Um	28
Litoral Norte e V. Paraíba	16	Dois	15
Capital e interior/SP	14	Três	15
Outros estados	14	Quatro	7
Escolaridade*			
Ensino Fundamental	24		
Ensino Médio	20		
Ensino Superior	18		

(*) Não foi possível obter dados para a escolaridade de três vereadores do período 1969-1972

Notamos, em primeiro lugar, a proeminência de vereadores que eram comerciantes ou empresários e funcionários públicos, com um relativo número de profissionais liberais e um pequeno número de professores. A categoria “outros”, embora seja significativa, é heterogênea pois nela estão alocados diversos tipos de profissionais tais como trabalhadores manuais qualificados (por exemplo, bancários e técnicos em contabilidade), autônomos, motoristas, pescadores, etc. Tanto a categoria “comerciantes/empresários” quanto a categoria “funcionários públicos” são fundamentais para nossa argumentação, conforme veremos adiante.

Quanto ao local de nascimento, verificamos que a maior parte dos vereadores nasceram na região, embora seja significativa o número dos que vieram de longe. Na região destaca-se São Sebastião e São José dos Campos como os principais municípios de origem

desses vereadores (três cada). Da capital vieram cinco, e de outros estados vieram: sete de Minas Gerais, três do Rio de Janeiro, um do Maranhão, um do Paraná e um do Rio Grande do Sul. A migração tem grande importância na transformação social e econômica por qual passou Caraguatatuba no período estudado, e isso também se reflete no grande número de migrantes que compõe a elite política local. Porém, deve-se ressaltar que havia um processo anterior de migração onde indivíduos de riqueza mediana adquiriam propriedades em Caraguatatuba e acabavam por ali se instalar, abrindo algum tipo de negócio ou realizando algum tipo de serviço. Eram geralmente profissionais liberais ou funcionários dos empreendimentos que se realizavam na região nesse período, especialmente aqueles ligados às atividades portuárias em São Sebastião. Eles acabavam entrando nas altas rodas sociais e alguns deles terminavam por exercer algum tipo de atividade política, principalmente se em seu município de origem já tivesse alguma atuação política.

Em relação à escolaridade, não há grandes disparidades entre os três níveis de ensino. Considerando o nível educacional como indicativo de uma posição social mais elevada, poderíamos inferir que há uma maior representação dos estratos mais elevados da população em detrimento da representação dos estratos mais baixos. Relacionando escolaridade e profissão, notaremos que a maior parte dos comerciantes/empresários e funcionários públicos têm até o Ensino Médio, e que aqueles que possuem Ensino Superior são em sua maioria profissionais liberais e professores, embora exista entre eles um número significativo de funcionários públicos (ver tabela 10). O que chama atenção nessa relação é o grande número de funcionários públicos com apenas o Ensino Fundamental, indicando que eles pertenciam aos escalões baixos e médios do serviço público.

Os vereadores iniciavam seu primeiro mandato com idade entre 31 e 40 anos, e a média de idade por legislatura ficava em torno de 41 anos (ver tabela 6). Há de se destacar que um número significativo de vereadores que possuíam Ensino Superior (6 em 18) tiveram seu primeiro mandato antes dos 30 anos, enquanto que pouco mais de um terço dos vereadores que possuíam o Ensino Fundamental (10 em 24) se elegeram pela primeira vez com mais de 41 anos. Dessa maneira, o nível educacional aparece como um fator condicionante para a entrada na política no sentido de que, quanto maior a escolaridade menor a idade e vice-versa.

Quanto ao número de mandatos, verifica-se que grande parte dos vereadores exerceu apenas um ou dois mandatos. A média de renovação da Câmara por legislatura ficou em torno de 54% nesse período (ver tabela 6). O que chama a atenção é o número de

funcionários públicos que conseguiam se reeleger duas ou mais vezes, 8 dos 16. A maior parte deles fez sua carreira política nas décadas de 1960 e 1970, justamente no período em que os órgãos estaduais já citados tiveram maior atuação no município. Dos comerciantes e empresários, por exemplo, apenas 7 dentre os 22 conseguiam mais de dois mandatos. Esses dados sugerem que a presença de funcionários públicos, sobretudo na década de 1990, se deveu mais às reeleições do que à renovação dos quadros políticos por indivíduos que desempenhavam tal profissão antes. De fato, o único caso de um funcionário público que se elegeu pela primeira vez nas eleições de 1992 já tinha um histórico de participação política desde a década de 1960, quando chegou a ser suplente da Câmara Municipal, embora não tenha disputado todas as eleições nesse período.

Tabela 6
Média de idade e índice de renovação por legislatura

	Média de idade	Índice de renovação (%)
1969-1972	41,89	33
1973-1976	40,77	54
1977-1982	41,36	55
1983-1988	38,00	62
1989-1992	41,78	56
1993-1996	41,65	59
1997-2000	43,47	59

Em relação aos comerciantes e empresários, nota-se que a maior parte deles (12 dos 22) teve seu primeiro mandato na década de 1990, período em que se consolida as mudanças econômicas que vinham acontecendo desde as décadas anteriores. Com a atividade turística se tornando o motor da economia local, aumenta a participação política de indivíduos ligados a esses setores. Vejamos a tabela seguinte:

Tabela 7
Profissão anterior por legislatura

	Comerciantes/ Empresários	Funcionários públicos	Profissionais liberais	Professores	Outros
1969-1972	2	3	2	1	1
1973-1976	2	5	2	1	3
1977-1982	3	5	2	1	0
1983-1988	3	3	3	0	4
1989-1992	4	4	2	0	8
1993-1996	6	5	2	1	3
1997-2000	10	1	1	1	4

Aqui percebemos um processo de inversão na representação profissional da Câmara Municipal ocorrida ao longo desses trinta anos: de uma Câmara composta por funcionários públicos e profissionais liberais nos anos 1970 para uma Câmara composta principalmente por comerciantes e empresários nos anos 1990, sendo a década de 1980 um período de transição.

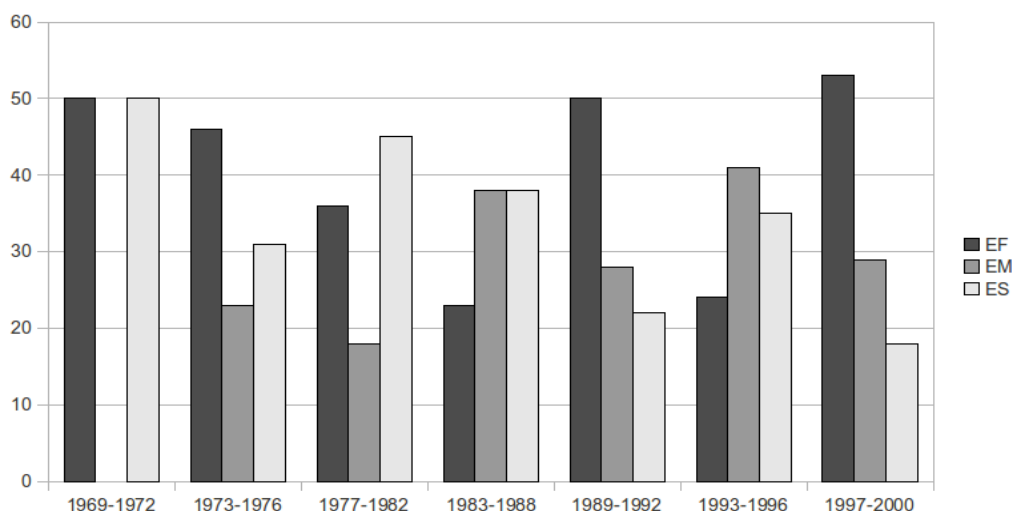
Conforme discutido anteriormente, houve três momentos distintos na história política de Caraguatatuba: o primeiro marcado pela forte competição entre grupos políticos rivais e pelo relativo fechamento do campo político resultante do bipartidarismo e da dependência crônica do município por recursos dos governos estadual e federal; o segundo marcado pela maior diversificação política devido ao fim do bipartidarismo, que permitiu a emergência de novas lideranças; e o terceiro tendo como principal característica a ascensão de agentes políticos ligados ao setor da economia que mais se desenvolveu nos últimos anos, num período em que as campanhas eleitorais se tornavam mais caras pelas dimensões que o eleitorado tomava. A presença de autarquias e empresas estatais atuando de maneira direta e constante no município favoreceu, em certa medida, o recrutamento político entre seus funcionários, assim como o maior peso relativo dos profissionais liberais na década de 1970 relaciona-se à sua proeminência social num município com uma população pequena, concentrada, homogênea e pobre. Na década de 1980 há grande presença de vereadores alocados na categoria “outros”, o que indica maior abertura do campo político, embora muitos deles tenham permanecido no cargo por um ou dois mandatos. Na década de 1990,

conforme já destacamos, há uma acentuada diminuição no recrutamento de funcionários públicos, sendo a maioria deles vereadores que vinham sendo reeleitos desde a década anterior, ou seja, que já possuíam capital político acumulado. Os novos membros da Câmara, por outro lado, constituíam-se em empresários e comerciantes que, capazes de mobilizar sobretudo recursos econômicos para custear as campanhas eleitorais cada vez mais caras, mudaram a feição do legislativo local.

Outro indicador da mudança do perfil social da elite política é a diminuição do peso relativo dos vereadores que possuíam maior escolaridade. De acordo com o gráfico 2, há uma queda acentuada do peso relativo dos vereadores com Ensino Superior a partir da década de 1980, atingindo seu ponto mínimo na legislatura 1997-2000, enquanto que ocorre um ligeiro crescimento do Ensino Fundamental e um crescimento um pouco mais acentuado do ensino médio. Embora tenha se mantido constante o número de vereadores oriundos de profissões que requer maior escolaridade, como professores e profissionais liberais, as novas cadeiras que surgiram com o aumento do número de vereadores acabaram por serem ocupadas por vereadores provenientes de outros estratos sociais.

Gráfico 2

Peso relativo da escolaridade* por legislatura (%)



(*) Não foi possível obter dados para a escolaridade de três vereadores do período 1969-1972

Outro ponto interessante é a relação entre a escolaridade e o local de nascimento. Enquanto que para o Ensino Médio e o Ensino Superior há um equilíbrio, para o Ensino Fundamental há um número consideravelmente maior de vereadores nascidos em Caraguatatuba e na região do que o número daqueles que nasceram em outras regiões do

Estado de São Paulo e em outros estados, o que pode ser explicado pela ausência de instituições de ensino superior no Litoral Norte, embora elas existam nos principais municípios do Vale do Paraíba. Verificamos também um número grande de funcionários públicos nascidos em Caraguatatuba ou Litoral Norte e Vale do Paraíba, enquanto que os profissionais liberais vieram sobretudo da região metropolitana de São Paulo.

Tabela 8
Relação entre local de nascimento e profissão anterior

	Caraguatatuba	Litoral Norte/ V. do Paraíba	Capital/ Interior de SP	Outros estados
Comerciantes/empresários	6	6	4	6
Funcionários públicos	8	4	2	2
Profissionais liberais	2	0	5	1
Professores	0	1	0	2
Outros	5	5	3	3

Tabela 9
Relação entre número de mandatos e profissão anterior

	um	dois	três	quatro
Comerciantes/empresários	11	4	5	2
Funcionários públicos	3	5	7	1
Profissionais liberais	6	0	1	1
Professores	0	2	1	0
Outros	8	4	1	3

Tabela 10
Relação entre profissão anterior e escolaridade*

	Comerciantes /Empresários	Funcionários públicos	Profissionais liberais	Professores	Outros
Fundamental	8	8	0	0	8
Médio	10	2	0	0	8
Superior	2	5	8	3	0

(*) Não foi possível obter dados para a escolaridade de três vereadores do período 1969-1972

O período analisado tem como importante característica uma constante renovação dos membros da Câmara. Praticamente em todas as eleições realizadas mais da metade dos eleitos eram novatos, indivíduos que assumiam seu primeiro mandato. E, por esse mesmo motivo, eram poucos aqueles que conseguiam se reeleger duas ou mais vezes. Portanto, em que medida essa renovação significou uma mudança efetiva do perfil social dos membros da Câmara? Em outras palavras, os novos agentes políticos refletiram de certo modo as transformações que ocorreram no município ou a renovação significou apenas a troca de nomes?

Recapitulando, o fim do bipartidarismo amplia as possibilidades de participação política em nível partidário como também, se considerarmos os impactos que essa mudança teve na política regional, permite novas oportunidades para a construção de alianças com líderes regionais emergentes. O rápido aumento populacional traz dificuldades para a manutenção das alianças locais já estabelecidas e a utilização de trunfos antigos frente a um eleitorado de feições novas. O aumento populacional também provoca o encarecimento das campanhas eleitorais, além da dificuldade extra em criar identificação em um eleitorado heterogêneo, formado por pessoas provenientes de outras regiões. Nessas circunstâncias, o sucesso eleitoral dependia da melhor adaptação às novas condições de disputa política, que envolvia a construção de um capital político distinto e mais variado que o necessário na situação anterior. É nesse sentido que os espaços políticos, sejam eles novos ou aqueles deixados pelos funcionários públicos, são ocupados pelos empresários e comerciantes, oriundos do setor da economia em ascensão e com capacidade para mobilizar os recursos financeiros necessários para custear as campanhas mais caras. E os funcionários, por sua vez, perdem um capital político importante com a diminuição da presença das autarquias e empresas estaduais no município.

O capital político era constituído por uma combinação de outros tipos de capitais adquiridos em esferas diversas, tais como certa notoriedade social (que pode ser resultante de sua atuação profissional), relacionamentos construídos em vários ambientes (associações, sindicatos, ou até mesmo no exercício da profissão), militância partidária, acordos e alianças políticas envolvendo apoios mútuos, reconhecimento de sua atuação política, etc. A reconversão desses capitais dependia, por sua vez, da situação social e econômica do município, de modo geral, e de como o campo político está configurado em determinado momento, de modo específico.

Funcionários públicos

A importância de órgãos como o DER, a SUDELPA, a SABESP e outros, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, relaciona-se com a estagnação econômica e a necessidade de recuperação do município após a catástrofe de 1967. Por um lado, esses órgãos possuíam certo reconhecimento por parte da população devido suas atividades no município, o qual seus funcionários poderiam “pegar emprestado” para fins eleitorais. Por outro lado, a própria natureza da profissão, num município com uma economia pouco diversificada e estagnada, colocava esses indivíduos em uma posição social distinta. Podemos considerar este um dos fatores para a entrada na política de alguns funcionários.

Porém, conforme notamos anteriormente, os funcionários não pertenciam necessariamente aos escalões mais altos dos órgãos onde trabalhavam, portanto, não exerciam funções de direção que lhes pudessem proporcionar certa capacidade de influência. Sendo funcionários dos escalões médios e baixos, eles tinham, por outro lado, maior contato com a população e poderiam fazer esse papel intermediário entre os diretores (que têm a capacidade de decidir) e os usuários dos serviços ou os destinatários das obras. E essa posição peculiar pôde ser utilizada, no sentido das possibilidades de reconversão das relações estabelecidas em sua atuação profissional, como um trunfo político. Porém deve-se ressaltar que este capital não foi o único utilizado pelos funcionários, sendo mais provável sua combinação com outros tipos de capital para a obtenção de sucesso eleitoral.

Por exemplo, Florivaldo Pereira, vereador por quatro legislaturas (de 1964 à 1982), era funcionário do DER, na função de motorista. Trabalhou antes como pedreiro, frentista e motorista da prefeitura, ingressando no DER em 1960. Um ano antes se candidatou pela primeira vez para vereador, recebendo uma boa votação embora insuficiente para elegê-lo. A

associação desse capital político com o capital social reconvertido de sua atividade no DER pode ter sido a chave para sua vitória nas eleições seguintes, em 1963, num contexto onde a constituição do capital político não seria necessariamente complexo devido a pequena dimensão do eleitorado e a pouca diversificação da economia. Mas, para obter o sucesso eleitoral nas eleições seguintes, haveria de juntar a esses capitais aquele reconvertido de sua atuação política propriamente dita, tanto na atuação junto à população (principalmente na época da catástrofe) quanto junto aos seus pares, articulando alianças e se colocando como um dos principais apoiadores de Boneca na disputa que este tinha com o grupo adhemarista.

Na década de 1980 esta combinação de capitais torna-se insuficiente para garantir o sucesso eleitoral, pois o alargamento do campo político torna mais complexa a tarefa de constituir alianças, e a diminuição da atuação dos órgãos estaduais faz com que se tornem reduzidas as chances de reconversão das relações estabelecidas no exercício desta profissão. Notamos que a presença de funcionários públicos com menor escolaridade se deu justamente nas décadas de 1960 e 1970, enquanto que na década de 1980 aparecem os de maior escolaridade. Dos oito que possuem apenas o Ensino Fundamental, apenas três se elegeram pela primeira vez na década de 1970, e nenhum deles na de 1980; os outros cinco tiveram seu primeiro mandato na década de 1960. Daqueles com ensino médio e superior, apenas um teve seu primeiro mandato antes de 1983 (embora entre aqueles que se elegeram depois, um deles teve participação na política local desde a década de 1960). Por esta razão, encontramos entres esses vereadores funcionários de escalões mais elevados, como Almir José Alves, que foi diretor da SABESP.

Outro exemplo da atuação política de funcionários públicos foi a de Jair Nunes de Souza, diretor regional da SUDELPA, que se elegeu prefeito em 1982. Nascido em Caraguatatuba, foi morar em São José dos Campos aos quinze anos de idade, depois mudou-se para Taubaté onde cursou Matemática e Engenharia Civil. Retornou à Caraguatatuba em 1975 e ingressou na SUDELPA, onde se tornou diretor regional em 1981. Seu currículo profissional, a importância da SUDELPA para o município e o fato de Jair Nunes ser o primeiro diretor da autarquia nascido em Caraguatatuba fez com que ele fosse bastante conhecido e respeitado pela população. Este respeito, entretanto, não se torna fator suficiente para sua entrada na política, que se deu por sugestão de Ernesto Côrrea Neto, superintendente da SUDELPA e candidato a deputado estadual, que buscava cabos eleitorais. Jair Nunes seria candidato, em princípio, a vereador, mas a falta de nomes competitivos dentre os apoiadores do prefeito José Bourabey fez este considerar a possibilidade de lançá-lo à sua sucessão,

aproveitando-se de sua boa reputação e do fato de não estar envolvido em qualquer escândalo político. O sucesso eleitoral de Jair Nunes, marcante por ter derrotado o popular Boneca, se deveu à reconversão de sua reputação num importante trunfo eleitoral, utilizado com muita habilidade por Bourabey, o responsável pela articulação política em torno de sua candidatura. Resumindo, houve uma combinação do capital político acumulado por Bourabey (suas alianças locais e regionais e sua capacidade de mobilizar recursos) com a notoriedade de Jair Nunes reconvertida em trunfo eleitoral.

Comerciantes e empresários

A categoria “comerciantes e empresários” é composta por aqueles que desenvolvem algum tipo de atividade comercial ou de prestação de serviços, como os construtores (ou empreiteiros). Em outras palavras, seriam donos de estabelecimentos comerciais ou empresas de prestação de serviços.

Os dados sugerem que a participação de comerciantes e empresários na política local cresce ao longo dos anos, principalmente na década de 1990. A tabela 7 dá a dimensão deste crescimento. Além disso, constatamos que 55% deles se elegeram pela primeira vez ou nas eleições de 1992 ou na de 1996. O crescimento da participação dos comerciantes e empresários acompanha, portanto, o crescimento deste setor na economia local. Mas antes não haveria condições para uma maior participação política?

Verificamos que antes de 1990 alguns nomes ligados à associação comercial, como Amil Burihan ou Edson Mazzuca, chegaram a se candidatar à vereador (1976 e 1988 respectivamente) porém sem sucesso. O campo político, na década de 1970, era muito estreito e relativamente fechado, devido a existência de apenas um partido e pela dinâmica da política interna deste partido, polarizado entre duas facções que procuram controlar o diretório local de todas as formas. As disputas entre os bonequistas e adhemaristas não apenas impediram a entrada na política de novos agentes oriundos de outros grupos sociais como também marginalizaram antigos políticos que não se alinharam a uma das duas facções, como foi o caso, por exemplo, de Altamir Tibiriçá Pimenta, que mesmo tendo sido vereador, vice-prefeito e prefeito por duas vezes, não tinha mais o poder de influenciar as decisões. A formação de um diretório local do MDB ofereceu uma alternativa para esses novos agentes, sendo dois dos três comerciantes eleitos em 1976 membros deste partido. O fim do bipartidarismo representou justamente o alargamento do campo político local e o

aumento das possibilidades de atuação política, com os novos espaços sendo aos poucos ocupados por esses novos agentes.

Há também a questão do poder econômico dos comerciantes e empresários. Se considerarmos as dimensões dos negócios e as possibilidades de crescimento deles de acordo com os condicionantes econômicos locais, notaremos que aqueles da década de 1970 possuíam pequenos negócios e uma capacidade limitada para mobilizar recursos financeiros, contrastando com a maior dimensão dos negócios dos empresários e comerciantes sobretudo na década de 1990. A candidatura de Sílvio Luiz dos Santos para a prefeitura, nas eleições de 1969, nos dá um exemplo disso. Sendo dono de uma sorveteria, sua capacidade financeira não era maior que a de outros políticos funcionários públicos ou profissionais liberais. Sendo neófito em política, sua vitória foi resultado de uma combinação entre sua imagem de “bom moço”, conquistada principalmente por sua atuação no Esporte Clube XV de Novembro tanto como atleta em sua juventude quanto como dirigente depois, com as articulações feitas dentro do ARENA pelos membros do grupo adhemarista, com a participação do próprio Adhemar de Barros Filho, a fim de lançar uma chapa que se distanciasse do desgaste que os políticos sofreram durante a gestão conturbada de Boneca.

Já o empresário Ubaldo Gonçalves, vice-prefeito na primeira gestão de José Bourabey (1977-1982), tinha os seus principais negócios em São Paulo, ficando inclusive mais tempo na capital que em Caraguatatuba. Mesmo sendo vice-prefeito e possuindo maiores recursos econômicos, o fato de não estar sempre presente no município fez com que seu nome não tivesse força política suficiente para ser lançado candidato à sucessão de Bourabey, embora cogitado para tal. Voltou a ser candidato à vice-prefeito novamente em 1992, na chapa encabeçada por Antônio Carlos da Silva, porém sem sucesso. Outros nomes, como Arlindo Nakane e Mauri Diniz, ambos donos de empresas que atuam no ramo da construção civil, são exemplos da entrada de novos atores com poder econômico maior, haja visto o boom da construção civil a partir de meados da década de 1970 impulsionado por um tipo de turismo baseado na segunda residência, ou a “casa da praia”. Nakane foi muito atuante enquanto vereador na legislatura de 1983-1988, sendo inclusive presidente da Câmara. Porém não obteve sucesso nas eleições de 1988, quando se candidatou a prefeito e foi derrotado por Bourabey, eleito pela segunda vez.

Portanto, o aumento da participação de comerciantes e empresários está relacionado, por um lado, ao alargamento do campo político, por outro, à maior capacidade de mobilização de recursos financeiros para o custeio das campanhas. Porém, sendo este um

fator significativo, não se pode desconsiderar outros fatores para a formação do capital político, principalmente a capacidade para se articular com líderes comunitários e de criar identificação com a crescente população dos bairros, já que a fisionomia populacional de Caraguatatuba não era mais aquela do início da década de 1970.

O caso mais significativo de atuação política de um empresário é a de Antônio Carlos da Silva, prefeito no período 1997-2000, reeleito para o período seguinte. Suas atividades empresariais envolvem venda de automóveis, hotéis e construção civil, nos municípios de Lorena, Guaratinguetá e Caraguatatuba. Sua militância política começou em 1985, em Lorena, como delegado do PMDB, mas sua primeira eleição foi em 1988, já em Caraguatatuba, para prefeito. Foi derrotado nesta e na seguinte até conseguir êxito em 1996, pelo PSDB, com apoios que incluíam os ex-vereadores Arlindo Nakane e Antônio Nepomuceno²⁵ e do deputado estadual Paulo Julião (PSDB). As eleições em que saiu derrotado serviu para dar-lhe visibilidade política e proporcionar-lhe condições de ampliar suas bases de apoio, importantes para a campanha exitosa que teve em seguida. Porém, a sua legitimação como líder político envolveu também o reconhecimento pelo trabalho efetuado enquanto presidente da associação comercial, algo que nenhum outro membro desta associação que tenha disputado alguma eleição conseguira. Este reconhecimento era, de um lado, inerente ao próprio meio empresarial local, e de outro, um reconhecimento de suas “habilidades” e “competência” como administrador, utilizados como trunfo eleitoral. Além disso, utilizou-se de sua “juventude” no sentido de possuir disposição e determinação como também novas ideias e ideais necessárias para renovar o quadro político (segundo seu material de campanha). Como nenhum outro fizera antes, Antônio Carlos utilizou-se de seu sucesso empresarial para se legitimar como importante liderança política frente às demais lideranças políticas locais e regionais, como também frente aos eleitores, e dessa forma tornou-se o mais influente político da história recente de Caraguatatuba.

Outras atividades profissionais

Consideramos a atividade profissional de um vereador como um indicativo de sua inserção social, mais do que um aspecto determinante na formação da elite política local. Outros fatores concorriam para atuação política deste ou daquele vereador que propriamente

25 Foi vereador por três mandatos, nas décadas de 1960 e 1970. Era funcionário público e membro de uma família tradicional que teve outros políticos importantes entre as décadas de 1940 e 1970.

sua atividade profissional. Por exemplo, a participação em clubes ou associações diversas, como o Rotary, o Lions ou o Esporte Clube XV de Novembro, sobretudo nos anos 1970 quando o peso da “alta sociedade” era maior num contexto de poucos eleitores concentrados no centro urbano. Por outro lado, desenvolver relações com líderes comunitários e criar identificação com bairros e regiões se tornou importante quando o eleitorado se tornou maior, heterogêneo e espalhado por diversos bairros, não apenas na área central. A constituição desses recursos como capital político foi importante para o sucesso eleitoral de vários vereadores.

Sílvio Ferreira, por exemplo, foi vereador de 1969 à 1972, e vice-prefeito de 1973 à 1976. Sua carreira política está ligada em princípio à carreira política de seus pais, Avelino Ferreira e Benedita Pinto Ferreira²⁶, ambos ex-vice-prefeitos. Ferreira foi advogado, membro da diretoria do Esporte Clube XV de Novembro e do Rotary, porém seu capital político estava em parte ligado à influência de sua família, sobretudo de sua mãe. Entretanto, ao desafiar Boneca e procurar se estabelecer como liderança política autônoma, acabou perdendo parte de sua força política principalmente pelo fato de sua mãe ter continuado apoiando Boneca. Ferreira acabou trocando o PDS pelo PMDB, onde saiu candidato a prefeito nas eleições de 1982 e acabou derrotado. Essa troca sinaliza bem o movimento de alargamento do campo político, pois Ferreira buscava espaço justamente para tentar concretizar seu sonho de ser prefeito, tendo sido preterido em seu desejo duas vezes antes: primeiro em 1972 após a cassação da candidatura de Boneca, quando este preferiu indicar sua esposa como cabeça de chapa em vez de Ferreira, que era o seu vice; a segunda em 1976, quando foi indicado o vereador Rui Barbosa de Moura para concorrer à prefeitura pela sublegenda do grupo bonequista.

Rui Barbosa de Moura, por sua vez, utilizou-se dos relacionamentos adquiridos em suas diversas atividades profissionais, como a de escriturário da Fazenda dos Ingleses ou a de gerente imobiliário. Essas relações tiveram um peso maior na constituição de seu capital político, já que ele possuía uma origem social mais humilde e era recém-chegado à Caraguatatuba na época em que disputou sua primeira eleição (1963). Podemos citar também o dentista e professor Antônio de Freitas Avelar, que chegou a ser presidente do diretório regional da Arena, mas nas eleições de 1982 foi candidato a prefeito pelo PT a convite de vários de seus ex-alunos, que organizaram o diretório local deste partido. José Dias Paez

²⁶ Benedita Pinto Ferreira pode ser considerada a única mulher influente politicamente no período que estamos estudando, embora Teresa Cury Nogueira tenha sido prefeita entre 1973 e 1976, mas à sombra de seu marido, o Boneca.

Lima também era dentista, e o trabalho que desenvolvia junto à Colônia de Pescadores foi importante para a constituição do seu capital político. Zé Dias, como era conhecido, foi um dos políticos mais longevos da história de Caraguatatuba, sendo vereador por dezesseis anos (de 1973 à 1988), vice-prefeito de 1989 à 1992, e prefeito após a cassação de José Bourabeby, de março à dezembro de 1992. Foi uns dos que deixaram o PDS e foram para o PMDB em busca de espaço, e suas seguidas reeleições são resultados de sua melhor adaptação às mudanças ocorridas no campo político nesse período, ao combinar o reconhecimento de seu trabalho junto aos pescadores, o seu prestígio profissional e sua força política adquirida ao longo de quatro mandatos. Por fim, temos José Benedito Gonçalves Pinto, vereador entre 1983 e 1988, foi contador e professor, cujo capital político envolvia relações estabelecidas em suas participações em movimentos sociais, associações esportivas e religiosas. A constituição dessas relações e seu posterior uso político permitiu a vários vereadores se eleger, principalmente num período conturbado como foi a década de 1980.

Dentre os profissionais liberais, aquele que teve o maior destaque político foi, sem sombra de dúvidas, José Bourabeby. Médico, trabalhou no Centro de Saúde entre 1960 e 1965, e depois foi diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia entre 1970 e 1973, ambos no município de São Bento do Sapucaí, onde se elegeu prefeito em 1969. Após o fim de seu mandato, mudou-se para Caraguatatuba, se tornando médico da Casa de Saúde Stella Maris, porém antes já havia sido coordenador médico responsável pelo atendimento aos flagelados na época da catástrofe. Elegeu-se prefeito em 1976 com apoio de Adhemar de Barros Filho, e na política local, se tornou o maior rival de Boneca. Fez um governo muito bem avaliado pela população e, dessa forma, conseguiu o feito inédito de eleger seu sucessor. Após o fim do bipartidarismo disputou com Boneca o controle do PDS local, de onde foi presidente até 1986. Saiu do PDS para organizar o diretório local do PDT, partido de Adhemar de Barros Filho, porém sem perder o controle político do PDS. Assim, Bourabeby consegue se eleger novamente prefeito, em 1988. Seu segundo mandato, porém, foi dos mais conturbados da história política de Caraguatatuba, tendo sido cassado mas permanecendo no cargo por força de uma liminar que lhe permitiu cumprir quase todo o mandato. O traço marcante de sua atuação política é seu modo autoritário de conduzir as questões políticas, muitas vezes criando atritos com a Câmara Municipal, o que lhe rendeu os apelidos de “furacão da Mantiqueira” e de “prefeitão”. O alicerce de seu poder estava em suas relações políticas, principalmente em âmbito regional, sendo o principal cabo eleitoral de Adhemar de Barros Filho em Caraguatatuba, mas estabelecendo relações com os principais líderes regionais, o

que lhe permitiu pleitear uma candidatura a deputado estadual. Seu irmão, por exemplo, foi prefeito de Aparecida na mesma época em que era prefeito de Caraguatatuba da primeira vez. Esse conjunto de relações, sua atuação política local e sua aprovação popular lhe permitiu enfrentar e vencer Boneca em várias ocasiões, e ser o principal nome da política local por mais de quinze anos, embora tenha sido cassado em sua segunda passagem pela prefeitura. Bourabeby combinou seu prestígio de médico com a imagem de político sério, que tem autoridade²⁷ para promover políticas sem ter de recorrer a concessões fisiológicas ou clientelistas que acabavam em escândalos políticos como os vários que aconteceram ao longo dos anos em Caraguatatuba. Aliado a isso, estava sua habilidade para construir alianças e controlar o campo político local, possibilitando um novo êxito eleitoral. Talvez essa habilidade de controlar a política nos bastidores tenha sido sua principal marca, algo que, por exemplo, não era tão forte em Boneca.

Boneca e o populismo

O *populismo* é a forma como se caracterizou a política de massas no Brasil, principalmente no período democrático de 1945 à 1964. O crescimento das cidades e a dimensão que toma o eleitorado urbano redefinem as bases em que se sustentava o poder político, num contraste com o a República Velha onde o elemento rural e a dominação tradicional prevalecia. Sinteticamente, o populismo pode ser caracterizado a partir desses três elementos: massificação de amplas camadas da sociedade, a perda da representatividade das elites tradicionais e a presença de um líder carismático.

O argumento central de diversos estudos sobre o populismo²⁸ diz respeito à incapacidade de um grupo social específico, ou uma elite, se impor politicamente sobre os demais e impor seus interesses como interesses da nação. A crise das oligarquias agrárias, que culminou no golpe de 1930, permitiu a ascensão do Estado tanto como o ente mediador entre os interesses dos diversos grupos sociais, sendo estes as várias facções das elites agrárias, o empresariado industrial e o conjunto dos trabalhadores urbanos; quanto como o indutor do desenvolvimento. O Estado retirava sua legitimidade do apoio que seus líderes

27 Aqui a palavra “autoridade” possui dois sentidos: o de *competência* (política) e o sentido daquele que *tem o direito de se fazer obedecer*. Por outro lado, “autoridade” poderia ser confundido com “autoritário”, tomando o sentido de *arbitrário* ou *despótico*. Bourabeby parecia agir em uma linha tênue entre os dois significados, ora caminhando por um lado, quando da ênfase à moralidade no trato da coisa pública, ora caminhando por outro, quando adota uma postura autoritária frente à Câmara Municipal, dizendo “mandar” na prefeitura, como se fosse dono dela.

28 Principalmente Ianni (1968), Weffort (1980) e Guerreiro Ramos (1961).

recebiam das massas urbanas cada vez mais numerosas, num processo que envolvia a troca de votos pelo atendimento de suas demandas. Esses estudos apontavam um problema crônico para o desenvolvimento de instituições verdadeiramente democráticas, que era o processo de cooptação das massas urbanas, principalmente os trabalhadores das indústrias, por parte de líderes carismáticos que se utilizavam de demagogia para manipular as multidões e vencer as eleições. Porém, conforme Weffort nota, havia um limite para a manipulação, que era a *necessidade de satisfação* das aspirações populares, pois, de outra forma, “estariamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes” (WEFFORT, 1980, p. 62). Essa argumentação é criticada sobretudo pelo caráter passivo que atribui às massas urbanas, incapazes de uma ação política mais engajada e dependentes da liderança carismática de um grande político²⁹. Seguindo a linha de raciocínio crítica, a população não recebia o discurso político de maneira passiva, pelo contrário, retirava dele os elementos que iam ao encontro dos seus interesses (como justiça, promoção social, direitos trabalhistas, etc.), elaboravam uma crítica e faziam suas reivindicações, de acordo com o momento. Desse modo, o apoio era dado apenas aos políticos de quem se podia *cobrar* as promessas feitas. Os políticos populistas mais importantes, como Getúlio Vargas, Adhemar de Barros ou Jânio Quadros, só mantiveram seu apoio popular na medida em que suas realizações beneficiassem efetivamente, em termos materiais ou simbólicos, o conjunto da população.

Em Caraguatatuba, quem melhor expressou esse tipo de política foi Geraldo Nogueira da Silva, conhecido como Boneca.

“Boneca” protagonizou, como “astro” principal, vilão ou coadjuvante, o mais fascinante pedaço da história política de Caraguatatuba. Foi uma figura emblemática, populista e político hábil. Simpático, bem-apessoado e espontâneo, arregimentava amigos “a primeira vista”. Foi amado pelo eleitor mais simples, odiado por uma oposição inflexível, obstinada. (AROUCA, 2003, p. 139)

Natural de Queluz, no Vale do Paraíba, Boneca viveu sua infância e juventude em São José dos Campos. Se estabeleceu em Caraguatatuba para trabalhar como comerciante, no ano de 1958, aos 29 anos. Mas foi na Rádio Oceânica, como locutor esportivo, que ganhou certa popularidade. Alguns anos depois acabou por ingressar no serviço público estadual, quando já exercia seu primeiro mandato como vereador.

Sua entrada na política se deu por incentivo de amigos ligados aos esportes e alguns

29 Em relação às críticas, ver Ferreira (1997, 2001) e Duarte & Fontes (2004).

pescadores, entre eles Sílvio Ferreira, Antônio Nepomuceno e Durval Marques de Jesus³⁰, e principalmente pelo apoio de Benedita Pinto Ferreira, que possuía bastante influência no meio político local. Hábil orador, o jovem vereador provocara bastante agitação ao desafiar o grupo político hegemônico naquela época, se colocando como um político da vanguarda, portador de ideias novas capazes de mudar a cara do município. Seu carisma e sua popularidade só cresceram, assim como o número de apoiadores e de inimigos políticos, e sua chegada à prefeitura foi questão de tempo.

Sua passagem pela prefeitura foi uma das mais conturbadas da história, tanto pelas obras polêmicas como a construção do novo prédio do paço municipal e da fonte luminosa, quanto pelas denúncias de corrupção e brigas políticas. Foi nessa época que Boneca arregimentou um grupo de apoiadores e começou a polarizar a política local com outro grupo que tinha como líder o deputado Adhemar de Barros Filho. Porém, o fato mais marcante no período em que governou foi a catástrofe de 1967. Em 1972 Boneca tenta novamente se candidatar a prefeito, porém seu registro é cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral após ação de seus adversários. Acabou por lançar sua esposa, Teresa Cury Nogueira, candidata, e dessa forma acabou governando “por tabela” como chefe de gabinete³¹. Se candidatou novamente em 1982, após uma disputa interna com José Bourabeby para conseguir uma sublegenda no PDS, entretanto acabou derrotado. Voltou a se candidatar em 1988, desta vez para vereador, e, embora estivesse morando em Caçapava desde 1983, conseguiu se eleger. Em sua última participação na política de Caraguatatuba foi o principal articulador do processo de *impeachment* de José Bourabeby para, meses depois, em uma manobra política muito bem executada pelo prefeito, se tornar líder do mesmo na Câmara. Sua carreira política continuou em Caçapava, onde foi derrotado nas eleições de 1992 para prefeito e eleito nas de 1996 para vereador, vindo a falecer em 1998.

O surgimento de uma figura política como Boneca está ligado ao processo de transformação que estava em curso no município, cuja a rápida urbanização era o principal indicativo. O crescimento acelerado do núcleo urbano e a necessidade de expansão da infraestrutura geraram demandas que foram compreendidas pelo jovem político, se tornando base de seu discurso e o ponto de partida para sua ação enquanto vereador e prefeito. Outra característica de sua atuação política é o contato constante com a população, que ele sempre

30 Foi vereador entre 1964 e 1982, e um dos principais nomes dentro do grupo “bonequista”.

31 Em seu discurso de posse, Teresa Cury deixa claro o influência que Boneca terá em seu governo: “A ninguém é dado imaginar que Geraldo não será uma peça importante de meu governo. Não sou eu quem precisa dele, do seu trabalho, da sua dedicação, da sua capacidade, do seu dinamismo. Quem precisa de tudo isso e não abre mão de tudo isso é nossa querida Caraguatatuba”.

cultivava quando possível. Essa forma de encarar a política, incomum entre os políticos da época, e sua perspicácia para perceber as mudanças pelas quais Caraguatatuba passava, fez dele uma figura extremamente popular. Boneca também soube trabalhar nos bastidores para construir alianças políticas e se posicionar dentro do campo político local como um verdadeiro interlocutor entre o município e os governos estadual e federal. Essas alianças geralmente consistiam em trabalhar como cabo eleitoral para determinados políticos e aproveitar posteriormente esta posição privilegiada para negociar recursos que seriam destinados à Caraguatatuba. Sua relação com Rafael Baldacci é um ótimo exemplo: Baldacci foi deputado federal e secretário de estado do Interior, cargo este que lhe possibilitou uma atuação mais significativa em Caraguatatuba através da SUDELPA. Boneca também procurou reverter esta sua posição em trunfo eleitoral, ao dizer, num material de campanha, “saber acionar os botões certos para canalizar recursos e obras para Caraguatatuba”, como também “saber pedir, cobrar, exigir, falar, entrar nos gabinetes mais fechados”, e que “já provou ser, além de excelente político, um excelente administrador”. E o mesmo material traz as “provas”, com uma listagem de obras realizadas dentre outras ações, como a instalação de uma agência do BANESPA. E neste material Boneca ressalta a importância de Baldacci e Ricardo Izar (deputado estadual) para a concretização dessas obras.

O personalismo foi outra de suas características enquanto ator político. Boneca sabia como ninguém utilizar-se politicamente de sua grande popularidade, se tornando não apenas o principal líder político do município como também encarnando um estilo único de fazer política que atraiu muitos seguidores e admiradores, os quais formaram aquilo que ele chamou de “família bonequista”. Aliás, essa característica foi notada por Altamir Tibiriçá Pimenta, que certa vez classificou Boneca como uma espécie de “Jânio Quadros provinciano”, justo o Boneca que nutria certa admiração pelo ex-presidente e profunda aversão pelo ex-governador Adhemar de Barros³². Esta aversão era a principal causa de sua disputa política contra os apoiadores de seu filho (de Adhemar de Barros), que tinha forte influência entre vários políticos de Caraguatatuba, que formavam o chamado grupo “adhemarista”. Em certo sentido, não existia entre os adhemaristas um líder que pudesse reunir grande popularidade entre os eleitores com a força política emprestada de Adhemar, pelo menos até a chegada de Bourabey. O médico possuía grande habilidade para controlar

32 Um fato inusitado se deu logo após a cassação do mandato de Adhemar de Barros pelo regime ditatorial que havia se instalado no país: Boneca promoveu o “enterro simbólico” de Adhemar, além de comemorar o acontecimento tomando um banho na fonte luminosa, de roupa e tudo.

a situação política interna e ocupar os espaços políticos a fim de manter sua posição no campo, e o sucesso de sua primeira gestão lhe proporcionou a popularidade necessária. Isso foi demonstrado quando lançou um neófito em política (Jair Nunes de Souza) como candidato à prefeitura e venceu o considerado invencível Boneca. A partir desse momento a força política de Boneca começa a declinar, novos líderes começam aparecer principalmente pelas novas oportunidades surgidas com o fim do bipartidarismo, tanto localmente quanto regionalmente, dificultando a eleição dos candidatos que apoiava. Ainda assim sua popularidade lhe proporcionou uma sobrevivência política, embora agora o seu discurso parecesse um tanto datado.

Geraldo Nogueira da Silva foi um personagem único na história política de Caraguatatuba, por suas qualidades como político habilidoso, por sua grande popularidade, e pelas diversas polêmicas e confusões em que se envolveu ao longo dos mais de trinta anos que teve participação direta na política de Caraguatatuba.

Conclusões

Esta pesquisa foi desenvolvida com base na hipótese de que as transformações sociais e econômicas ocorridas no município, assim como as mudanças institucionais ocorridas no país, possibilitaram a mudança do perfil das elites políticas locais, no sentido de que elas provocaram modificações no campo político local, ao transformar, também, as condições de disputa eleitoral e de controle do poder político. Essas transformações permitiram a ascensão de novos agentes políticos, de perfil distinto dos antigos.

O campo político, no início da década de 1970, era estreito e relativamente fechado devido primeiro à existência de apenas um partido, a ARENA, e segundo pela polarização entre duas facções rivais pelo controle da prefeitura. O regime militar instaurado em 1964 modificou a legislação eleitoral, extinguindo os antigos partidos políticos e permitindo a existência de apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Sendo um partido pró-sistema, a ARENA era bem estruturado nacionalmente, e como tal, possuía um diretório local, algo que não acontecia com o MDB pela dificuldade que este partido tinha em se organizar nacionalmente, por sua própria natureza oposicionista. Em Caraguatatuba, o MDB só teve condições de abrir seu diretório local após estar relativamente estruturado nos principais municípios da região, o que aconteceu em meados dos anos 1970. Além de existir apenas a

ARENA como opção para atuação política partidária, pertencer a este partido era fundamental para conseguir negociar junto aos governos estadual e federal os recursos necessários para reconstrução do município após 1967 e para ampliar a infraestrutura necessária ao atendimento da crescente população que se instala na zona urbana do município. De qualquer forma, os atores políticos eram impelidos a se filiarem à ARENA, não importando suas concepções ideológicas ou políticas.

A polarização era outro fator que tornava relativamente fechado o campo político. Como vimos, existiam duas facções rivais na década de 1970: os adhemaristas e os bonequistas. Adhemar de Barros Filho era um político muito influente localmente, não rara as vezes que atuou pessoalmente para definir as posições do partido, apoios, candidatos, etc. Seu interesse por Caraguatatuba era devido ao círculo de amizades que lá mantinha e às propriedades que lá possuía. Os adhemaristas eram ou amigos de Adhemar, ou seguidores de sua corrente política seja por razões idealistas (concordar com suas ideias políticas) ou por razões práticas (pertencer a esta corrente trazia maiores vantagens políticas), ou pelos dois motivos. Os bonequistas, por sua vez, eram politicamente ligados ao prefeito Geraldo Nogueira da Silva também pelas mesmas razões (concordar com suas ideias ou procurar maiores vantagens). Boneca não era um líder político estadual como Adhemar, longe disso, porém ele é o exemplo mais bem acabado de um político populista que surgiu em Caraguatatuba, conforme vimos anteriormente. A disputa política envolvendo os dois pode ter origem tanto em questões ideológicas, com a aversão que Boneca nutria por Adhemar de Barros (pai) quanto em questões práticas, sendo Adhemar adversário de políticos de quem Boneca era cabo eleitoral. Mas o resultado efetivo desta polarização foi a impossibilidade de que grupos políticos alternativos, portadores de novas ideias e de novas demandas, surgissem. Também resultou na marginalização de antigos caciques políticos que não se alinharam a uma ou outra facção.

O fim do bipartidarismo mudou essa situação, ao permitir o rearranjo das forças políticas pelos novos partidos que se criaram, possibilitando novas alternativas para construção de alianças tanto entre os atores políticos locais quanto com relação aos líderes regionais que despontavam, principalmente com o crescimento do PMDB em todo o Estado de São Paulo. A polarização adhemaristas *versus* bonequistas deixa de ter sentido, até mesmo porque o próprio Boneca perde sua posição privilegiada como (praticamente) o único interlocutor entre o município e os governos estadual e federal, disputando agora esta posição com outros líderes que tinham atuação política limitada nas circunstâncias anteriores como

também com novos líderes que surgiam com a ampliação das possibilidades de atuação partidária.

O crescimento do eleitorado também é fator fundamental para as mudanças. Conforme notamos no capítulo anterior, Caraguatatuba teve um crescimento populacional acentuado durante esses trinta anos, resultante de um grande fluxo de migrantes que lá se estabeleceram. Como consequência política, em primeiro lugar, obriga os atores políticos a desenvolverem novas estratégias para sua legitimação, tendo em vista as novas características adquiridas pelo eleitorado. Em segundo lugar, os bairros que surgem com a fixação dessa população recém-chegada se tornam um campo fértil para o surgimento de novas lideranças, pelas demandas que eles trazem e pela construção de elos sociais e políticos com os novos moradores. Em terceiro lugar, o aumento do número de eleitores e do território ocupado por eles resultam no encarecimento das campanhas. A simplicidade das campanhas da década de 1970, baseadas em comícios na praça e panfletagem, cede espaço para campanhas mais bem elaboradas, com os comícios indo para os bairros, com a confecção de material de campanha mais elaborados e diversificados (camisetas, adesivos, brindes, etc.), recursos para verificação da receptividade da campanha pelos eleitores, etc. Os atores políticos devem, portanto, ter condições para mobilizar a quantidade de recursos financeiros necessários para custear as campanhas eleitorais, algo que se torna cada vez mais complexo.

Os dois fatores abordados até aqui, o fim do bipartidarismo e o aumento do eleitorado, acontecem quase que simultaneamente na década de 1980. Eles não levam a uma substituição imediata dos antigos vereadores pelos novos, mas indicam uma mudança gradual que se inicia nessa época e que se consolida na década seguinte. Os antigos líderes aos poucos perdem espaço e se retiram da arena política, e seus substitutos não são os seus herdeiros políticos ou pessoas que compartilham de certa forma as mesmas ideias e a mesma visão do município e de seus problemas. Processos de mudança nas elites políticas, como no caso estudado por Bilac (2001), não significa um processo de ruptura com as antigas elites, sendo, ao contrário, mudanças efetuadas sob o controle dessas mesmas elites, implicando na substituição dos antigos líderes por novos mais afeitos às atuais circunstâncias, existindo porém um caráter de continuidade entre ambas. Em todo o caso, as mudanças na elite pode ser resultado de um processo de transformação interna delas que propriamente a troca de uma elite por outra. No caso de Caraguatatuba, se não houve uma ruptura entre a elite dos anos 1970 e a elite dos anos 1990, não podemos dizer que houve uma continuidade; elas possuem características distintas quanto sua origem social, inserção política e visão do município

como um todo. A substituição de uma por outra se deu de forma gradual, com a aposentadoria dos antigos e a chegada dos novos, acompanhando o processo de transformação geral que acontecia no município. Em todo caso, as semelhanças políticas existentes entre Boneca na década de 1960 e Antônio Carlos da Silva na década de 1990 estão relacionadas ao que representaram esses dois agentes em termos de mudança de paradigma para a política local: cada um, em sua época, procurou encarar os problemas do município e tratar as questões políticas e administrativas de uma forma completamente nova, reuniram em torno de si um grupo de seguidores que formaram sua base de apoio, seja no meio político ou na própria comunidade, e deixaram obras pelo município que carregam a marca de suas personalidades e de sua visão de mundo.

Como o período que é objeto nossa análise se encerra no ano de 2000, não podemos verificar se a elite constituída nos anos 1990 continuou se transformando, ou se houve uma estabilização do perfil calcado na proeminência de indivíduos ligados ao setor de comércio e serviços. Há também um fato de extrema importância para o município e que trará futuras implicações econômicas e sociais: a descoberta de gás natural e petróleo no Campo de Mexilhão, na Bacia de Santos. A produção e distribuição do gás e do óleo serão realizadas através de terminais de produção e gasodutos instalados em determinados municípios do litoral paulista, entre eles Caraguatatuba. São questões para serem tratadas em futuros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma elite coesa e homogênea ou grupos diversos que se enfrentam na arena política para defender seus interesses?

Este é o problema que Dahl (1961) atribui à elite do poder descrita por Wright Mills (1981): o autor elitista se preocupou em descrever os membros que compõem as elites porém sem dar provas da existência das mesmas. O fato de um determinado grupo controlar as principais instituições não significa que ele tenha a capacidade de tomar todas as decisões importantes. Para Dahl, acreditar que os vários grupos que formam a elite sejam coesos seria acreditar que eles concordam em todas as questões fundamentais, o que é muito pouco provável. Em seu estudo sobre a política na cidade de New Heaven, Dahl procura demonstrar a existência de vários grupos que procuram exercer influência nas decisões políticas, embora a capacidade para tal não seja igual entre eles. Nesse sentido, não há um processo de acúmulo de poder nas mãos de um grupo pelo fato dos recursos sociais, tais como dinheiro, prestígio, cultura, etc., estarem distribuídos de forma desigual entre os grupos, sem que nenhum grupo controle sozinho todos os recursos. Dessa forma, as diversas questões são influenciadas por grupos diversos, sem que um grupo consiga estabelecer o mesmo grau de influência em questões distintas.

O problema em relação às conclusões de Dahl é que, ao pautar a análise de quem detém o poder apenas pelas decisões tomadas, o autor não leva em conta uma etapa anterior do processo decisório onde as forças de determinados grupos se fazem sentir, que é a elaboração da agenda. Em outras palavras, a influência decisiva desses grupos impede que certas questões que contrariem seus interesses alcancem a etapa da tomada de decisão, ou que chegue de maneira tão diluída que qualquer decisão tomada não tenha qualquer efeito, ou grupos com menos poder não conseguem levar ao debate público as questões de seu interesse. É nesse sentido que Hunter (1963) fala das decisões que são tomadas em âmbito privado, muito antes delas chegarem às discussões públicas. São as decisões dos grandes empresários, por exemplo, que afetam um número grande de pessoas mas que são tomadas sem que elas sejam consultadas.

Ambas as abordagens possuem seus méritos e suas limitações. O que nos interessa nessa discussão é identificar em que medida as elites políticas podem ser ou homogêneas e coesas ou plurais. Por isso a opção, neste estudo, por focar a análise na posição social dos

agentes políticos tendo como indicativo sua profissão e nos recursos sociais manipuláveis pelos mesmos. Não procuramos descrever uma elite política em uma determinada época, mas as diferenças entre as elites de épocas distintas. Não nos parece razoável conceber uma elite do poder no caso de Caraguatatuba, palco de profundas transformações nos últimos cinquenta anos, sem considerar as possibilidades de, por um lado, surgirem novas elites como consequência de tais transformações, e, por outro, das elites que estão no poder também se transformem internamente a fim de se adaptarem às novas condições de disputa eleitoral.

Portanto, a questão do campo político se torna fundamental em nossa análise. Retomando Bourdieu, as condições de mudança do campo por parte dos agentes é limitada pelas próprias condições de participação no campo, ou seja, aceitar participar do jogo implica em aceitar suas regras. Por esse princípio, as mudanças no campo não são resultado da ação dos atores dentro do campo e sim de condições externas ao campo. No caso de Caraguatatuba, os fatores que mais contribuíram para as mudanças no campo foram as mudanças nas regras referentes à organização partidária e as transformações no eleitorado. De um lado, novas possibilidades de participação política se abria àqueles que antes se viam impossibilitados ou muito limitados de atuar dentro de uma estrutura partidária extremamente fechada e concorrida. De outro, a atuação política exigia novas maneiras de se relacionar com o eleitorado, que ficava cada vez mais numeroso e heterogêneo quanto a valores, aspirações e demandas. Encontramos, dessa forma, duas elites distintas em períodos diferentes: uma elite com predominância de funcionários públicos na década de 1970 e outra elite com predominância de comerciantes e empresários na década de 1990. O ponto de mudança se encontra, assim, na década de 1980, quando ambos os fatores de mudança se encontram: o fim do bipartidarismo, sancionada em 1979, e o rápido aumento populacional registrado ao longo dos anos 1970.

Qual o significado dessa diferença? Seriam elas elites concorrentes? Se olharmos por esse ângulo, concordaríamos que elas já deveriam estar de certa forma constituídas desde o início do período analisado e que as condicionantes do campo político seriam responsáveis pelo domínio de uma sobre a outra, e as transformações ocorridas acabariam por permitir a mudança das posições entre as elites. Porém, não encontramos essa pluralidade na análise dos dados. O aparecimento de um número considerável de agentes políticos comerciantes e empresários dependeu da própria diversificação da economia local, com o crescimento deste setor. Embora existissem atores com esse perfil antes, eles estavam inseridos dentro da elite em vez de formar uma elite concorrente. O mesmo acontece com os funcionários públicos

depois, quando a diminuição das atividades de empresas estatais e autarquias acarretou na perda da posição privilegiada que ocupavam dentro do campo político, sobrevivendo apenas aqueles que possuíam outros recursos e podiam manter sua influência. Estes não permaneceram como uma elite decadente, e sim acabaram por se incorporar à nova elite que surgia.

Mas não podemos falar que houve uma troca pura e simplesmente. Houve uma gradual substituição dos elementos que compunham a elite, com a saída dos mais velhos ou daqueles que não se adaptaram às novas condições, dando lugar aos novos atores oriundos do grupo social emergente, mas que não surgiram como antagonistas ou rivais. Nesse sentido, podemos falar que houve uma transformação gradual da própria elite política, resultante das transformações ocorridas no campo.

Conforme já dito, a utilização das profissões tem um caráter indicativo da posição social que ocupa determinado ator político. Porém, analisando o conjunto da elite política podemos inferir acerca das correlações de forças existentes dentro da comunidade. Um número maior de indivíduos recrutados em meio aos funcionários indica a importância social que tinham órgãos estaduais atuantes no município, sobretudo no contexto em que se encontrava Caraguatatuba no início dos anos 1970, após uma catástrofe natural sem precedentes. Na década de 1990, por outro lado, os empresários e comerciantes passaram a ter maior proeminência social pela importância de seus negócios dentro da economia local como um todo, sendo a agenda política construída em torno dos seus interesses, como a necessidade de construção de uma infraestrutura mais adequada ao recebimento dos turistas principalmente na alta temporada. A mudança da elite política traz em seu bojo a mudança dos paradigmas que norteiam as decisões. Muito embora desde a década de 1970 se discutisse o potencial da atividade turística no município, sendo inclusive rejeitada em meados da década de 1980 proposições de mudança da lei orgânica para permitir a instalação de indústrias³³, a visão acerca deste potencial e de como fortalecer o turismo é diferente. Antes, era enfocado o turismo de segunda residência através da expansão dos loteamentos, o que está relacionado com um setor de serviços pouco desenvolvido; depois, o enfoque se direcionou para o turista mais esporádico, que visita o município buscando apenas aproveitar os atrativos existentes, sem o compromisso de voltar uma segunda vez. Atrair este turista passou a ser fundamental para a expansão do setor de serviços ao atingir certo grau de

³³ Temia-se que Caraguatatuba se transformasse numa nova Cubatão, município localizado na Baixada Santista, a 57 km de São Paulo, que enfrentou sérios problemas ambientais nas décadas de 1970 e 1980 em decorrência da poluição causada pela industrialização, como também os problemas sociais consequentes à ocupação territorial desordenada.

desenvolvimento, o que condicionou as demandas nesse segundo momento.

Não podemos falar, assim, em elites concorrentes, até mesmo pela impossibilidade do surgimento de várias elites num município com as características de Caraguatatuba, com população pequena e inserido na periferia de uma região maior que é o Vale do Paraíba. Em outros contextos poderíamos encontrar uma pluralidade de elites ou condições para o surgimento de várias. Porém, podemos dizer que não havia uma coesão interna dentro dela, devido aos interesses específicos individuais de seus integrantes. Os membros dos grupos adhemarista e bonequista disputavam posições privilegiadas dentro do campo para controlar os recursos públicos e os cargos na administração, como também fortalecer as bases eleitorais de determinados líderes regionais, seus padrinhos e patrocinadores. E esta lógica se manteve mesmo após a dissolução dos dois grupos.

Pelo que foi exposto, não podemos falar na existência de elites competitivas nos moldes estabelecidos por Dahl, como também não podemos pensar numa elite coesa e homogênea conforme Wright Mills. O grau de coesão da elite dependia dos interesses específicos de seus integrantes, mas as dimensões do município e de seu campo político especificamente não possibilitavam a emergência de uma outra elite que concorreria com a elite estabelecida. As transformações ocorridas, portanto, se deram dentro da própria elite, transformando-a completamente. Os elementos teóricos que foram utilizados em nossa análise tinham o sentido de estabelecer um meio-termo entre as teorias elitista e pluralista, o que melhor se adequava ao estudo deste caso específico, mas sem a pretensão de elaborar uma nova teoria que as unissem, longe disso. O importante era identificar esse processo de transformação da elite e entender as razões disso.

Talvez a abordagem utilizada aqui não seja a mais adequada para tratar de outros casos, como os municípios do interior do Estado de São Paulo, cuja história de desenvolvimento e inserção econômica são totalmente distintas das de Caraguatatuba. Mas os resultados obtidos nesta pesquisa podem ser comparados com os obtidos por diversas outras pesquisas que enfocam as questões do desenvolvimento do poder local, para a compreensão das relações entre as elites e os mecanismos de controle do poder político.

Uma última questão: as elites importam?

Perissinotto (2009) aponta três razões para o estudo de elites:

- primeira razão: as elites tomam decisões políticas. Mesmo aceitando as objeções de autores estruturalistas a respeito das diferenças entre as *intenções* contidas nas decisões e seus *resultados* efetivos, diferentes decisões levam a resultados

diferentes, e elites diferentes tomam decisões diferentes. Considerar a composição social das elites pode ser fundamental para compreender o processo que leva a tomada de determinadas decisões. Embora esta pesquisa não tenha se preocupado especificamente com as decisões produzidas pela elite, consideramos de suma importância para a compreensão dos elementos que condicionaram a evolução do município para aquilo que ele se tornou hoje saber quem eram aqueles que anos antes tomaram as decisões importantes. Falamos várias vezes em uma nova visão do município e de seus problemas trazidos por novos agentes políticos em determinadas épocas, como Boneca na década de 1960 e Antônio Carlos da Silva mais recentemente, para citar dois. Tratamos das mudanças externas ao campo que modificam a configuração do mesmo abrindo possibilidades para a transformação da elite política. É um caminho de mão dupla, pois as decisões tomadas influenciam nas mudanças que o município sofre. Do contrário, não se justificaria este estudo, bastando apenas analisar as mudanças econômicas e sociais.

- Segunda razão: os momentos de mudança histórica. Seriam dois os tipos de períodos históricos: aqueles de profundas transformações na estrutura social e política, e aqueles rotineiros onde o processo decisório seguem procedimentos já estabilizados. Tendemos a pensar que as elites são mais importantes nos momentos de profundas transformações, mas vale lembrar que as instituições que condicionam ou, nos termos usados pelo autor, que constroem os decisores hoje foram construídas por outros agentes políticos em momentos históricos cruciais, e estudá-los nos ajudam a entender por que eles escolheram estas e não outras instituições. No nosso caso, compreender as relações entre os agentes políticos locais e as condições diversas para sua ação possibilita-nos identificar, por exemplo, o constante alinhamento entre os políticos locais e a situação estadual e as razões para isso.
- Terceira razão: elites políticas e estrutura social. O estudo das elites políticas não está relacionado apenas às questões de poder, mas também nos ajuda a compreender processos de mudança na estrutura social da comunidade ao longo de um período. Argumentamos nesta pesquisa que o aumento populacional e sua heterogeneidade, consequências do fenômeno migratório para Caraguatatuba, contribuiu significativamente para as transformações no campo político. Porém,

este fenômeno só é politicamente relevante se ele produz efeitos sobre a elite política. Afinal, esses migrantes não são simplesmente números e sim pessoas com valores, necessidades e desejos. Dessa maneira, podemos compreender, por exemplo, a questão da falta de apreço pela identidade histórica do município de sua elite política.

Concluindo, o estudo nos ajuda a compreender fenômenos que vão além das próprias relações de poder, alcançando inclusive aqueles que envolvem como uma comunidade se organiza para construir seu futuro. Muitas questões que hoje estão em pauta nas discussões políticas resultarão em decisões que condicionarão o desenvolvimento do município de Caraguatatuba em seu vários aspectos: social, econômico e ambiental. A perspectiva do recebimento de *royalties* da exploração de petróleo na Bacia de Santos traz a esperança de um futuro promissor. Mas este futuro depende das decisões que serão tomadas agora. E é a elite política a responsável por elas. Conhecendo-as, conheceremos mais de nós mesmos enquanto uma comunidade.

APÊNDICE I

Relação dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo

1969 – 1972

Prefeito: Sílvio Luís dos Santos (01/02/1969 à 31/01/1973)

Vice-prefeito: Joaquim Pereira da Silva

Vereadores: Ângelo Fonseca Nogueira, Florivaldo Pereira, José Moraes de Carvalho, Euclides Ferreira, Washington Luís dos Santos, Pérsio Brasil Arruda, Otávio Patrício de Moraes, Sílvio Ferreira, José D'Almeida Barbosa

1973 – 1976

Prefeita: Teresa Cury Nogueira (01/02/1973 à 31/01/1977)

Vice-prefeito: Sílvio Ferreira

Vereadores: Ângelo Fonseca Nogueira, Antônio Nepomuceno, Antônio de Freitas Avelar, Benedito Pinto de Faria, Durval Marques de Jesus, Francisco Conceição, Florivaldo Pereira, Eduardo Heitor Soban, Getúlio Vargas Navarro Magalhães, José Dias Paez Lima, Otávio Patrício de Moraes, Rui Barbosa de Moura, Vantuilde Ferreira

1977 – 1982

Prefeito: José Bourabeby (01/02/1977 à 31/01/1983)

Vice-prefeito: Ubaldo Gonçalves

Vereadores: Antônio de Freitas Avelar, Dúlio Peixoto, Durval Marques de Jesus, Florivaldo Pereira, Joaquim Pereira da Silva, José Dias Paez Lima, Lúcio Fernandes, Manoel Avelino dos Santos, Rodoaldo Graciano Fachini, Tiago Santana, Waldomiro do Prado

1983 – 1988

Prefeito: Jair Nunes de Souza (01/02/1983 à 31/12/1988)

Vice-prefeito: Lúcio Jacinto dos Santos

Vereadores: Álvaro Alencar Trindade, Almir José Alves, Arlindo Yassuo Nakane, Dúlio Peixoto, Gomercindo Nicolau dos Santos, José Benedito Gonçalves Pinto, José Roberto Simão, José Gilson Gonçalves de Campos, Jadel Moreira, José Dias Paez Lima, Lúcio

Fernandes, Manoel Avelino dos Santos, Vantuilde Ferreira

1989 – 1992

Prefeito: José Bourabeby (01/01/1989 à 17/03/1992)

 José Dias Paez Lima (17/03/1992 à 31/12/1992)

Vice-prefeito: José Dias Paez Lima

Vereadores: Álvaro Alencar Trindade, Aureliano Gonçalves Pereira, Almir José Alves, Calixto Leandro, Dúlio Peixoto, Donizete Prado de Freitas, Geraldo Nogueira da Silva, Gomercindo Nicolau dos Santos, Ilson Vitório de Souza, João Rodrigues de Godoy Filho, Jadel Moreira, José Pereira Aguilar, Lúcio Fernandes, Sebastião de Oliveira, Sebastião Oliveira de Souza, Tiago Santana, Wilson Rangel, Valmir de Moraes

1993 – 1996

Prefeito: José Sidney Trombini (01/01/1993 à 31/12/1996)

Vice-prefeito: Márcio Rios de Medeiros

Vereadores: Augusto Antunes Corrêa Filho, Carlos de Oliveira, Dácio Augusto de Barros Filho, Edson Mendes do Amaral, Francisco Carlos Marcelino, Gomercindo Nicolau dos Santos, Henrique Tremante de Castro, Ilson Vitório de Souza, João Rodrigues de Godoy Filho, José Pereira Aguilar, Juvenal Ferreira da Silva, Manoel Avelino dos Santos, Nivaldo Rodrigues Alves, Roberto Commans, Rodoaldo Graciano Fachini, Wilson Rangel, Valmir Gonçalves, Wagner Tadeu Faria Marcondes

1997 – 2000

Prefeito: Antônio Carlos da Silva (01/01/1997 à 31/12/2000)

Vice-prefeito: José Pereira Aguilar

Vereadores: Agostinho Lobo de Oliveira, Anísio Rodrigues dos Santos, Aureliano Gonçalves Pereira, Aurimar Mansano, Carlos de Oliveira, Celso Pereira, Dúlio Peixoto, Gomercindo Nicolau dos Santos, Jesus Neves de Mello, João Rodrigues de Godoy Filho, Jorge Jacinto de Oliveira, Juarez Pereira Pardim, Mauri Diniz Ferreira, Omar Kazon, Roberto Commans, Sebastião Carlos Fernandes, Valmir Gonçalves

APÊNDICE II

Cronologia

Século XVII – Início do povoamento. Segundo indícios, os pioneiros ocuparam a bacia do Rio Juqueriquerê, cuja área favorecia o desenvolvimento da cultura canavieira. A primeira vila de Caraguatatuba foi fundada, provavelmente, no ano de 1665, tendo duração efêmera, pois uma epidemia de varíola, nos fins do século XVII, dizimou a maior parte dos seus habitantes. Os sobreviventes se dirigiram para São Sebastião e Ubatuba, abandonando a vila.

Século XVIII – A região tem um lento desenvolvimento. O povoado começa a prosperar na medida em que cresce a economia do ouro nas Minas Gerais, pois o Litoral Norte de São Paulo serviu como rota alternativa para o escoamento da produção aurífera, através das antigas trilhas indígenas que atravessavam a Serra do Mar, ligando a região ao planalto. O fim do ciclo do ouro provocou um período de estagnação econômica e o declínio do número de habitantes.

1805 – Abertura da estrada ligando São Sebastião à Paraibuna, no alto da serra, passando por Caraguatatuba. Essa estrada foi construída em princípio para facilitar o escoamento da produção de açúcar do Vale do Paraíba, mas se tornará fundamental para o escoamento da produção de café nas décadas seguintes.

1830 – Início do ciclo do café em Caraguatatuba. O desenvolvimento da economia cafeeira no Vale do Paraíba influencia significativamente o crescimento do Litoral Norte paulista, em especial de Caraguatatuba. A região passa a ser utilizada para o escoamento da produção valeparaibana, trazida das regiões produtoras através da estrada São Sebastião-Paraibuna e transportadas, por via marítima, da região para Santos e Rio de Janeiro. Esse movimento comercial propiciou o crescimento da população e a instalação de pequenas fazendas produtoras de café, substituindo as antigas fazendas de cana-de-açúcar existentes até então.

1832 – Abertura da estrada Dória, ligando Caraguatatuba à Salesópolis. Seu objetivo era intensificar o comércio entre o porto de São Sebastião, o Vale do Paraíba e a região do Alto Tietê.

1847 – Elevação da Capela de Santo Antônio de Caraguatatuba à condição de Freguesia. O título de Freguesia permitiu ao povoado eleger três vereadores para compor a mesa da Câmara Municipal de São Sebastião, a qual Caraguatatuba pertencia.

1850 – Fim do tráfico negreiro. As dificuldades existentes para aquisição de mão de obra prejudicou o desenvolvimento das fazendas de café em Caraguatatuba.

1857 – Elevação de Caraguatatuba à condição de Vila, emancipando-se política e administrativamente de São Sebastião.

1877 – Abertura da estrada de ferro Central do Brasil, ligando as regiões produtoras de café diretamente ao porto do Rio de Janeiro. Dessa maneira, as antigas rotas são abandonadas e a região entra novamente em estagnação, inclusive com o abandono da estrada ligando o litoral ao planalto e a conseqüente diminuição do número de habitantes.

1916 – Início da exploração de madeira em Caraguatatuba, primeiro por uma empresa italiana, dois anos mais tarde sucedida por uma empresa francesa.

1919 – Inauguração do serviço de água encanada.

1926 – Inauguração do serviço de luz elétrica.

1927 – Instalação da Fazenda São Sebastião, pelo grupo empresarial inglês Lacanshire, nas terras pertencentes anteriormente à empresa francesa. A Fazenda dos Ingleses, como ficou conhecida, foi responsável pelas principais atividades econômicas realizadas em Caraguatatuba na primeira metade do século XX. Dentre suas atividades, destacaram-se a produção de bananas e citros destinadas ao comércio europeu.

1932 – Construção da estrada de rodagem ligando Caraguatatuba a Paraibuna. A construção desta estrada propiciou uma maior integração entre o Litoral Norte e o Vale do Paraíba, com a possibilidade da utilização do porto de São Sebastião para o escoamento da produção das indústrias que ali se instalariam anos mais tarde.

1934 – Início das obras de ampliação do porto de São Sebastião. Caraguatatuba se beneficia do movimento portuário no município vizinho devido sua localização privilegiada, no entroncamento rodoviário que liga o Litoral Norte ao Vale do Paraíba.

1938 – Abertura da estrada de rodagem ligando Caraguatatuba a São Sebastião. Até a construção desta estrada, a ligação entre os dois municípios era feita majoritariamente pelo mar.

1947 – Caraguatatuba recebe a classificação de Estância Balneária.

1952 – Lançamento da pedra fundamental da Colônia de Férias Ministro João Cléofas. Durante a década de 1950 são instaladas várias colônias de férias ligados aos sindicatos de trabalhadores de diversas categorias. É o início do crescimento urbano e da atividade turística, que duas décadas mais tarde se torna a principal atividade econômica do município.

1953 – Inauguração do sistema Guaxinduba, para a captação, tratamento e distribuição de água, extremamente importante para o desenvolvimento do núcleo urbano nos anos seguintes.

1954 – Conclusão das obras de ampliação do porto de São Sebastião.

1955 – Abertura da estrada de rodagem ligando Caraguatatuba a Ubatuba. Até a construção desta estrada, a ligação entre os dois municípios era feita majoritariamente pelo mar.

1963 – Início das operações no porto de São Sebastião. Neste ano também foi inaugurado o Terminal Petrolífero Almirante Barroso – TEBAR. Seu objetivo era desafogar o porto de Santos, transferindo para São Sebastião as operações de comercialização de petróleo. O desenvolvimento econômico trazido pelas operações do porto beneficiou Caraguatatuba de maneira indireta.

1965 – Instalação da Comarca de Caraguatatuba.

1967 – Catástrofe. Nos dias 17 e 18 de março uma precipitação excepcional de água atingiu Caraguatatuba. Foram cerca de 580 mm de chuva nesses dois dias (quase a metade da média de chuvas que caem no Brasil em um ano – 1.200 mm), encharcando o solo dos morros circundantes de tal modo que provocou uma verdadeira avalanche de lama, pedras e árvores, atingindo quase toda a extensão do município, arrasando a periferia e destruindo quase a totalidade da cidade. Isolada até mesmo dos municípios vizinhos pelas barreiras que caíram nas estradas, somente dia 19 o radioamador Tomás Camanis Filho conseguiu contato com o município de Santos, para informar a tragédia e solicitar auxílio. Mais de 30 mil árvores ficaram espalhadas em volta da cidade, cerca de 3.000 pessoas ficaram desabrigadas (de uma população de 15.000 habitantes na época) e foram contabilizadas 500 mortes, porém esse número provavelmente foi muito maior devido a quantidade de pessoas que foram soterradas ou arrastadas para o mar pela avalanche.

1968 – Encerramento das atividades da Fazenda São Sebastião. Devido ao declínio do mercado europeu de frutas e o dispendioso combate às pragas, o grupo inglês já planejava a desativação da fazenda, transferindo a produção para um país da América Central. A catástrofe no ano anterior, destruindo a metade das instalações da empresa, apenas antecipou o fim das atividades.

1968 – Inauguração do Paço Municipal.

1979 – Pavimentação da Avenida Dr. Arthur Costa Filho (avenida da praia).

1981 – Inauguração do Centro Esportivo Ubaldo Gonçalves.

1985 – Tombamento do Parque Estadual da Serra do Mar.

1992 – Criação da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba.

1998 – Inauguração da duplicação da Avenida Dr. Arthur Costa Filho (avenida da praia).

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. *Etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AROUCA, Justo. *Memorial de sua excelência: história política de Caraguatatuba*. FUNDACC, 2003.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. Las dinámicas huérfanas. In *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BEZERRA, M. *Corrupção: Um estudo sobre poder político e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BIASOLI, Felipe Iraldo de Oliveira. Breve contribuição sobre os teóricos elitistas da democracia: Robert Michels, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Disponível em: <http://www.megacontador.com.br/breve-contribuicao-sobre-os-teoricos-elitistas-da-democracia-robert-michels-gaetano-mosca-e-vilfredo-pareto.html>, acessado em 06/01/2010.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *Elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba/Campinas: Editora Unimep/Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 2001.

BOBBIO, Norberto. Democracia. Dicionário de Política. Disponível em: <http://xoomer.virgilio.it/direitousp/enci/bobbio3.htm>, acessado em 31/08/2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História & Sociologia*, v.5, n. 1, *Vitória da Conquista*, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/190/211>, acessado em 14/12/2009.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de (org). *Santo Antônio de Caraguatatuba: memória e tradições de um povo*. Caraguatatuba: FUNDACC, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo. In *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou bibliografia coletiva: balanços e perspectivas. In HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, Curitiba, junho de 2008.

CORADINI, Odaci Luiz. As elites como objeto de estudo. In _____ (org) *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.º 28, junho de 2007.

DAHL, Robert. *Who governs?* Democracy and power in an American city. New Heaven: Yale University Press, 1961.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

DELAZAY, Yves; GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 43, junho 2000.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOMHOFF, William. C. Wright Mills, Floyd Hunter, and 50 years of Power Structure Research. Disponível em: http://sociology.ucsc.edu/whorulesamerica/theory/mills_adress.html, acessado em 29/05/2009.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL: populismo e trabalhismo*, vol. 11, n. 20/21, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, 2004.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. A formação do patronato brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIALHO, Fabrício Mendes. As múltiplas definições de capital social. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, n. 65, São Paulo, 1º semestre de 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kayrós, 1983.

GIDDENS, Anthony. Elites in the British class structure. In STANWORTH, Philip; GIDDENS, Anthony (ed.). *Elites and power in British society*. Londres: Cambridge University Press, 1974.

GODOY, José Henrique Artigas de. Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930). 2006, tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GRILL, Igor Gastal. As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul. 1999, dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GRYNSPAN, M. Os Idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 14, outubro de 1990.

_____. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961

HUNTER, Floyd. *Community power structure: a study of decision makers*. Nova York: Anchor Books, 1963

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

INSTITUTO DE PESQUISAS TÉCNICAS. *Relatório n.º 46.172*. Instituto de Pesquisas Técnicas, s/d.

KELLER, Suzanne. *Beyond the ruling class: strategic elites in modern society*. New Jersey: Transactions Publishers, 1991.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, n.º 2, outubro de 2005.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais In HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1898-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUKES, Steven. *O poder: uma visão radical*. Brasília: UNB, 1980.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

OFFERLÉ, Michel. Professions et profession politique. In _____ (dir.) *La profession politique: XIX et XX siècles*. Paris: Belin, 1999.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática In BOURDIEU, Pierre. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1994.

PARRY, Geraint. *Political Elites*. University of Essex, ECPR Press, 2005.

PAULA, Odair Aparecido de. Economia e administração. In CAMPOS, Jurandyr Ferraz de (org). *Santo Antônio de Caraguatatuba: memória e tradições de um povo*. Caraguatatuba: FUNDACC, 2000.

PERISSINOTTO, Renato. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex, 2009.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

RICCI, Fábio. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*, vol. 1, nº 1, jan-jul 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio: Zahar. 1984.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. *Macrozoneamento do Litoral Norte: plano de gerenciamento costeiro*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1996.

SILVA, Armando Corrêa da. Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de região periférica. 1975, tese (doutorado), Programa de Pós Graduação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. *Revista Sociedade & Natureza*, vol. 20, n. 2, Uberlândia, UFU, 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, vol. 100, n. 1, 1971.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WRIGHT MILLS, Charles. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.